



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MEDIO SÃO FRANCISCO – SR-29/MSF

RELATORIO DE GESTÃO 2010

VERSÃO RETIFICADA 02

MARÇO DE 2011

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

PETROLINA – PE, MARÇO DE 2011

ALGUMAS ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICN – Instituto de Capacitação do Nordeste
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITB – Instituto Tavares Buril
ITERPE – Instituto de Terras de Pernambuco
LAPR - Licença Ambiental da Propriedade Rural
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MABIN – Movimento dos Atingidos por Barragem de Itaparica-Nordeste
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MSF – Médio São Francisco
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE - Norma de Execução
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PRA – Plano de Recuperação de Assentamentos
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PO - Programação Operacional
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual –	Página 12
Quadro II – Informações Sobre Planejamento e Gestão Orç. e Financeira da UJ –	Página 15
Quadro III – Execução Financeira da Ação 2272 – GAP Programa 0135 –	Página 17
Quadro IV - Ação 2272 – GAP Programa 0135 - Demonstrativo Desp. Elemento –	Página 18
Quadro V - Execução Física e Financeira da Ação 4460 –	Página 18
Quadro VI - Ação 4460 -Demonstrativo das Despesas por Elemento –	Página 19
Quadro VII - Ação 4460 – Distribuição das Áreas –	Página 19
Quadro VIII - Execução Física e Financeira da Ação 8384 –	Página 19
Quadro IX - Ação 8384 – Demonstrativo das Despesas por Elemento –	Página 20
Quadro X - Ação 8384 – Distribuição Famílias Assentadas –	Página 21
Quadro XI – Execução Física e Financeira da Ação 8387 –	Página 21
Quadro XII - Ação 8387 – Demonstrativo das Despesas por Elemento –	Página 22
Quadro XIII - Dados da Ação 8387 –	Página 22
Quadro XIV – Execução Física e Financeira da Ação 8374 –	Página 23
Quadro XV - Ação 8374 – Demonstrativo das Despesas por Elemento –	Página 23
Quadro XVI - Dados da Ação 8374 –	Página 24
Quadro XVII – DEMONST. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PROGRAMA 0135 –	Página 24
Quadro XVIII - Execução Financeira da Ação 2272 –	Página 26
Quadro XIX - Ação 2272 – Demonstrativo das Despesas por Elemento –	Página 26
Quadro XX – Execução Física e Financeira da Ação 0427 –	Página 26
Quadro XXI – DESMONSTRATIVO DA DESPESA POR ELEMENTO E POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO –	Página 28
Quadro XXII - Dados da Ação 0427 – Aplicação de Créditos –	Página 29
Quadro XXIII - Execução Física e Financeira da Ação 2B06 –	Página 30
Quadro XXIV - Ação 2B06 – Demonstrativo das Despesas por Elemento –	Página 31
Quadro XXV – Execução Física e Financeira da Ação 4358 –	Página 31
Quadro XXVI - Ação 4358 – Demonstrativo das Despesas por Elemento –	Página 32
Quadro XXVII - Dados Titulação em 2010 –	Página 32
Quadro XXVIII - Execução Física e Financeira da Ação 8396 –	Página 33
Quadro XXIX – DADOS DE EXECUÇÃO DA AÇÃO 8396 –	Página 33
Quadro XXX - Ação 8396 – Demonstrativo das Despesas por Elemento –	Página 34
Quadro XXXI – Execução Física e Financeira da Ação 8398 –	Página 35
Quadro XXXII - Ação 8398 – Demonstrativo das Despesas por Elemento–	Página 36
Quadro XXXIII - Dados da Ação 8398 – Serviço de Topografia –	Página 36
Quadro XXXIV - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 0137 –	Página 36
Quadro XXXV – Execução Financeira da Ação 2272 –	Página 38
Quadro XXXVI - Ação 2272 – Demonstrativo das Despesas por Elemento –	Página 39
Quadro XXXVII – Execução Física e Financeira da Ação 2105 –	Página 39
Quadro XXXVIII - Ação 2105 – Demonstrativo das Despesas por Elemento –	Página 40
Quadro XXXIX - Dados do Cadastro Rural – SNCR -	Página 40
Quadro XL - Execução Física e Financeira da Ação 4426 –	Página 41
Quadro XLI - Ação 4426 – Demonstrativo das Despesas por Elemento –	Página 42
Quadro XLII - Dados da Ação 4426 – Georreferenciamento de Imóveis Rurais -	Página 42
Quadro XLIII - Execução Física e Financeira da Ação 2110 -	Página 42
Quadro XLIV – Dados Ação 2110 – Demonstrativo das Despesas por Elemento -	Página 43
Quadro XLV - Dados da Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais -	Página 43
Quadro XLVI - Execução Física e Financeira da Ação 8378 -	Página 44
Quadro XLVII - Dados Ação 8378 – Ações Preparatórias Destinação Terras Públicas -	Página 44

Quadro XLVIII - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 0138 -	Página 44
Quadro XLIX - Execução Física e Financeira da Ação 1642 -	Página 46
Quadro L - Ação 1642 – Demonstrativo das Despesas por Elemento -	Página 47
Quadro LI - Dados - Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos -	Página 47
Quadro LII - Execução Física e Financeira da Ação 0859 -	Página 48
Quadro LIII - Ação 0859 – Demonstrativo das Despesas por Elemento -	Página 48
Quadro LIV - Dados da Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos Ocupantes de Terras Demarcadas e Tituladas de Remanescentes de Quilombos -	Página 49
Quadro LV - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 1336 -	Página 49
Quadro LVI - Execução Física e Financeira da Ação 2109 -	Página 50
Quadro LVII - Ação 2109 – Demonstrativo das Despesas por Elemento -	Página 51
Quadro LVIII - Dados da Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas -	Página 51
Quadro LIX - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 1120 -	Página 51
Quadro LX - Execução Física e Financeira da Ação 8402 -	Página 52
Quadro LXI - Ação 8402 – Demonstrativo das Despesas por Elemento -	Página 53
Quadro LXII - Dados da Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural -	Página 53
Quadro LXIII - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA IR84-1433 -	Página 53
Quadro LXIV - Execução Financeira da Ação 2272 do Programa 1427 -	Página 54
Quadro LXV - Ação 2272 – GAP – Demonstrativo das Despesas por Elemento -	Página 55
Quadro LXVI - Execução Física e Financeira da Ação 4470 -	Página 55
Quadro LXVII - Ação 4470 – Demonstrativo das Despesas por Elemento -	Página 56
Quadro LXVIII – Dados Ação 4470 – ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural às Famílias Assentadas -	Página 56
Quadro LXIX - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 1427 -	Página 57
Quadro LXX - Execução Financeira da Ação 2000 -	Página 58
Quadro LXXI - Ação 2000 – Demonstrativo das Despesas por Elemento -	Página 59
Quadro LXXII - Execução Financeira da Ação 2000TI -	Página 60
Quadro LXXIII - Ação 2000TI – Demonstrativo das Despesas por Elemento -	Página 60
Quadro LXXIV - Resumo da Ação 2000 – Por Elemento de Despesa -	Página 61
Quadro LXXV - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 0750 -	Página 61
Quadro LXXVI - Execução Física e Financeira da Ação 4572 -	Página 62
Quadro LXXVII - Ação 4572 – Demonstrativo das Despesas por Elemento -	Página 63
Quadro LXXVIII - Dados da Ação 4572 – Capacitação de Servidores na SR-29/MSF -	Página 63
Quadro LXXIX- DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 0139 -	Página 64
Quadro LXXX - Resumo das Provisões Recebidas, Empenhadas, Liquidadas e Pagas em 2010 – Por Elemento de Despesa -	Página 65
Quadro LXXXI – MOV. ORÇAMENTÁRIA GRUPO DESPESA (A.2.7) -	Página 66
Quadro LXXXII - Saldo de Empenho em 2010 – Por Elemento de Despesa -	Página 68
Quadro LXXXIII - Resumo das Provisões Recebidas, Empenhadas, Liquidadas e Pagas em 2010 – Por Programa, Ação e Elemento de Despesa -	Página 69
Quadro LXXXIV - Resumo Despesas Capital Programa, Ação e Elemento de Despesa -	Página 76
Quadro LXXXV - CONTRATOS - ELEMENTO 3.3.90.37 – LOC. MÃO OBRA -	Página 78
Quadro LXXXVI - CONTRATOS - ELEMENTO 3.3.90.39 – SERV. P. JURÍDICA -	Página 78

Quadro LXXXVII - CONTRATOS – ELEMENTO 3.3.90.33 – PASSAGEM E LOCOMOÇÃO DE SERVIDORES - **Página 78**

Quadro LXXXVIII - CONTRATOS - ELEMENTO 3.3.90.36 – SERV. P. FÍSICA - **Página 78**

Quadro LXXXIX - ELEMENTO 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO - **Página 79**

Quadro XC - PROCESSOS LICITATORIOS 2010 - MODALIDADE PREGAO - **Página 80**

Quadro XCI - DISPENSA DE LICITAÇÃO - **Página 80**

Quadro XCII - INEXIGIBILIDADE 2010 – **Página 81**

Quadro XCIII – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação - **Página 82**

Quadro XCIV – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (A.2.12) - **Página 83**

Quadro XCV– DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (A.2.13) - **Página 84**

Quadro XCVI – Indicadores Institucionais - **Página 85**

Quadro XCVII - INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS - **Página 87**

Quadro XCVIII – Reconhecimento Passivos por Insuficiência Créditos – Recursos - **Página 88**

Quadro XCIX - SITUAÇÃO RESTOS PAGAR EXERCÍCIOS ANTERIORES (A.4.1) - **Página 89**

Quadro C - Informações sobre recursos humanos na Unidade - **Página 99**

Quadro CI – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – **Página 100**

Quadro CII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível Escolaridade - **Página 100**

Quadro CIII – Composição do Quadro de Inativos - **Página 101**

Quadro CIV – Composição do Quadro de Pensionistas - **Página 101**

Quadro CV – Composição do Quadro de Estagiários - **Página 101**

Quadro CVI – Custos Associados à Manutenção de Recursos Humanos - **Página 102**

Quadro CVII – Egresso de Novos Servidores - **Página 105**

Quadro CVIII - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - **Página 109**

Quadro CIX - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - **Página 110**

Quadro CX – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - **Página 111**

Quadro CXI – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência - **Página 112**

Quadro CXII – Resumo dos Instrumentos de Transferências Celebrados pela UJ nos três últimos Exercícios - **Página 113**

Quadro CXIII – Resumo dos Instrumentos de Transferências que vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes - **Página 114**

Quadro CXIV – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse - **Página 115**

Quadro CXV – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse - **Página 116**

Quadro CXVI - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO - ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA UNIDADE JURISDICIONADA - **Página 120**

Quadro CXVII - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO - Informações Quanto á Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras - **Página 123**

Quadro CXVIII – Distribuição Espacial Bens Imóveis Uso Especial Prop. União - **Página 126**

Quadro CXIX - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros - **Página 127**

Quadro CXX – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ - **Página 128**

Quadro CXXI - Informações Gestão Tecnologia Informação (TI) Unidade Jurídica - **Página 129**

Quadro CXXII - Despesa com cartão corporativo por UG e por portador - **Página 131**
Quadro CXXIII - Informações Sobre Renúncia Tributária sob Gestão da UJ - **Página 133**
Quadro CXXIV – Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício - **Página 134**
Quadro CXXV – Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício - **Página 135**
Quadro CXXVI – Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de Atendimento no Exercício - **Página 136**
Quadro CXXVII- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI - **Página 143**
Quadro CXXVIII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício - **Página 144**

SUMÁRIO

ANEXO II – DN 107/2010 – Página 12

PARTE A – CONTEÚDO GERAL - Página 12

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO - Página 12

PARTE A - ITEM 01 – Informações Gerais Sobre a Gestão – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual da Portaria 277/2010 - Página 12

Poder e Órgão de Vinculação - Página 12

Identificação da Unidade Vinculada - Página 12

Identificação da Unidade Jurisdicionada – UJ - Página 12

Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada - Página 12

Normas de Criação e Alteração da Unidade Vinculada - Página 12

Leis relacionadas à Gestão e Estrutura da Autarquia e Unidades Jurisdicionadas - Página 12

PRINCIPAIS INSTRUÇÕES NORMATIVAS - Página 12

PRINCIPAIS NORMAS DE EXECUÇÃO - Página 13

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada - Página 14

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada - Página 14

Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada - Página 14

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões - Página 14

PARTE A - ITEM 02 - Informações sobre Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira - Página 15

2.A) Responsabilidades Institucionais da Unidade - Página 15

2.A.I - Competência Institucional - Página 15

02.A.II - Objetivos Estratégicos - Página 15

02.B) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais - Página 15

02.B.I - Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade - Página 15

02.B.II - Análise do Plano de Ação da Unidade no Ano de 2010 - Página 15

02.C) Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ - Página 16

02.C.I – Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ - Página 16

Os Programas de Governo sob a responsabilidade de UJ são os seguintes - Página 16

02.C.II - Execução Física das Ações Vinculadas aos Programas - Página 17

Programa 0135 – Criação de Projetos de Assentamentos para Trabalhadores Rurais - Página 17

Dados Gerais do Programa 0135 - Página 17

Ações Vinculadas ao Programa 0135 - Página 17

Execução Financeira da Ação 2272 – GAP - Página 17

Execução Física e Financeira da Ação 4460 - Página 18

Execução Física e Financeira da Ação 8384 - Página 19

Execução Física e Financeira da Ação 8387 - Página 21

Execução Física e Financeira da Ação 8374 - Página 22

Programa 0137 – Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Página 25

Dados Gerais do Programa 0137 - Página 25

Ações Vinculadas ao Programa 0137 - Página 25

Execução Financeira da Ação 2272 – GAP - Página 25

Execução Física e Financeira da Ação 0427 - Página 26

Execução Física e Financeira da Ação 2B06 - Página 30

Execução Física e Financeira da Ação 4358 - **Página 31**
Execução Física e Financeira da Ação 8396 - **Página 32**
Execução Física e Financeira da Ação 8398 - **Página 35**

Programa 0138 – Gerenciamento Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas - **Página 38**
Dados Gerais do Programa 0138 - **Página 38**
Ações Vinculadas ao Programa 0138 - **Página 38**
Execução Financeira da Ação 2272 – GAP - **Página 38**
Execução Física e Financeira da Ação 2105 - **Página 39**
Execução Física e Financeira da Ação 4426 - **Página 40**
Execução Física e Financeira da Ação 2110 - **Página 42**
Execução Física e Financeira da Ação 8378 - **Página 43**

Programa 1336 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos. - **Página 46**
Dados Gerais do Programa 1336 - **Página 46**
Ações Vinculadas ao Programa 1336 - **Página 46**
Execução Física e Financeira da Ação 1642 - **Página 46**
Execução Física e Financeira da Ação 0859 - **Página 48**

Programa 1120 – Paz no Campo - **Página 49**
Dados Gerais do Programa 1120 - **Página 49**
Ações Vinculadas ao Programa 1120 - **Página 49**
Execução Física e Financeira da Ação 2109 - **Página 50**

Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos da Mulher - **Página 51**
Dados Gerais do Programa - **Página 51**
Ações Vinculadas ao Programa 1433 - **Página 52**
Execução Física e Financeira da Ação 8402 - **Página 52**

Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar - **Página 54**
Dados Gerais do Programa 1427 - **Página 54**
Ações Vinculadas ao Programa 1427 - **Página 54**
Execução Financeira da Ação 2272 – GAP do Programa 1427 - **Página 54**
Execução Física e Financeira da Ação 4470 - **Página 55**

Programa 0750 – Apoio Administrativo - **Página 57**
Dados Gerais do Programa 0750 - **Página 57**
Ações Vinculadas ao Programa 0750 - **Página 58**
Ação 2000 - Administração da Unidade - **Página 58**
Ação 2000TI – Tecnologia da Informação - **Página 60**

Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário - **Página 62**
Dados Gerais do Programa 0139 - **Página 62**
Ações Vinculadas ao Programa 0139 - **Página 62**
Execução Física e Financeira da Ação 4572 - **Página 62**

PARTE A - Item 02.D – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - **Página 65**
Item 02.D.I e II - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESPESA - **Página 65**

ITEM 03 - INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS - **Página 87**

ITEM 04 - INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR - **Página 89**

ITEM 05 - Informações sobre recursos humanos na Unidade - **Página 99**

ITEM 06 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO - Informações sobre as Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, ajustes ou Instrumentos Congêneres, vigentes Exercício de referência - **Página 112**

ITEM 07 - DECLARAÇÃO SIASG E SICONV - **Página 118**

ITEM 08 - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO - Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730 de 10/11/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas - **Página 119**

ITEM 09 - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO - ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA UNIDADE JURISDICIONADA - **Página 120**

ITEM 10 - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO - Informações Quanto à Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a IN 1/2010 e a Portaria 2/1010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento orçamento e gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade como Decreto 5.940/2006 - **Página 123**

ITEM 11 – Informação sobre a Gestão Patrimônio Imobiliário Responsabilidade da UJ, classificando como bens de uso Especial, propriedade da União Locado de Terceiros - **Página 126**

ITEM 12 - Informações sobre Gestão Tecnologia Informação (TI) Unidade Jurídica - **Página 129**

Item 13 – Utilização de cartões de pagamento do governo federal - **Página 131**

ITEM 14 – Informações Sobre Renúncia Tributária sob Gestão da UJ - **Página 133**

ITEM 15 – Informações sobre as providências adotadas para tender às deliberações exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento - **Página 134**

ITEM 16 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno, caso Exista na estrutura do Órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento - **Página 143**

Item 17 - Outras Informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício - **Página 145**

PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO - **Página 146**

ITEM 01 – Declaração do Contador Responsável pela UJ - **Página 146**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL - **Página 146**

ITEM 23.I - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - **Página 147**

23.II –Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação - **Página 149**

RESULTADOS E CONCLUSÕES - **Página 151**

Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

PARTE A - ITEM 01 – Informações Gerais Sobre a Gestão – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual da Portaria 277/2010
Poder e Órgão de Vinculação
Poder Executivo Federal
Órgão de Vinculação – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Código SIORG -17125
Identificação da Unidade Vinculada
Denominação Completa – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Denominação Abreviada – INCRA
Natureza Jurídica – Autarquia Federal
Código SIORG – 1799
Código LOA – 49201
Identificação da Unidade Jurisdicionada – UJ
UJ - Superintendência Regional do Médio São Francisco – SR-29/MSF
Código da Unidade Administrativa- 37201
Código da UJ no SIAFI – 373050
Situação Operacional – Ativa
Telefone/Fax Contato – (087) 3861-2817
Página na Internet – www.incra.gov.br – SR-29/MSF
Superintendente Regional – Vitor Hugo da Paixão Melo
Endereço Eletrônico – vitor.hugo@pnz.incra.gov.br
Superintendente Substituto – Galdino de Oliveira Filho
Endereço Eletrônico – galdino.filho@pnz.incra.gov.br
Endereço Postal – Avenida da Integração, 412, Jardim Colonial, Petrolina – PE, CEP:56.302-150
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Normas de Criação e Alteração da Unidade Vinculada
O INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Autarquia Federal vinculada ao MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi criado pelo Decreto-Lei nº. 1.110 de 09 de Julho de 1970; tem sua estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº. 5.735-2006, alterada pelo Decreto 6.812/2009.
Leis relacionadas à Gestão e Estrutura da Autarquia e Unidades Jurisdicionadas
Legislação Federal
Todas as Leis e Decretos, além de Doutrina e Jurisprudência, relativos à Legislação Agrária Brasileira, podem ser acessados no Portal do INCRA, no endereço www.incra.gov.br , no atalho Legislação.
PRINCIPAIS INSTRUÇÕES NORMATIVAS:
IN 36 DE 20/11/2006 - Estabelece diretrizes para descentralização das decisões, fixa as alçadas

decisórias dos órgãos colegiados e o fluxo de procedimentos relativos à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.
IN 38 de 13/3/2007 - Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.
IN 39 de 11/6/2007 - Trata do programa de consolidação e emancipação (auto-suficiência) dos assentamentos resultantes da reforma agrária - PAC no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
IN 42 de 18/9/2007 - Dispõe sobre procedimentos para reconhecimento de Projeto de Reassentamento de Barragem - PRB e a inclusão das agricultoras e dos agricultores reassentados em função da construção de barragens no Programa Nacional de Reforma Agrária e acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - Grupo A.
IN 46 de 26/5/2008 - Fixa os procedimentos para regularização fundiária de posses em áreas rurais de propriedade da União superiores a 100 (cem) hectares e até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais, localizadas na Amazônia Legal.
IN 47 de 16/9/09 - Estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação para assentamento de agricultores (as).
IN 51 De 25/5/2009 - Altera Anexo I (formulário de Inscrição da Unidade Familiar ao Programa Nacional de Reforma Agrária) da Instrução Normativa nº 38 de 13/3/2007, com o acréscimo de folha complementar para registrar os integrantes da unidade familiar no acesso de políticas públicas.
IN 54 de 22/7/2009 - Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.
IN 55 de 3/8/2009 - Estabelece diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA e dá outras providências.
IN 57 de 20/10/2009 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887 de 20/11/2003.
PRINCIPAIS NORMAS DE EXECUÇÃO:
NE 69 de 12/3/2008 - Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de Reforma Agrária.
NE 70 de 12/5/08 - Dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.
NE 71 de 12/5/2008 - Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES.
NE 74 de 25/6/2008 - Dispõe sobre os procedimentos para a análise de legitimidade de pagamentos decorrentes de decisões judiciais por meio de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV.
NE 77 de 29/9/2008 - Altera os valores de Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES para os projetos de assentamento da Reforma Agrária.
NE 80 de 26/01/2009 - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação e Atualização Cadastral de Imóveis Rurais, disposto no § 1º, do artigo 9º, do Decreto 4.449 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.
NE 83 de 26/5/2009 - Estabelece procedimentos administrativos e técnicos nas ações de obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais.

NE 84 de 2/9/2009 - Estabelece o fluxo operacional para concessão, aplicação, fiscalização a prestação de contas do Crédito Instalação, na modalidade Crédito Ambiental, no âmbito dos Projetos de Assentamento do Programa de Reforma Agrária.
NE 85 de 21/9/2009 - Dá nova redação ao parágrafo quarto do artigo 22 da Norma de Execução/INCRA/DD/Nº 84 de 2/9/2009, a qual estabelece o fluxo operacional para concessão, aplicação, fiscalização e prestação de contas do Crédito Instalação, na modalidade Crédito Ambiental, no âmbito dos Projetos de Assentamento do Programa de Reforma Agrária.
NE Nº 87 de 26/11/2009 - Dá nova redação aos dispositivos da Norma de Execução DT nº 69 de 12/3/2008, relacionados aos procedimentos e peças técnicas dos processos administrativos de criação de Projetos de reforma agrária.
NE Nº 88 de 23/11/2009 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nos casos abrangidos pela Portaria/INCRA/nº 12/2006, em que os detentores de imóveis rurais não atenderam a Intimação do INCRA e que, após a realização de diligências, não foram obtidas informações sobre o imóvel rural.
NE Nº 92 de 22/2/2010 - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação e Atualização Cadastral de Imóveis Rurais, disposto no §1º, do artigo 9º, do Decreto 4.440 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.
NE Nº 93 de 19/7/2010 - Dispõe sobre a aprovação de modelos de contrato de concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projeto de Assentamento Florestal - PAF).
NE Nº 95 de 27/8/2010 - Estabelece procedimentos administrativos e técnicos nas ações de obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais.
NE Nº 96 de 15/9/2010 - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação de Imóveis Rurais no INCRA disposto no Decreto 4.449 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA (Aprovado pela Portaria/INCRA/P nº 282 de 26/4/2004).
Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial (Aprovado pela NE/INCRA/DT nº 52 de 25/10/2006).
Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária (Elaborado em 6/2006).
Manual Operacional de ATES (Aprovado pela NE/INCRA/DD nº 78 de 31/10/2008).
Manual de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (Elaborado em 7/8/2009)
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Código UG SIAFI – 373050 – Superintendência Regional do Médio São Francisco SR-29/MSF
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Código SIAFI – 37201 – INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões
Código UG SIAFI – 373050 - Código SIAFI Gestão - 37201

Obs.: Os principais atos normativos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA encontram-se disponíveis na página da internet.

PARTE A - ITEM 02 DO ANEXO II DA DN 107/2010 - Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade
2.A) Responsabilidades Institucionais da Unidade
2.A.I - Competência Institucional
O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº. 1.110, de 09 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais. Promove a Reforma Agrária, através de políticas sociais, de desapropriação de terras que não atendam a função social, do ordenamento fundiário, da concessão de crédito as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária para produção de alimentos básicos no combate à fome e a miséria, promove a interiorização dos serviços públicos básicos objetivando a redução da migração rural.
02.A.II - Objetivos Estratégicos
Atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona:
- A desconcentração e democratização da estrutura fundiária;
- A produção de alimentos básicos;
- A geração de ocupação e renda;
- O combate à fome e à miséria;
- A diversificação de produtos agrícolas para consumo e dos serviços no meio rural;
- A interiorização dos serviços públicos básicos;
- A redução da migração campo-cidade;
- A democratização das estruturas de poder, e;
- A promoção da Cidadania e da Justiça Social.
02.B) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais
02.B.I - Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade
A SR-29/MSF foi criada com o objetivo de contribuir ativamente para o desenvolvimento rural sustentável na região do Médio São Francisco, onde a escassez de chuva é um dos maiores problemas encontrado na região. A maior estratégia é criar Assentamentos em áreas onde seja possível a utilização de recursos hídricos, seja nas margens do Rio São Francisco ou através da implementação de obras de infra-estrutura como a construção de Cisternas, Barragens e Adutoras.
02.B.II - Análise do Plano de Ação da Unidade no Ano de 2010
Além dos objetivos acima citados, a Superintendência Regional vem executando um trabalho de suma importância na área de Regularização Fundiária no Estado de Pernambuco, em parceria com o órgão de Terras - ITERPE – Instituto de Terras do Estado de Pernambuco. Com isso, ocorre a

regularização da área de posseiros que não têm documento, possibilitando a entrega do Título e, consequentemente a legalização de posses históricas em terras públicas estaduais; executa ações com a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, objetivando a regulação de ocupantes não-índios que forem atingidos pelo processo de desintrusão; executa ações em parceria com a FUNDAÇÃO PALMARES, do Programa Brasil Quilombola; atua com o Ministério Público, Justiça Federal e Polícia Federal nas ações complementares no combate ao plantio de psicotrópico na Região do Médio São Francisco.

02.C)Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

02.C.I – Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

Os Programas de Governo sob a responsabilidade de UJ são os seguintes:

a)Programa 0135 – Criação de Projetos de Assentamentos para Trabalhadores Rurais

b)Programa 0137 – Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos para Trabalhadores Rurais

c)Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

d)Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

e)Programa 0750 – Apoio Administrativo

f)Programa 1120 – Paz no Campo

g)Programa 1336 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

h)Programa 1350 – Educação no Campo (PRONERA)

i)Programa 1427 – ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

j)Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos da Mulher

02.C.II - Execução Física das Ações Vinculadas aos Programas

Programa 0135 – Criação de Projetos de Assentamentos para Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa 0135

Tipo de Programa – Programa de Atividade Fim

Objetivo Geral – Promover a Reforma Agrária através da Obtenção de Terras por meio da Desapropriação de áreas que não atendam a função social ou compra.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Ações Vinculadas ao Programa 0135

Ação 2272 – GAP – Gestão e Administração do Programa

Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária

Ação 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária.

Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis Rurais

Ação 8374 – Licenciamento Ambiental em Projetos de Assentamento

Execução Física e Financeira das Ações do Programa 0135

Execução Financeira da Ação 2272 - GAP

Ação 2272 – GAP – Gestão e Administração do Programa 0135

Finalidade: Constituir um centro de custo administrativo do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: A GAP – Gestão e Administração do Programa é utilizada para custear as despesas de apoio administrativo ao Programa Finalístico. Não comporta metas físicas por não se tratar de atividade fim.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro III – Execução Financeira da Ação 2272 – GAP Programa 0135

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	Percentual de Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	Percentual de Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	Percentual de Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 0,00	R\$ 35.954,60	R\$ 35.954,60	100 %	R\$ 35.221,68	97,96%	R\$ 35.221,68	100%

Fonte – SIAFI

As atividades desenvolvidas pela Divisão de Obtenção de Terras são na grande maioria de campo, ou seja, exige constante presença dos servidores nas áreas de execução, o que demanda recursos e estruturas específicas para tanto, justificando assim, o pequeno volume de recursos alocados na GAP – Gestão e Administração do Programa.

Quadro IV - Ação 2272 – GAP do Programa 0135 - Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	5.364,72	5.364,72	100,00%	5.364,72	100,00%	5.364,72	100,00%
3.3.90.33	28.382,08	28.382,08	100,00%	27.709,04	97,63%	27.709,04	100,00%
3.3.90.36	2.207,80	2.207,80	100,00%	2.147,92	97,29%	2.147,92	100,00%
Total	35.954,60	35.954,60	100,00%	35.221,68	97,96%	35.221,68	100,00%

Execução Física e Financeira da Ação 4460

Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária

Finalidade - Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de projetos de Assentamentos.

Descrição – Obtenção de Imóveis Rurais mediante pagamento da Terra nua em Títulos da Dívida Agrária – TDA e Benfeitorias em Moeda Corrente.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro V - Execução Física e Financeira da Ação 4460

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	A	3	Hectares	5.064,0	32.712,9	0,00	645,99%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	Percentual de Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	Percentual de Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	Percentual de Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 3.273.787,00	R\$ 1.677.782,57	R\$ 1.677.782,57	100%	R\$ 607.849,11	36,23%	R\$ 607.849,11	100 %

Fonte – SIAFI

Ação 4460 - De acordo com a meta prevista na Programação Orçamentária (PO) 2010, a Superintendência Regional do Médio São Francisco SR-29/MSF, através da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, deveria obter 5.064 hectares, conforme a tabela acima. Para o atendimento de tais metas, segundo critérios do INCRA/SEDE, foi destinado o montante de R\$ 3.273.787,00 na PO. Contudo, o valor da provisão recebida correspondeu a R\$ 1.677.782,57 com empenho efetivamente pago de R\$ 607.849,11; o que correspondente a 36,23% daquela provisão, de acordo com a tabela acima, extraída do SIAFI, para aquisição de área total de 32.712,9434 Hectares, correspondendo ao cumprimento de uma meta de **645,99%**.

Quadro VI - Ação 4460 -Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
4.5.90.61	1.677.782,57	1.677.782,57	100,00%	607.849,11	36,23%	607.849,11	100,00%
Total	1.677.782,57	1.677.782,57	100,00%	607.849,11	36,23%	607.849,11	100,00%

Quadro VII - Ação 4460 – Distribuição das Áreas

Item	Imóvel	Hectares	Capacidade de Famílias
Desapropriação Kit Decreto	7,0	2.815,7038	68,0
Desapropriação Decreto	8,0	7.788,2591	203,0
Desapropriação - Descentralização das TDA e Recursos para Pagamento das Benfeitorias	14,0	32.712,9434	295,0
Desapropriação – Ajuizamento da Ação	9,0	25.669,2508	208,0
Desapropriação – Imissão na Posse	16,0	26.741,3181	180,0
Compra e Venda – Kits TDA	1,0	475,8533	28,0
Compra e Venda - Descentralização das TDA e Recursos Pgto Benfeitorias	0,0	0,0	0,0
Compra e Venda – Levantamento de Escrituras em Cartório	0,0	0,0	0,0

Execução Física e Financeira da Ação 8384

Ação 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária.

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP).

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro VIII - Execução Física e Financeira da Ação 8384

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	A	3	Famílias	420	559	0,00	133,10%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	Percentual de Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	Percentual de Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	Percentual de Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 82.612,00	R\$ 159.605,94	R\$ 159.605,94	100 %	R\$ 153.908,67	96,43 %	R\$ 153.908,67	100,0 %

Fonte – SIAFI

O número de famílias beneficiadas com o processo de reforma agrária em 2010 foi de 559 famílias, atendidas através substituições de famílias em Projetos de Assentamento criados em exercícios anteriores e outras assentadas em novos Projetos. Criamos sete novos projetos de assentamento, em uma área de 19.310,6802ha, incluindo assim 152 novas vagas para as famílias que esperavam para se tornarem beneficiárias da Reforma Agrária. Vale salientar que iniciamos ainda o recadastramento de famílias sem terra de diversos movimentos sociais que atuam na nossa jurisdição e que se encontram acampadas. Na oportunidade cadastramos todos os acampamentos dos municípios de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e iniciamos no município de Cabrobó. De acordo com a Ouvidoria Agrária Regional e com informações advindas do próprio movimento existem hoje cerca de 6.000 famílias acampadas, que estão aguardando a obtenção de novas áreas para serem assentadas. O recadastramento iniciado visa principalmente retratar com exatidão esta situação, para que possamos atuar tendo o diagnóstico preciso de nossas demandas e, por conseguinte uma adequada estratégia de atuação para atender ao anseio das populações com a criação de projetos de assentamento. Atendendo a uma demanda dos movimentos sociais de atingidos por barragens no Rio São Francisco, conforme orientação da Coordenação Nacional de Obtenção cadastramos 1.656 famílias do Movimento dos Atingidos por Barragem de Itaparica (MABIN) nos municípios de Rodelas, Chorrochó e Glória – na Bahia – e Belém do São Francisco, Itacuruba, Floresta, Petrolândia e Jatobá – em Pernambuco, e ainda 2.510 famílias do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) nos municípios de Orocó, Santa Maria da Boa Vista – PE e Curaçá – BA. Dentro desta ação destacamos também o trabalho realizado pela Coordenação Regional da NE-70 e as ações de reestruturação do SIPRA, que passou a ter condições mais adequadas para a execução de suas atribuições.

Quadro IX - Ação 8384 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	92.317,94	92.317,94	100,00%	92.317,94	100,00%	92.317,94	100,00%
3.3.90.30	15.130,00	15.130,00	100,00%	9.432,73	62,34%	9.432,73	100,00%
3.3.90.33	52.158,00	52.158,00	100,00%	52.158,00	100,00%	52.158,00	100,00%
Total	159.605,94	159.605,94	100,00%	153.908,67	96,43%	153.908,67	100,00%

Quadro X - Ação 8384 – Distribuição Famílias Assentadas

Indicador	Número de Famílias
Famílias Assentadas em Área Desapropriada	429,0
Famílias Assentadas em Área Comprada	12,0
Famílias Assentadas em Área Arrecadada	3,0
Famílias Assentadas em Área Reconhecida	15,0
Famílias Assentadas em Área Obtida através de Outras Formas	100,0
Total	559,0

Execução Física e Financeira da Ação 8387

Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis Rurais

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XI – Execução Física e Financeira da Ação 8387

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	A	3	Hectares	56.810	10.712,22	6.693,35	18,86%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	Percentual de Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	Percentual de Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	Percentual de Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 369.263,00	R\$ 353.496,74	R\$ 353.496,74	100,0 %	R\$ 307.262,47	86,92 %	R\$ 307.262,47	100 %

Fonte – SIAFI

A SR-29/MSF teve, para o exercício de 2010, meta de vistoria e avaliação de imóveis da ordem de 56.810ha, conforme tabela acima. Entretanto, considerando as vistorias preliminares e de avaliação iniciadas e em execução, cujas atividades de campo foram concluídas, juntamente com as perícias judiciais soma-se 22.680,89ha, ou seja, 39,92% da meta. Salientamos aqui que esta ação custeia ainda as atividades relacionadas à pesquisa cartorial, comunicação prévia aos proprietários dos imóveis, imissões na posse de imóveis rurais desapropriados e expropriados que em 2010

totalizaram 16 imóveis com área total de 26.741,0714ha, ajuizamento de ações de desapropriação em Subseções da Justiça Federal nos diversos municípios de nossa jurisdição e outros compromissos gerenciais conexos a obtenção de terras que não foram custeados pela Ação 2272.

Quadro XII - Ação 8387 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	113.413,37	113.413,37	100,00%	113.413,37	100,00%	113.413,37	100,00%
3.3.90.30	113.831,92	113.831,92	100,00%	92.886,85	81,60%	92.886,85	100,00%
3.3.90.33	107.258,20	107.258,20	100,00%	84.593,00	78,87%	84.593,00	100,00%
3.3.90.39	17.831,30	17.831,30	100,00%	15.207,30	85,28%	15.207,30	100,00%
3.3.90.92	1.161,95	1.161,95	100,00%	1.161,95	100,00%	1.161,95	100,00%
Total	353.496,74	353.496,74	100,00%	307.262,47	86,92%	307.262,47	100,00%

Quadro XIII - Dados da Ação 8387

Indicador	Concluídas		Em Execução	
	Imóvel	Área	Imóvel	Área
Vistoria para Levantamento de Dados e Informações Preliminares	11,0	7.939,55	3,0	4.848,41
Vistoria Para Avaliação	4,0	2.772,67	3,0	1.844,94
Perícias Judiciais	4,0	5.275,32	0,0	-
Total	19,0	15.987,54	6,0	6.693,35

Execução Física e Financeira da Ação 8374

Ação 8374 – Licenciamento Ambiental em Projetos de Assentamento

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução CONAMA 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XIV – Execução Física e Financeira da Ação 8374

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	A	3	Licença	25,0	44,0	0,0	176,00 %

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	Percentual de Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	Percentual de Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	Percentual de Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 242.259,00	R\$ 140.831,32	R\$ 140.831,32	100 %	R\$ 129.696,23	92,09%	R\$ 129.696,23	100,0 %

Fonte – SIAFI

A ação de Licenciamento Ambiental abrange não somente as licenças protocoladas, mas também o cumprimento das suas condicionantes, bem como as averbações de reservas legais. Além de se buscar com frequência a conscientização ambiental e parcerias junto aos órgãos estaduais para que haja uma maior agilidade e menor custo no procedimento. Os gastos referentes ao desempenho desta ação foram realizados no desenvolvimento do processo de licenciamento ambiental das áreas com potencialidades de se tornarem projetos de assentamento, bem como com assentamentos já existentes pertencentes a esta jurisdição, basicamente com a realização de vistorias para elaboração de laudos agrônômicos das áreas que tinham esta pendência, o pagamento de taxas aos órgãos ambientais para o licenciamento ambiental, averbação da reserva legal e serviços de capacitação ou reuniões com os órgãos ambientais. No referido ano, não houve nenhuma contratação ou parceria ou transferência de recursos para outras entidades.

Quadro XV - Ação 8374 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	25.782,42	25.782,42	100,00%	25.782,42	100,00%	25.782,42	100,00%
3.3.90.30	40.298,90	40.298,90	100,00%	39.446,96	97,89%	39.446,96	100,00%
3.3.90.33	8.800,00	8.800,00	100,00%	8.800,00	100,00%	8.800,00	100,00%
3.3.90.47	21.079,95	21.079,95	100,00%	10.796,80	51,22%	10.796,80	100,00%
3.3.91.39	44.870,05	44.870,05	100,00%	44.870,05	100,00%	44.870,05	100,00%
Total	140.831,32	140.831,32	100,00%	129.696,23	92,09%	129.696,23	100,00%

Quadro XVI - Dados da Ação 8374

Item	Licenças
Licença Prévia ou Similar Protocolada	43,0
Licença Prévia ou Similar Emitida	1,0
Licença Prévia ou Similar Renovada	18,0
LIO – Licença de Instalação ou Operação ou Similar Protocolada	1,0
LIO – Licença de Instalação ou Operação ou Similar Emitida	1,0
Assentamentos com Licença Prévia ou Similar em Vigor	54,0
Assentamentos com Licença de Instalação ou Operação ou Similar em Vigor	2,0

Quadro XVII - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 0135

RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMA E AÇÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
PROGRAMA 0135 - CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	2.367.671,17	2.367.671,17	1.233.938,16	1.233.938,16
AÇÃO 2272 - GAP - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	35.954,60	35.954,60	35.221,68	35.221,68
3.3.90.14 - Diárias	5.364,72	5.364,72	5.364,72	5.364,72
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	28.382,08	28.382,08	27.709,04	27.709,04
3.3.90.36 - Serviço de Pessoa Física	2.207,80	2.207,80	2.147,92	2.147,92
AÇÃO 4460 - OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA A REFORMA AGRÁRIA	1.677.782,57	1.677.782,57	607.849,11	607.849,11
4.5.90.61 - Inversões Financeiras - Aquisição de Imóveis	1.677.782,57	1.677.782,57	607.849,11	607.849,11
AÇÃO 8384 - CADASTRO, SELEÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE FAMÍLIAS	159.605,94	159.605,94	153.908,67	153.908,67
3.3.90.14 - Diárias	92.317,94	92.317,94	92.317,94	92.317,94
3.3.90.30 - Material de Consumo	15.130,00	15.130,00	9.432,73	9.432,73
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	52.158,00	52.158,00	52.158,00	52.158,00
AÇÃO 8387 - VISTORIA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	353.496,74	353.496,74	307.262,47	307.262,47
3.3.90.14 - Diárias	113.413,37	113.413,37	113.413,37	113.413,37
3.3.90.30 - Material de Consumo	113.831,92	113.831,92	92.886,85	92.886,85

3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	107.258,20	107.258,20	84.593,00	84.593,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	17.831,30	17.831,30	15.207,30	15.207,30
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.161,95	1.161,95	1.161,95	1.161,95
AÇÃO 8374 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL	140.831,32	140.831,32	129.696,23	129.696,23
3.3.90.14 - Diárias	25.782,42	25.782,42	25.782,42	25.782,42
3.3.90.30 - Material de Consumo	40.298,90	40.298,90	39.446,96	39.446,96
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	8.800,00	8.800,00	8.800,00	8.800,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	44.870,05	44.870,05	44.870,05	44.870,05
3.3.90.47 - Tributos	21.079,95	21.079,95	10.796,80	10.796,80

Execução Física das Ações Vinculadas aos Programas

Programa 0137 – Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Dados Gerais do Programa 0137

Tipo de Programa – Programa de Atividade Fim

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Ações Vinculadas ao Programa 0137

Ação 2272 – GAP – Gestão e Administração do Programa

Ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação de Projetos de Assentamentos

Ação 2B06 – Manejo de Recursos Naturais

Ação 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em PA.

Ação 8396 – Implantação de Infra-Estrutura Básica em Projetos de Assentamentos

Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos

Execução Financeira da Ação 2272 - GAP

Ação 2272 – GAP – Gestão e Administração do Programa 0137

Finalidade: Constituir um centro de custo administrativo do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: A GAP – Gestão e Administração do Programa é utilizada para custear as despesas de apoio administrativo ao Programa Finalístico. Não comporta metas físicas por não se tratar de atividade fim.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XVIII - Execução Financeira da Ação 2272

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	Percentual de Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	Percentual de Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	Percentual de Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 528.714,00	R\$ 857.566,49	R\$ 857.566,49	100 %	R\$ 798.706,05	93,14%	R\$ 798.706,05	100 %

Fonte – SIAFI

As atividades da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos necessitam de constante acompanhamento e fiscalização em campo – Programas de Trabalhos, Discussão de Planos de Aplicação de Recursos, Acompanhamento e Fiscalização da Efetiva Utilização - O que demanda um grande volume de recursos para a GAP – Gestão e Administração do Programa, notadamente na locação de viaturas, tendo em vista a insuficiência da frota da SR. Verifique-se que do valor liquidado 25,88 % refere-se a contratação de veículos.

Quadro XIX - Ação 2272 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	355.559,30	355.559,30	100,00%	355.559,30	100,00%	355.559,30	100,00%
3.3.90.30	149.241,35	149.241,35	100,00%	137.140,91	91,89%	137.140,91	100,00%
3.3.90.33	194.300,00	194.300,00	100,00%	194.300,00	100,00%	194.300,00	100,00%
3.3.90.39	57.608,92	57.608,92	100,00%	22.548,92	39,14%	22.548,92	100,00%
3.3.90.92	16.352,82	16.352,82	100,00%	16.352,82	100,00%	16.352,82	100,00%
4.4.90.52	84.504,10	84.504,10	100,00%	72.804,10	86,15%	72.804,10	100,00%
Total	857.566,49	857.566,49	100,00%	798.706,05	93,14%	798.706,05	100,00%

Execução Física e Financeira da Ação 0427

Ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação de Projetos de Assentamentos

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XX – Execução Física e Financeira da Ação 0427

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	A	3	Famílias	1120	1.229,0	928,0	109,73%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago – R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 17.846.303,00	R\$ 42.850.100,00	R\$ 42.850.100,00	100,0%	R\$ 15.530.800,00	36,24%	R\$ 15.290.800,00	98,45%

Fonte – SIAFI

A Superintendência Regional do INCRA SR-29/MSF possui uma demanda de aplicação de crédito instalação bastante elevada e superior à prevista em suas metas físicas e orçamentárias, tanto que o valor programado inicialmente de R\$ 17 milhões, a provisão recebida foi de R\$ 42 milhões, o que representa um acréscimo de 140 %. Cumpre registrar que apesar da insuficiência de servidores a execução foi maximizada pela gestão da área de desenvolvimento. Assim, em 2010 foram disponibilizados créditos nas diversas modalidades para 5.578 famílias (Ver Tabela abaixo).

A modalidade Apoio Inicial é destinada à aquisição de máquinas, implementos e ferramentas de trabalho; máquinas e equipamentos de apoio à produção e à comercialização; de gêneros alimentícios; insumos agrícolas; animais de tração, animais de grande porte, médio e pequeno porte, exceto bovino de corte.

A modalidade Aquisição de Materiais de construção admite: compra de materiais necessários à construção da habitação rural, inclusive banheiro e fossa, bem como o pagamento de mão-de-obra para a construção e serviço técnico específico para qualificações das habitações. Os recursos poderão ser utilizados na complementação de iniciativas oficiais de financiamento para construção de unidades habitacionais, desde que partam da iniciativa dos beneficiários.

As modalidades de Fomento e Adicional de Fomento são destinadas à aquisição de máquinas, implementos e ferramentas de trabalho; máquinas e equipamentos de apoio à produção e à comercialização; insumos agrícolas; animais de tração, animais de grande, médio e pequeno porte, exceto bovino de corte.

A modalidade Semi-árido admite a implantação de obras de serviços que visem proporcionar segurança hídrica às famílias, em projetos de assentamento localizados no semi-árido. Mediante apresentação de projeto técnico, que identifique a necessidade de materiais, obras e serviços para a captação, armazenamento e distribuição de água, podendo ser utilizado na complementação de programas de convivência com o semi-árido, de qualquer ente federado ou outros parceiros.

A modalidade Recuperação/Materiais de Construção admite a compra de materiais necessários à reforma ou ampliação de habitações rurais, indicados em Laudo Técnico Individual, bem como pagamento de mão-de-obra.

Quadro XXI – DESMONSTRATIVO DA DESPESA POR ELEMENTO E POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO

Ação 0427 – Crédito Instalação – Modalidade Apoio Inicial - Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
4.5.90.66	320.400,00	320.400,00	100,00%	172.800,00	53,93%	172.800,00	100,00%

Total	320.400,00	320.400,00	100,00%	172.800,00	53,93%	172.800,00	100,00%
-------	------------	------------	---------	------------	--------	------------	---------

Ação 0427 – Crédito Instalação – Modalidade Fomento - Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
4.5.90.66	793.800,00	793.800,00	100,00%	614.800,00	77,45%	614.800,00	100,00%

Total	793.800,00	793.800,00	100,00%	614.800,00	77,45%	614.800,00	100,00%
-------	------------	------------	---------	------------	--------	------------	---------

Ação 0427 – Crédito Instalação – Modalidade Aquisição de Materiais de Construção - Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
4.5.90.66	20.669.000,00	20.669.000,00	100,00%	4.804.000,00	23,24%	4.804.000,00	100,00%

Total	20.669.000,00	20.669.000,00	100,00%	4.804.000,00	23,24%	4.804.000,00	100,00%
-------	---------------	---------------	---------	--------------	--------	--------------	---------

Ação 0427 – Crédito Instalação – Modalidade Recuperação de Materiais de Construção - Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
4.5.90.66	20.280.000,00	20.280.000,00	100,00%	9.556.000,00	47,12%	9.316.000,00	97,49%

Total	20.280.000,00	20.280.000,00	100,00%	9.556.000,00	47,12%	9.316.000,00	97,49%
-------	---------------	---------------	---------	--------------	--------	--------------	--------

Ação 0427 – Crédito Instalação – Modalidade Adicional de SemiÁrido - Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
4.5.90.66	294.500,00	294.500,00	100,00%	148.000,00	50,25%	148.000,00	100,00%

Total	294.500,00	294.500,00	100,00%	148.000,00	50,25%	148.000,00	100,00%
-------	------------	------------	---------	------------	--------	------------	---------

Ação 0427 – Crédito Instalação – Modalidade Apoio Mulher - Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
4.5.90.66	46.400,00	46.400,00	100,00%	46.400,00	100,00%	46.400,00	100,00%
Total	46.400,00	46.400,00	100,00%	46.400,00	100,00%	46.400,00	100,00%

Ação 0427 – Crédito Instalação – Territórios - Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
4.5.90.66	446.000,00	446.000,00	100,00%	188.800,00	42,33%	188.800,00	100,00%
Total	446.000,00	446.000,00	100,00%	188.800,00	42,33%	188.800,00	100,00%

Quadro XXII - Dados da Ação 0427 – Aplicação de Créditos

Modalidade de Crédito	Concluídas		Em Execução	
	Projetos de Assentamentos	Famílias	Projetos de Assentamentos	Famílias
Apoio Inicial Disponibilizado	3,0	38,00	4,0	32,00
Apoio Inicial Disponibilizado - Complementação de Crédito		19,00		
Apoio Mulher Disponibilizado	2,0	58,00		
Aquisição de Materiais de Construção - Disponibilizado	4,0	66,00	3,0	46,00
Aquisição Mat. Construção - Disponib. - Complementação Crédito		702,00		1.614,00
Casas Construídas		408,00		
Fomento Disponibilizado	3,0	38,00	4,0	38,00
Fomento - Disponibilizado - Complementação de Crédito		5,00		4,00
Adicional de Fomento - Disponibilizado			5,0	61,00
Adicional do Semiárido - Disponibilizado	3,0	63,00	4,0	31,00
Adicional do Semiárido - Disponibilizado - Complementação de Crédito		49,00		
Recuperação de Material de Construção - Disponibilizado	20,0	966,00	7,0	720,00
Recuperação de Material de Construção - Disponibilizado - Complementação de Crédito		259,00		361,00
Total	35,0	1.229,00	22,0	928,00
Total Geral	35,0	2.671,00	27,0	2.907,00

Execução Física e Financeira da Ação 2B06

Ação 2B06 – Manejo de Recursos Naturais

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção de gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação) das Áreas de Reserva.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XXIII - Execução Física e Financeira da Ação 2B06

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	A	3	Famílias	12,0	0,0	0,0	0%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 40.949,00	R\$ 22.688,82	R\$ 22.688,82	100,0 %	R\$ 21.174,41	93,33%	R\$ 21.174,41	100 %

Fonte – SIAFI

A ação de Manejo de recursos naturais é gerida a partir do serviço de meio ambiente sob a responsabilidade da divisão de obtenção. Todavia a Divisão de Desenvolvimento acompanha e monitora em parceria, Planos de manejo instalados em 07 Projetos de Assentamentos, contemplando 179 Famílias Assentadas, na região do Pajeú, sob a coordenação da APNE – Associação Plantas do Nordeste com quem o INCRA detém convênio com recursos oriundos do Programa 4320 – Fomento a Agrocomercialização – Terra Sol. Os recursos utilizados foram de diárias, material de consumo e locomoção de servidores para o monitoramento dos PA's.

Quadro XXIV - Ação 2B06 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	5.707,83	5.707,83	100,00%	5.707,83	100,00%	5.707,83	100,00%
3.3.90.30	10.327,99	10.327,99	100,00%	8.813,58	85,34%	8.813,58	100,00%
3.3.90.33	6.653,00	6.653,00	100,00%	6.653,00	100,00%	6.653,00	100,00%
Total	22.688,82	22.688,82	100,00%	21.174,41	93,33%	21.174,41	100,00%

Execução Física e Financeira da Ação 4358

Ação 4358 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em PA.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XXV – Execução Física e Financeira da Ação 4358

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	A	3	Documento Emitido	2.355,0	981,0	0,00	41,65%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	% Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago – R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 341.505,00	R\$ 277.530,30	R\$ 277.530,30	100,0 %	R\$ 262.830,30	94,70%	R\$ 262.830,30	100 %

Fonte – SIAFI

O principal problema enfrentado para a execução desta ação foi a inexistência de um banco de dados confiável, já que o SIPRA estava desatualizado e apresentou diversos problemas para ser acessado durante o ano. Além disso, o arquivo físico que contém as informações dos Projetos e famílias assentadas em consequência disso, ficou sem alimentação. Assim, as equipes de campo têm encontrado grande dificuldade para emissão do CCU – Contrato de Concessão de Uso e Títulos. Este fato foi potencializado pela baixa capacidade operacional, tanto da Divisão de

Desenvolvimento quanto da Divisão responsável pela manutenção do SIPRA, mais especificamente o setor de Implantação de Assentamentos, da Divisão de Desenvolvimento. Iniciamos uma completa reestruturação desse setor, tanto com pessoal, quanto na parte de infra-estrutura, no item espaço físico. Mesmo assim, houve um número expressivo de processos analisados (1.712), com a expedição de 981,0 CCU – Contratos de Concessão de Uso e houve também, um levantamento ocupacional em 05 PA's com estudo em 921,0 Famílias que deverão entrar no planejamento para 2011, visando a aplicação da IN 47. Na questão da emissão de CCU's houve apoio dos servidores de outras Superintendências com pagamento de diárias.

Quadro XXVI - Ação 4358 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	164.753,50	164.753,50	100,00%	164.753,50	100,00%	164.753,50	100,00%
3.3.90.30	15.895,84	15.895,84	100,00%	11.195,84	70,43%	11.195,84	100,00%
3.3.90.33	84.600,00	84.600,00	100,00%	84.600,00	100,00%	84.600,00	100,00%
3.3.90.39	10.000,00	10.000,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.3.90.92	2.280,96	2.280,96	100,00%	2.280,96	100,00%	2.280,96	100,00%
Total	277.530,30	277.530,30	100,00%	262.830,30	94,70%	262.830,30	100,00%

Quadro XXVII - Dados Titulação em 2010

Assentamento	Análise de Processos e Levantamento Ocupacional	Expedição de CCU – Contrato de Concessão de Uso
PA Abreu e Lima	395,0	203,0
PA Catalunha	432,0	216,0
PA Província do Uige	101,0	55,0
PA Curralinho dos Angicos	50,0	29,0
PA Entremontes	106,0	42,0
PA São José do Vale	35,0	32,0
PA Nossa Sra. Da Conceição I	17,0	11,0
PA Agua Viva	187,0	110,0
PA Virgulino Ferreira	299,0	200,0
PA Nova Esperança II	22,0	21,0
PA Mororó dos Peixotos	20,0	19,0
PA Sitio Novo	20,0	20,0
PA Boa Vista	8,0	6,0
PA Asa Branca	20,0	17,0
Total	1.712,0	981,0
Levantamento Ocupacional para aplicação da IN 47/2008	921,0	0,0

Execução Física e Financeira da Ação 8396

Ação 8396 – Implantação de Infra-Estrutura Básica em Projetos de Assentamentos

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede

elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XXVIII - Execução Física e Financeira da Ação 8396

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	A	3	Famílias	1.042,0	980,0	565,0	94,05%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 2.877.121,00	R\$ 2.216.812,50	R\$ 2.216.812,50	100 %	R\$ 2.216.812,50	100%	R\$ 2.216.812,50	100 %

Fonte – SIAFI

Para a realização das atividades desta ação, existe um Termo de Parceria em execução com a **CDB – Associação Crédito Brasil**, Processo Administrativo número 54141.004353/2009-40, CRT/MSF – 724139/2009, para a qual houve pagamento de R\$ 2.216.812,50 em 2010. É importante frisar as obras abaixo relacionadas foram realizadas ou estão sendo realizadas com recursos de 2009 e 2010.

Quadro XXIX – DADOS DE EXECUÇÃO DA AÇÃO 8396

Sistema de Abastecimento D'água

Assentamento	Município – PE	Famílias Beneficiadas	Observação
Catalunha I	Santa Maria B. Vista	196,0	Concluído
Catalunha II	Santa Maria B. Vista	408,0	Concluído
São João do Ouricuri	Ouricuri	80,0	Em Execução
Lago Azul	Petrolândia	50,0	Em Execução
Moura	Petrolândia	16,0	Em Execução
Chapada do Pebá	Santa Maria B. Vista	16,0	Em Execução
Total – 06 Projetos		766,0	

Projeto Elétrico de Irrigação

Assentamento	Município – PE	Famílias Beneficiadas	Observação
Safra	Santa Maria B. Vista	220,0	Em Execução

Dezinho Ângelo	Parnamirim	37,0	Em Execução
Senhora Santana	Parnamirim	20,0	Em Execução
Total – 03 Projetos		277,0	

Barragens de Terra

Assentamento	Município – PE	Famílias Beneficiadas	Observação
Cachoeira	Mirandiba	30,0	Em Execução
N. Sra. Da Conceição	Santa Maria B. Vista	140,0	Concluído
Brilhante	Santa Maria B. Vista	55,0	Concluído
São Pedro	Parnamirim	40,0	Concluído
Total – 04 Projetos		265,0	

Estrada Vicinal com Bueiros

Assentamento	Município – PE	Famílias Beneficiadas	Observação
São João do Ouricuri	Ouricuri	80,0	Em Execução
Moura	Petrolândia	16,0	Concluído
Lago Azul	Petrolândia	50,0	Concluído
Miguel Arraes	Petrolândia	20,0	Concluído
Chapada do Pebá	Santa Maria da Boa Vista	16,0	Em Execução
Brilhante	Santa Maria B. Vista	55,0	Concluída
Total – 06 Projetos		237,0	
Total Geral – 19 Projetos de Assentamentos		1.545,0 Famílias	

Conforme demonstra a Tabela acima, foram concluídas as obras em 09,0 Projetos de Assentamentos, beneficiando 980,0 Famílias Assentadas. Estão em execução as obras em 10,0 Projetos de Assentamentos que irá beneficiar mais 565,0 Famílias.

Quadro XXX - Ação 8396 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
4.4.50.51	2.216.812,50	2.216.812,50	100,00%	2.216.812,50	100,00%	2.216.812,50	100,00%
Total	2.216.812,50	2.216.812,50	100,00%	2.216.812,50	100,00%	2.216.812,50	100,00%

Execução Física e Financeira da Ação 8398

Ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamentos

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XXXI – Execução Física e Financeira da Ação 8398

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Previst a na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	A	3	Número de Famílias	1.191,0	281,0	632,0	23,59%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programaçã o na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenh o Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empe nho Liquida do (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	% Empenh o Pago (h=g/e)
R\$ 833.677,00	R\$ 492.351,79	R\$ 492.351,79	100,0%	R\$ 479.416,78	97,37%	R\$ 479.416,78	100 %

Fonte – SIAFI

Em 2010, através da execução direta foi iniciado um total de 913,0 parcelamentos de Lotes em Assentamentos, sendo que foram concluídos apenas 281,0 Lotes, ficando um total de 632,0 Demarcações em Execução para serem concluídas em 2011. As maiores dificuldades encontradas foi o fato da ação ser dividida em duas situações:

Primeira – áreas emblemáticas com problemas de ocupações desordenadas, principalmente aquelas obtidas por doação trabalhadas com execução direta.

Segunda – áreas consideradas dentro da normalidade em que o INCRA realizou apenas o ante-projeto de parcelamento, na qual foram licitadas através de Pregão Eletrônico em que o Licitante depois de homologada a proposta, não executou o objeto, sendo cancelado o empenho efetuado e rescindido o contrato. Acrescente-se aos dispêndios com recursos da ação, alguns outros serviços realizados pelas equipes de campo, que se deslocaram nos períodos para outras ações, tais como, mediação de conflitos em divisas de área de regularização fundiária, georreferenciamento de ajustes em Projetos de Assentamentos já demarcados e custos com servidores de outras SR's que vieram realizar serviços dentro da ação. Dos recursos utilizados, o total de 29,26 % foi gasto com locação de viaturas.

Quadro XXXII - Ação 8398 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	275.466,33	275.466,33	100,00%	275.466,33	100,00%	275.466,33	100,00%
3.3.90.30	29.656,72	29.656,72	100,00%	23.683,31	79,86%	23.683,31	100,00%
3.3.90.33	140.319,00	140.319,00	100,00%	140.319,00	100,00%	140.319,00	100,00%
3.3.90.36	33.592,00	33.592,00	100,00%	33.592,00	100,00%	33.592,00	100,00%
3.3.90.92	2.197,74	2.197,74	100,00%	2.197,74	100,00%	2.197,74	100,00%
3.3.91.47	11.120,00	11.120,00	100,00%	4.158,40	37,40%	4.158,40	100,00%
Total	492.351,79	492.351,79	100,00%	479.416,78	97,37%	479.416,78	100,00%

Quadro XXXIII - Dados da Ação 8398 – Serviço de Topografia

Indicador	Concluídas		Em Execução	
	Projeto de Assentamentos	Famílias Atendidas	Projeto de Assentamentos	Famílias Atendidas
Serviço de Topografia	6,0	281,00	3,0	632,00
Total	6,0	281,00	3,0	632,00

Quadro XXXIV - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 0137

RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMA E AÇÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
PROGRAMA 0137 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	46.717.049,90	46.717.049,90	19.309.740,04	19.069.740,04
AÇÃO 2272 - GAP - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	857.566,49	857.566,49	798.706,05	798.706,05
3.3.90.14 - Diárias	355.559,30	355.559,30	355.559,30	355.559,30
3.3.90.30 - Material de Consumo	149.241,35	149.241,35	137.140,91	137.140,91
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	194.300,00	194.300,00	194.300,00	194.300,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	57.608,92	57.608,92	22.548,92	22.548,92
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	16.352,82	16.352,82	16.352,82	16.352,82
4.4.90.52 - Investimento - Material Permanente	84.504,10	84.504,10	72.804,10	72.804,10

AÇÃO 0427 - CRÉDITO DE INSTALAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	42.850.100,00	42.850.100,00	15.530.800,00	15.290.800,00
4.5.90.66 - Inversões Financeiras - Concessão de Empréstimos	42.850.100,00	42.850.100,00	15.530.800,00	15.290.800,00
AÇÃO 2B06 - MANEJO DE RECURSOS NATURAIS	22.688,82	22.688,82	21.174,41	21.174,41
3.3.90.14 - Diárias	5.707,83	5.707,83	5.707,83	5.707,83
3.3.90.30 - Material de Consumo	10.327,99	10.327,99	8.813,58	8.813,58
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	6.653,00	6.653,00	6.653,00	6.653,00
AÇÃO 4352 - TITULAÇÃO, CONCESSÃO E DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS EM PA	277.530,30	277.530,30	262.830,30	262.830,30
3.3.90.14 - Diárias	164.753,50	164.753,50	164.753,50	164.753,50
3.3.90.30 - Material de Consumo	15.895,84	15.895,84	11.195,84	11.195,84
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	84.600,00	84.600,00	84.600,00	84.600,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	10.000,00	10.000,00	-	-
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.280,96	2.280,96	2.280,96	2.280,96
AÇÃO 8396 - INFRA ESTRUTURA EM PROJETOS ASSENTAMENTOS	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50
4.4.50.51 - Investimentos - Obras e Instalações - Transferências para Instituições - CDB	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50
AÇÃO 8398 - TOPOGRAFIA	492.351,79	492.351,79	479.416,78	479.416,78
3.3.90.14 - Diárias	275.466,33	275.466,33	275.466,33	275.466,33
3.3.90.30 - Material de Consumo	29.656,72	29.656,72	23.683,31	23.683,31
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	140.319,00	140.319,00	140.319,00	140.319,00
3.3.90.36 - Serviço de Pessoa Física	33.592,00	33.592,00	33.592,00	33.592,00
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.197,74	2.197,74	2.197,74	2.197,74
3.3.91.47 - Tributos	11.120,00	11.120,00	4.158,40	4.158,40

Execução Física das Ações Vinculadas aos Programas

Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa 0138

Tipo de Programa – Programa de Atividade Fim

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar a Regularização Fundiária.

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Ações Vinculadas ao Programa 0138

Ação 2272 – GAP – Gestão e Administração do Programa

Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Execução Financeira da Ação 2272 - GAP

Ação 2272 – GAP – Gestão e Administração do Programa 0138

Finalidade: Constituir um centro de custo administrativo do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: A GAP – Gestão e Administração do Programa é utilizada para custear as despesas de apoio administrativo ao Programa Finalístico. Não comporta metas físicas por não se tratar de atividade fim.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XXXV – Execução Financeira da Ação 2272

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	Percentual de Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	Percentual de Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	Percentual de Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 0,00	R\$ 115.189,78	R\$ 115.189,78	100,0 %	R\$ 63.775,88	55,37%	R\$ 63.775,88	100%

Fonte – SIAFI

As atividades desenvolvidas pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária ou a grande maioria destas atividades é realizada no campo, ou seja, exige constante presença dos servidores nas áreas de execução, o que exige recursos e estruturas específicas para tanto, justificando assim, o pequeno volume de recursos alocados na GAP – Gestão e Administração do Programa;

Quadro XXXVI - Ação 2272 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	34.257,02	34.257,02	100,00%	34.257,02	100,00%	34.257,02	100,00%
3.3.90.30	11.448,38	11.448,38	100,00%	4.314,48	37,69%	4.314,48	100,00%
3.3.90.33	69.484,38	69.484,38	100,00%	25.204,38	36,27%	25.204,38	100,00%
Total	115.189,78	115.189,78	100,00%	63.775,88	55,37%	63.775,88	100,00%

Execução Física e Financeira da Ação 2105

Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com o objetivo de melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados em trabalho semelhante a escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização); b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrares; c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país; d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho; e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE; f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XXXVII – Execução Física e Financeira da Ação 2105

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	125	A	3	Imóvel Gerenciado	30.000,0	5.416,0	0,0	18,05%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago – R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 270.000,00	R\$ 248.187,82	R\$ 248.187,82	100 %	R\$ 242.702,64	97,79 %	R\$ 242.702,64	100,0%

Fonte – SIAFI

A maior parte destes recursos foi aplicada na ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas, ação esta, que tem por objetivo diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas, uma fase complexa no processo de regularização fundiária, pois nesta fase além de ser verificada a situação jurídica dos lotes através de levantamento cartorial (cadeia dominial) é preciso realizar a localização em campo do imóvel o que requer o acompanhamento do possível ocupante no respectivo lote. Essa atividade foi realizada no período de janeiro a maio de 2010.

É importante frisar, que esta provisão recebida para a ação 2105 tinha como finalidade à deflagração de ações discriminatórias em vários municípios jurisdicionados por esta regional, por isso o nº a ser executado de 30.000,00 imóveis propostos na meta do ano de 2010, o que na prática ocorreu, foi que não houve descentralização de recursos visando as ações discriminatórias nos municípios propostos inicialmente, mas como no município de Itacuruba-PE esta ação já tinha sido iniciada em novembro de 2009 e a necessidade de urgência na solução ao caso dos remanescentes negros do Gilu levou a não interrupção dos trabalhos, uma vez que a paralisação desta ação traria grandes prejuízos ao erário público e a reparação aos danos territoriais e culturais a comunidade remanescente de Negros do Gilu. A meta estabelecida para o Setor de Cadastro Rural, sem os cadastros oriundos das Ações Discriminatórias foi de 6.000 imóveis gerenciados, a executada foi de 5.416, portanto, 90,27% da realizada da meta estabelecida para o Setor.

Quadro XXXVIII - Ação 2105 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	158.132,41	158.132,41	100,00%	158.132,41	100,00%	158.132,41	100,00%
3.3.90.30	25.055,41	25.055,41	100,00%	19.570,23	78,11%	19.570,23	100,00%
3.3.90.33	65.000,00	65.000,00	100,00%	65.000,00	100,00%	65.000,00	100,00%
Total	248.187,82	248.187,82	100,00%	242.702,64	97,79%	242.702,64	100,00%

Quadro XXXIX - Dados do Cadastro Rural – SNCR

Indicador	Quantidade
Imóveis Gerenciados	5.416,0
Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR emitidos	53.752,0

Execução Física e Financeira da Ação 4426

Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e

Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa – Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XL - Execução Física e Financeira da Ação 4426

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	127	A	3	Hectares	0,0	3.805,5375	0,00	100,0%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 0,00	R\$ 469.788,42	R\$ 469.788,42	100%	R\$ 63.581,90	13,53%	R\$ 63.581,90	100,0%

Fonte – SIAFI

Os gastos nos elementos de despesas nº 14, 30 e 33 tiveram o objetivo de fiscalizar as ações da empresa contratada para realizar o georreferenciamento no município de Itacuruba-PE e resolução de conflitos que surgiram em campo em decorrência da demarcação. No elemento de nº 39 a liquidação de 20,74 % do valor refere-se a assinatura de contrato e mobilização da empresa contratada. Os trabalhos da empresa contratada devem ser finalizados agora em 2011, por esta razão, não aparecem nos quantitativos acima.

Quadro XLI - Ação 4426 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	8.299,42	8.299,42	100,00%	8.299,42	100,00%	8.299,42	100,00%
3.3.90.30	6.609,00	6.609,00	100,00%	4.016,09	60,77%	4.016,09	100,00%
3.3.90.33	24.706,00	24.706,00	100,00%	24.706,00	100,00%	24.706,00	100,00%
3.3.90.39	128.060,00	128.060,00	100,00%	26.560,39	20,74%	26.560,39	100,00%
3.3.30.41	302.113,60	302.113,60	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	469.788,02	469.788,02	100,00%	63.581,90	13,53%	63.581,90	100,00%

Quadro XLII - Dados da Ação 4426 – Georreferenciamento de Imóveis Rurais

Indicador	Concluído		Em Execução	
	Imóvel Georreferenciado	Área Georreferenciada	Imóvel Georreferenciado	Área Georreferenciada
Georreferenciamento de Imóveis	1,0	3.805,54	-	-
Certificação de Imóveis	5,0	6.885,30	5,0	22.319,46
Total	6,0	10.690,84	5,0	22.319,46

Execução Física e Financeira da Ação 2110

Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XLIII - Execução Física e Financeira da Ação 2110

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	127	A	3	Imóvel	0,0	33,0	437,0	0,0 %

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago – R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 0,00	R\$ 682.697,36	R\$ 682.697,36	100 %	R\$ 369.254,41	54,09%	R\$ 369.254,41	100 %

Fonte – SIAFI

Esta ação neste exercício teve o objetivo de vistoriar áreas de posses com processo aberto após ações discriminatórias de terras realizadas na década de 80 e regularizar os imóveis oriundos da Ação Discriminatória de Itacuruba-PE. Das ações da década de 80, foram vistoriados cerca de 476 lotes, destes, apenas 33 foram regularizados em 2010, 37 serão regularizados em 2011 e as demais vistorias aguardam atendimento a diligências feitas e resolução de pendências. Enquanto que Ação Discriminatória de Itacuruba-PE, que está na fase demarcatória, foram identificados 409 áreas.

Quadro XLIV – Dados Ação 2110 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	71.925,95	71.925,95	100,00%	71.925,95	100,00%	71.925,95	100,00%
3.3.90.30	27.115,71	27.115,71	100,00%	14.794,30	54,56%	14.794,30	100,00%
3.3.90.33	283.975,20	283.975,20	100,00%	282.534,16	99,49%	282.534,16	100,00%
3.3.30.41	299.680,50	299.680,50	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	682.697,36	682.697,36	100,00%	369.254,41	54,09%	369.254,41	100,00%

Quadro XLV - Dados da Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Indicador	Concluído		Em Execução	
	Imóvel Regularizado	Área Regularizada	Imóvel Regularizado	Área Regularizada
Regularização Fundiária	33,0	600,92	437,00	33.456,66
Total	33,0	600,92	437,0	33.456,66

Execução Física e Financeira da Ação 8378

Ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição: Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XLVI - Execução Física e Financeira da Ação 8378

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	127	A	3	Hectares	0,0	35.250,2380	0,00	0,0 %

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago – R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0 %	R\$ 0,00	0,0 %	R\$ 0,00	0,0 %

Fonte – SIAFI

Como foi informado anteriormente a maior parte dos recursos recebidos para a execução ação 2105, que era para gerenciamento dos imóveis rurais da meta estabelecida para o Setor de Cadastro e de todos os imóveis rurais para serem gerenciados provenientes das Ações Discriminatórias estabelecidas como meta para 2010, foi gasto nesta ação para concluir a ação Discriminatória de Itacuruba-PE, que havia iniciado em novembro de 2009, visto que, a programação da PO foi zerada para essa ação. Esta ação no município de Itacuruba-PE foi concluída com 409 imóveis e área de 33.000 há, que estão sendo georreferenciados e demarcados. A diferença no nº de imóveis e área refere-se a áreas de processos abertos após ações discriminatórias de terras realizadas na década de 80, que apesar de terem sido vistoriados 476 lotes, foram computados aqui como áreas realmente identificadas 70 lotes, as demais não foram lançadas por estarem com pendências.

Quadro XLVII - Dados da Ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Indicador	Concluído	
	Imóvel	Área
Área Diagnóstica	479,0	35.250,24
Total	479,0	35.250,24

Quadro XLVIII - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 0138

RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMA E AÇÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
PROGRAMA 0138 - REORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	1.515.862,98	1.515.862,98	739.314,83	739.314,83
AÇÃO 2272 - GAP - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	115.189,78	115.189,78	63.775,88	63.775,88

3.3.90.14 - Diárias	34.257,02	34.257,02	34.257,02	34.257,02
3.3.90.30 - Material de Consumo	11.448,38	11.448,38	4.314,48	4.314,48
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	69.484,38	69.484,38	25.204,38	25.204,38
AÇÃO 2105 - GERENCIAMENTO DO CADASTRO RURAL	248.187,82	248.187,82	242.702,64	242.702,64
3.3.90.14 - Diárias	158.132,41	158.132,41	158.132,41	158.132,41
3.3.90.30 - Material de Consumo	25.055,41	25.055,41	19.570,23	19.570,23
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00
AÇÃO 4426 - GEORREFERENCIAMENTO DA MALHA FUNDIÁRIA	469.788,02	469.788,02	63.581,90	63.581,90
3.3.90.14 - Diárias	8.299,42	8.299,42	8.299,42	8.299,42
3.3.90.30 - Material de Consumo	6.609,00	6.609,00	4.016,09	4.016,09
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	24.706,00	24.706,00	24.706,00	24.706,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	128.060,00	128.060,00	26.560,39	26.560,39
3.3.30.41 - Contribuições - ITERPE - Instituto de Terras de Pernambuco	302.113,60	302.113,60	-	-
AÇÃO 2110 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	682.697,36	682.697,36	369.254,41	369.254,41
3.3.90.14 - Diárias	71.925,95	71.925,95	71.925,95	71.925,95
3.3.90.30 - Material de Consumo	27.115,71	27.115,71	14.794,30	14.794,30
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	283.975,20	283.975,20	282.534,16	282.534,16
3.3.30.41 - Contribuições - ITERPE - Instituto de Terras de Pernambuco	299.680,50	299.680,50	-	-

Execução Física das Ações Vinculadas aos Programas

Programa 1336 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados Gerais do Programa 1336

Tipo de Programa – Programa de Atividade Fim

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Ações Vinculadas ao Programa 1336

Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos

Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas de Remanescentes de Quilombos

Execução Física e Financeira da Ação 1642

Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID co critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro XLIX - Execução Física e Financeira da Ação 1642

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	127	A	3	Comunidade/Território Titulada	0,0	0,0	0,0	0,0%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago – R\$ (g)	%Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 150.000,00	R\$ 276.978,66	R\$ 276.978,66	100 %	R\$ 203.726,59	73,55%	R\$ 203.726,59	100 %

Fonte – SIAFI

Os valores solicitados foram para a publicação de 3 (três) Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID, das Comunidade Remanescente de Quilombos de Massapê, em Carnaubeira da Penha-PE, Buenos Aires em Custódia-PE e Santana III, em Salgueiro-PE. Os relatórios Antropológicos dessas Comunidades foram doados pelo Ministério da Integração para que o INCRA executasse as demais fases para a publicação do RTID. Os trabalhos foram iniciados nas três Comunidades sendo que na Comunidade de Massapê com os trabalhos de cadastro de família quilombola, do levantamento fundiário e do levantamento para o Relatório Agrônômico, quase concluído parte da Comunidade passou se auto-definir como índios e a dizer que aquele território era indígena e não quilombola. Com o trabalho sendo realizado em campo, a Superintendência Regional recebeu uma Carta Denúncia dos Índios Pankarás, quando o Superintendente sugeriu a suspensão das atividades para que evitássemos conflitos.

A FUNAI foi contatada, que nos orientou a aguardar o relatório conclusivo do estudo que estava sendo realizado na área. O mesmo ocorreu com a Comunidade Quilombola de Buenos Aires, com o cadastro de famílias quilombolas e levantamento fundiário prestes a ser concluído, a comunidade passou contestar os limites do território estabelecidos pelo Relatório Antropológico e que muitos ali não se auto definiam como quilombolas. Comunicamos o problema à Coordenação Geral de Territórios Quilombolas – DFQ, para que enviasse o Antropólogo que recepcionou os Relatórios pelo INCRA para tentar solucionar o impasse. O Antropólogo veio até a Comunidade, mas não conseguiu resolver o impasse dentro da área delimitada pelo Relatório Antropológico e assinalou a necessidade de uma nova vinda em 2011, com mais tempo para delimitar os novos limites da Comunidade. Portanto, esses trabalhos foram suspensos quando grande parte dos recursos já tinham sido gastos. O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Quilombola Santana III foi concluído em dezembro de 2010 e encaminhado para parecer da Procuradoria Jurídica Especializada, que só tramitou o Processo de volta em janeiro de 2011, quando o RTID foi publicado por duas vezes consecutivas no D.O.U e no D.O.E. Com esse recurso também foram realizadas vistorias de avaliação, ação que antecede ao pagamento das indenizações.

Quadro L - Ação 1642 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	71.240,56	71.240,56	100,00%	71.240,56	100,00%	71.240,56	100,00%
3.3.90.30	94.143,55	94.143,55	100,00%	79.171,14	84,10%	79.171,14	100,00%
3.3.90.33	23.257,04	23.257,04	100,00%	23.257,04	100,00%	23.257,04	100,00%
3.3.90.39	49.837,51	49.837,51	100,00%	14.097,88	28,29%	14.097,88	100,00%
3.3.91.39	38.500,00	38.500,00	100,00%	15.959,97	41,45%	15.959,97	100,00%
Total	276.978,66	276.978,66	100,00%	203.726,59	73,55%	203.726,59	100,00%

Quadro LI - Dados - Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos

Indicador	Concluído	Em Execução
	RTID	RTID
Relatório Técnico Publicado - RTID	-	4,00
Total	-	4,00

Execução Física e Financeira da Ação 0859

Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas de Remanescentes de Quilombos

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro LII - Execução Física e Financeira da Ação 0859

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	OP	3	Hectares	0,0	802,6475	312,74	0,0%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago – R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 0,00	R\$ 314.600,38	R\$ 314.600,38	100,0 %	R\$ 314.600,38	100 %	R\$ 35.563,35	100,0%

Fonte – SIAFI

Para as Ações Quilombolas, além de recursos financeiros, solicitamos também recursos humanos (14 servidores), os recursos financeiros chegaram, porém, os servidores não. A solicitação dos servidores foi feita em especial para reforçar o trabalho de Vistoria e avaliação dos imóveis rurais de proprietários não Quilombolas que estão dentro do território de Conceição das Crioulas em Salgueiro –PE, para desapropriação e desinversão. Conseguimos ajuizar ações de apenas 02 (dois) imóveis rurais que estão em tramitação na justiça.

Quadro LIII - Ação 0859 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
4.5.90.61	314.600,38	314.600,38	100,00%	314.600,38	100,00%	35.563,35	11,30%
Total	314.600,38	314.600,38	100,00%	314.600,38	100,00%	35.563,35	11,30%

Quadro LIV - Dados da Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos Ocupantes de Terras Demarcadas e Tituladas de Remanescentes de Quilombos

Indicador	Concluído		Em Execução	
	Imóvel	Área	Imóvel	Área
Área Indenizada	2,0	802,65	4,00	312,74
Total	2,0	802,65	4,0	312,74

Quadro LV - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 1336

RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMA E AÇÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
PROGRAMA 1336 - BRASIL QUILOMBOLA	591.579,04	591.579,04	518.326,97	239.289,94
AÇÃO 1642 - RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO	276.978,66	276.978,66	203.726,59	203.726,59
3.3.90.14 - Diárias	71.240,56	71.240,56	71.240,56	71.240,56
3.3.90.30 - Material de Consumo	94.143,55	94.143,55	79.171,14	79.171,14
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	23.257,04	23.257,04	23.257,04	23.257,04
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	49.837,51	49.837,51	14.097,88	14.097,88
3.3.91.39 - Serviços de Pessoa Jurídica - Publicações	38.500,00	38.500,00	15.959,97	15.959,97
AÇÃO 0859 - INDENIZAÇÕES	314.600,38	314.600,38	314.600,38	35.563,35
4.5.90.61 - Inversões Financeiras - Aquisição de Imóveis	314.600,38	314.600,38	314.600,38	35.563,35

Execução Física das Ações Vinculadas aos Programas
Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa 1120

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Ações Vinculadas ao Programa 1120

Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Execução Física e Financeira da Ação 2109

Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro LVI - Execução Física e Financeira da Ação 2109

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação ©	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	A	3	Famílias	518,0	5.430,0	0,00	1.048,2%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 58.000,00	R\$ 133.810,70	R\$ 133.810,70	100,0%	R\$ 133.787,31	99,98%	R\$ 133.787,31	100 %

Fonte – SIAFI

A ação de distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e executada em conjunto com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, nominada “Programa Fome Zero”. O objetivo dessa ação é atender, com cestas básicas, segmentos sociais em situação de insegurança nutricional e alimentar, sendo eles acampados que pleiteiam acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária, indígenas e comunidades quilombolas. A entrega é efetuada através de caminhão Baú, por meio de contrato com transportadora.

Quadro LVII - Ação 2109 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	43.608,35	43.608,35	100,00%	43.608,35	100,00%	43.608,35	100,00%
3.3.90.30	65.202,67	65.202,67	100,00%	65.186,08	99,97%	65.186,08	100,00%
3.3.90.33	17.000,00	17.000,00	100,00%	16.993,20	99,96%	16.993,20	100,00%
3.3.90.39	7.999,68	7.999,68	100,00%	7.999,68	100,00%	7.999,68	100,00%
Total	133.810,70	133.810,70	100,00%	133.787,31	99,98%	133.787,31	100,00%

Quadro LVIII - Dados da Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Indicador	Cestas Entregues
Cestas Básicas Entregues	32.585,0
Famílias Atendidas	5.430,0
Outros	30,0

Quadro LIX - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 1120

RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMA E AÇÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
PROGRAMA 1120 - PAZ NO CAMPO	133.810,70	133.810,70	133.787,31	133.787,31
AÇÃO 2109 - ASSISTENCIA A FAMÍLIAS ACAMPADAS	133.810,70	133.810,70	133.787,31	133.787,31
3.3.90.14 - Diárias	43.608,35	43.608,35	43.608,35	43.608,35
3.3.90.30 - Material de Consumo	65.202,67	65.202,67	65.186,08	65.186,08
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	17.000,00	17.000,00	16.993,20	16.993,20
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	7.999,68	7.999,68	7.999,68	7.999,68

Execução Física das Ações Vinculadas aos Programas
Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos da Mulher

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, Cidadania e qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Propiciar a Cidadania através da expedição de Documentação da Trabalhadora Rural

Ações Vinculadas ao Programa 1433

Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

Execução Física e Financeira da Ação 8402

Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, a realização de mutirões da cidadania, para o atendimento das demandas de documentação das mulheres trabalhadoras rurais.

Descrição: Realização de Mutirões para a cidadania com a emissão de documentos para as trabalhadoras rurais – RG, CPF, Carteira Profissional, Título de Eleitor, etc.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro LX - Execução Física e Financeira da Ação 8402

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	631	A	3	Documento Expedido	0,0	6.879,0	0,00	0,0

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago – R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 0,00	R\$ 124.010,60	R\$ 124.010,60	100,0 %	R\$ 117.313,75	94,60%	R\$ 117.313,75	100 %

Fonte – SIAFI

A ação de emissão de documentação para grupos específicos de trabalhadoras rurais é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e executada em conjunto com o INCRA SR-29/MSF e vários órgãos federais e estaduais - MTE, TRE, RFB – e estadual – ITB – Instituto Tavares Buril. O objetivo dessa ação é promover a cidadania às mulheres do campo, através da emissão de documentos pessoais.

Quadro LXI - Ação 8402 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	55.060,60	55.060,60	100,00%	55.060,60	100,00%	55.060,60	100,00%
3.3.90.30	12.000,00	12.000,00	100,00%	7.774,25	64,79%	7.774,25	100,00%
3.3.90.33	24.800,00	24.800,00	100,00%	22.601,14	91,13%	22.601,14	100,00%
3.3.90.36	26.650,00	26.650,00	100,00%	26.564,80	99,68%	26.564,80	100,00%
3.3.91.47	5.500,00	5.500,00	100,00%	5.312,96	96,60%	5.312,96	100,00%
Total	124.010,60	124.010,60	100,00%	117.313,75	94,60%	117.313,75	100,00%

Quadro LXII - Dados da Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

Documentação Concedida	6.879,0
Pessoas Atendidas	4.859,0
Total Pessoas Atendidas	4.859,0

Quadro LXIII - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA IR84-1433

RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMA E AÇÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
PROGRAMA IR84 - IDENTIDADE RURAL – 1433	124.010,60	124.010,60	117.313,75	117.313,75
AÇÃO 8402 - DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL	124.010,60	124.010,60	117.313,75	117.313,75
3.3.90.14 - Diárias	55.060,60	55.060,60	55.060,60	55.060,60
3.3.90.30 - Material de Consumo	12.000,00	12.000,00	7.774,25	7.774,25
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	24.800,00	24.800,00	22.601,14	22.601,14
3.3.90.36 - Serviços de Pessoa Física	26.650,00	26.650,00	26.564,80	26.564,80
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	5.500,00	5.500,00	5.312,96	5.312,96

Execução Física das Ações Vinculadas aos Programas
Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

Dados Gerais do Programa 1427

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Ações Vinculadas ao Programa 1427

Ação 2272 – GAP – Gestão e Administração do Programa

Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Execução Financeira da Ação 2272 – GAP do Programa 1427

Ação 2272 – GAP – Gestão e Administração do Programa

Finalidade: Constituir um centro de custo administrativo do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: A GAP – Gestão e Administração do Programa é utilizada para custear as despesas de apoio administrativo ao Programa Finalístico. Não comporta metas físicas por não se tratar de atividade fim.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro LXIV - Execução Financeira da Ação 2272 do Programa 1427

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	Percentual de Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	Percentual de Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	Percentual de Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 0,00	R\$ 83.518,15	R\$ 83.518,15	100,0 %	R\$ 79.677,10	95,40%	R\$ 79.677,10	100%

Fonte – SIAFI

As atividades desenvolvidas pelo Programa de Assistência Técnica ou a grande maioria destas atividades é de campo, ou seja, exige constante presença dos servidores nas áreas de execução, o que exige recursos e estruturas específicas para tanto, justificando assim, o pequeno volume de recursos alocados na GAP – Gestão e Administração do Programa;

Quadro LXV - Ação 2272 – GAP – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	47.194,43	47.194,43	100,00%	47.194,43	100,00%	47.194,43	100,00%
3.3.90.30	19.000,00	19.000,00	100,00%	18.823,55	99,07%	18.823,55	100,00%
3.3.90.33	6.659,12	6.659,12	100,00%	6.659,12	100,00%	6.659,12	100,00%
3.3.90.39	664,60	664,60	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.3.90.92	10.000,00	10.000,00	100,00%	7.000,00	70,00%	7.000,00	100,00%
Total	83.518,15	83.518,15	100,00%	79.677,10	95,40%	79.677,10	100,00%

Execução Física e Financeira da Ação 4470

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas socioambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infraestrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro LXVI - Execução Física e Financeira da Ação 4470

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	606	A	3	Famílias	1.148,0	1.673,0	0,00	145,73%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado	Empenho Pago – R\$ (g)	% Empenho
------------------------------	-----------------------------	---------------------	-----------	-----------------------------	--------------------	------------------------	-----------

(a)			Emitido (d=c/b)		do (f=e/d)		Pago (h=g/e)
R\$ 1.117.585,00	R\$ 1.115.351,00	R\$ 1.115.351,00	100 %	R\$ 1.115.351,00	100 %	R\$ 1.115.351,00	100 %

Fonte – SIAFI

O Programa 1427 de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar é coordenado e gerido pelo INCRA, por intermédio da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), em nível nacional, e pelas Superintendências Regionais (SR), em suas áreas de atuação, em estrita observância às diretrizes da PNATER do MDA. Existem instâncias de gestão participativa em nível nacional e estadual, com objetivo de viabilizar a construção de canais institucionalizados de comunicação entre o público beneficiário e o INCRA, promovendo a participação e o debate entre as diversas instituições atuantes na área da assistência técnica no âmbito da reforma agrária, com vistas a conferir maior transparência no processo de planejamento, implementação e avaliação das atividades de ATES. Através do Termo de Parceria SRT/MSF/3000/2009 a SR-29/MSF e o ICN – Instituto de Cidadania do Nordeste iniciaram serviços de ATER, inicialmente, a partir de setembro de 2009, no que se convencionou chamar de 1ª etapa, atendendo 1.689,0 famílias em 55,0 Projetos, com realização, também de 53 PDA's; e na sequência, o que se convencionou de 2ª etapa, a partir de março de 2010, mais 1.673 famílias em 46 projetos e elaboração de 44 PDA's e 02,0 PRA's; totalizando 101,0 Projetos de Assentamentos e 3.362,0 Famílias Assistidas em 2009/2010, com previsão de encerramento em 31/12/2010.

Quadro LXVII - Ação 4470 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.33	100.000,00	100.000,00	100,00%	100.000,00	100,00%	100.000,00	100,00%
3.3.90.39	15.351,00	15.351,00	100,00%	15.351,00	100,00%	15.351,00	100,00%
3.3.50.39	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00%	1.000.000,00	100,00%	1.000.000,00	100,00%

Total	1.115.351,00	1.115.351,00	100,00%	1.115.351,00	100,00%	1.115.351,00	100,00%
--------------	---------------------	---------------------	----------------	---------------------	----------------	---------------------	----------------

Quadro LXVIII – Dados Ação 4470 – ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural às Famílias Assentadas

Prestação de Serviços Através de Termo de Parceria com A ICN – Instituto de Cidadania do Nordeste

Indicador	Quantidade 2010
Prestadoras /Convênios/Contratados	1,0
Projetos de Assentamentos Atendidos em ATER	46,0
Famílias Atendidas em ATER	1.673,0
Técnicos Contratados em ATER	25,0
Elaboração de Plano de Desenvolvimento de Assentamento – Projetos de Assentamentos Atendidos	44,0
Elaboração de Plano de Desenvolvimento de Assentamento – Famílias Atendidas	1.482,0
Elaboração de Plano de Recuperação de Assentamentos – Projetos de Assentamentos Atendidos	2,0
Elaboração de Plano de Recuperação de Assentamentos – Projetos de Assentamentos Atendidos	155,0

Quadro LXIX - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 1427

RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMA E AÇÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
PROGRAMA 1427 - ATER	1.198.869,15	1.198.869,15	1.195.028,10	1.195.028,10
AÇÃO 2272 - GAP - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	83.518,15	83.518,15	79.677,10	79.677,10
3.3.90.14 - Diárias	47.194,43	47.194,43	47.194,43	47.194,43
3.3.90.30 - Material de Consumo	19.000,00	19.000,00	18.823,55	18.823,55
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	6.659,12	6.659,12	6.659,12	6.659,12
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	664,60	664,60	-	-
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	10.000,00	7.000,00	7.000,00
AÇÃO 4470 - ASSISTENCIAL TECNICA E SOCIAL AS FAMILIAS ASSENTADAS	1.115.351,00	1.115.351,00	1.115.351,00	1.115.351,00
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	15.351,00	15.351,00	15.351,00	15.351,00
3.3.50.39 - Serviços de Pessoa Jurídica - Transferência para ICN - Instituto de Cidadania do Nordeste	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Execução Física das Ações Vinculadas aos Programas
Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa 0750

Tipo de Programa: Apoio Administrativo – Atividade Meio

Objetivo Geral – Dar Apoio Administrativo as atividades Finalísticas da SR-29/MSF.

Objetivos Específicos - Prover as Divisões Finalísticas dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas.

Ações Vinculadas ao Programa 0750

Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Quadro LXX - Execução Financeira da Ação 2000

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 1.117.585,00	R\$ 1.310.615,05	R\$ 1.310.615,05	100 %	R\$ 1.170.472,07	89,31 %	R\$ 1.170.472,07	100 %

Fonte – SIAFI

A Administração vem aprimorando o seu desempenho institucional e em 2010, esteve voltada não apenas para o cumprimento de metas propostas na Programação Operacional, como para qualidade dos serviços. Para tanto foi essencial a implementação de ações gerenciais, na racionalização de custos, acompanhamento e controle dos créditos orçamentários e recursos financeiros, melhoria dos processos e acompanhamento dos contratos de prestação de serviços. Em 2010, a aplicação dos recursos, referiu-se não somente às despesas com a manutenção das condições de funcionamento da Regional, mas, principalmente, proporcionou melhores condições para que as áreas finalísticas buscassem o alcance dos objetivos institucionais e o cumprimento das metas com a maior eficácia e eficiência, despesas estas que foram realizadas através do cumprimento de contratos firmados em certames licitatórios ou aquisições pontuais. A Missão da Administração da Unidade é agregar

todas as despesas destinadas ao suporte às atividades finalísticas, compreendendo os seguintes serviços:

- de transporte e manutenção de viaturas oficiais;
- de reprografia e gráfica;
- de telecomunicações;
- de limpeza e vigilância;
- de luz, água e esgoto;
- de locação de transporte
- de protocolo com recepção, registro e entrega de correspondências oficiais;
- de locação de equipamentos;
- de controle de pessoal ativo, inativos, pensionistas;
- de manutenção e conservação de imóveis próprios da União; cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União;
- de tecnologia da informação, envolvendo ações de suporte e rede;
- de passagens, e ainda, outras despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas, mas que são essenciais para a manutenção da máquina administrativa da Superintendência.

Sendo assim, compõem o rol de principais despesas na Ação 2000:

- Manutenção de contratos de terceirização de mão-de-obra de apoio administrativo;
- Locação de Veículos
- Terceirização de serviços de limpeza e conservação;
- Terceirização de serviços de vigilância ostensiva;
- Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos;
- Manutenção e conservação de bens móveis.

Algumas aquisições ou contratações foram formalizadas legalmente através de Adesão a Atas de Registro de Preços, Dispensa de Licitação/Cotação Eletrônica e Inexigibilidade de Licitação.

Quadro LXXI - Ação 2000 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.30	4.500,00	4.500,00	100,00%	2.700,00	60,00%	2.700,00	100,00%
3.3.90.33	11.346,08	11.346,08	100,00%	10.459,22	92,18%	10.459,22	100,00%
3.3.90.36	22.597,00	22.597,00	100,00%	20.713,66	91,67%	20.713,66	100,00%
3.3.90.37	846.252,90	846.252,90	100,00%	769.936,60	90,98%	769.936,60	100,00%
3.3.90.39	252.835,00	252.835,00	100,00%	226.869,74	89,73%	226.869,74	100,00%
3.3.90.47	2.006,20	2.006,20	100,00%	2.006,20	100,00%	2.006,20	100,00%
3.3.90.92	10.017,65	10.017,65	100,00%	10.017,65	100,00%	10.017,65	100,00%
3.3.90.93	38.609,70	38.609,70	100,00%	38.609,70	100,00%	38.609,70	100,00%
3.3.91.39	33.000,00	33.000,00	100,00%	30.018,30	90,96%	30.018,30	100,00%
4.4.90.52	89.450,52	89.450,52	100,00%	59.141,00	66,12%	59.141,00	100,00%
Total	1.310.615,05	1.310.615,05	100,00%	1.170.472,07	89,31%	1.170.472,07	100,00%

Ação 2000TI – Tecnologia da Informação

Dados gerais da ação

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribua para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Quadro LXXII - Execução Financeira da Ação 2000TI

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido ©	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago - R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 0,00	R\$ 44.995,56	R\$ 44.995,56	100 %	R\$ 41.891,56	93,10%	R\$ 41.891,56	100%

Fonte: SIAFI

Considerando a importância da informática na atualidade e em parceria com a SEDE, através da identificação dos problemas e demandas crescentes nesta área, buscando-se soluções e adequações para os sistemas informatizados, equipamentos e rede na área suporte/administração, foi priorizado investimento neste setor. A estruturação do setor de informática foi concebido para viabilizar o processo de aplicação, obtenção, processamento, armazenamento e transmissão de dados, não apenas restrito a equipamentos (hardware), programas (software) e comunicação de dados, mas em ações relativas ao planejamento de informática. A nova estrutura foi montada para resolver os problemas de desempenho das atividades que demandam tecnologia da informação. O setor de informática estruturado constitui o principal instrumento de viabilização das atividades, abrigando um consórcio de soluções para os problemas de comunicação e processamento de dados desta Regional. Nas ações da Comissão Permanente de Licitação, foram identificadas Atas de Registro de Preço, que viabilizaram a aquisição de equipamentos para complementar e substituir o Parque Tecnológico da Superintendência.

Quadro LXXIII - Ação 2000TI – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	3.820,26	3.820,26	100,00%	3.820,26	100,00%	3.820,26	100,00%
3.3.90.30	30.801,40	30.801,40	100,00%	30.801,40	100,00%	30.801,40	100,00%
3.3.90.33	4.494,00	4.494,00	100,00%	4.494,00	100,00%	4.494,00	100,00%
3.3.90.39	3.104,00	3.104,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4.4.90.52	2.775,90	2.775,90	100,00%	2.775,90	100,00%	2.775,90	100,00%
Total	44.995,56	44.995,56	100,00%	41.891,56	93,10%	41.891,56	100,00%

Quadro LXXIV - Resumo da Ação 2000 – Por Elemento de Despesa

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	3.820,26	3.820,26	100,00%	3.820,26	100,00%	3.820,26	100,00%
3.3.90.30	35.301,40	35.301,40	100,00%	33.501,40	94,90%	33.501,40	100,00%
3.3.90.33	15.840,08	15.840,08	100,00%	14.953,22	94,40%	14.953,22	100,00%
3.3.90.36	22.597,00	22.597,00	100,00%	20.713,66	91,67%	20.713,66	100,00%
3.3.90.37	846.252,90	846.252,90	100,00%	769.936,60	90,98%	769.936,60	100,00%
3.3.90.39	255.939,00	255.939,00	100,00%	226.869,74	88,64%	226.869,74	100,00%
3.3.90.47	2.006,20	2.006,20	100,00%	2.006,20	100,00%	2.006,20	100,00%
3.3.90.92	10.017,65	10.017,65	100,00%	10.017,65	100,00%	10.017,65	100,00%
3.3.90.93	38.609,70	38.609,70	100,00%	38.609,70	100,00%	38.609,70	100,00%
3.3.91.39	33.000,00	33.000,00	100,00%	30.018,30	90,96%	30.018,30	100,00%
4.4.90.52	92.226,42	92.226,42	100,00%	61.916,90	67,14%	61.916,90	100,00%
Total	1.355.610,61	1.355.610,61	100,00%	1.212.363,63	89,43%	1.212.363,63	100,00%

Quadro LXXV - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 0750

RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMA E AÇÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
PROGRAMA 0750 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	1.355.610,61	1.355.610,61	1.212.363,63	1.212.363,63
AÇÃO 2000 - APOIO ADMINISTRATIVO	1.310.615,05	1.310.615,05	1.170.472,07	1.170.472,07
3.3.90.30 - Material de Consumo	4.500,00	4.500,00	2.700,00	2.700,00
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	11.346,08	11.346,08	10.459,22	10.459,22
3.3.90.36 - Serviço de Pessoa Física	22.597,00	22.597,00	20.713,66	20.713,66
3.3.90.37 - Locação de Mão de Obra	846.252,90	846.252,90	769.936,60	769.936,60
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	252.835,00	252.835,00	226.869,74	226.869,74
3.3.90.47 - Tributos	2.006,20	2.006,20	2.006,20	2.006,20
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.017,65	10.017,65	10.017,65	10.017,65
3.3.90.93 - Indenizações e Restituições	38.609,70	38.609,70	38.609,70	38.609,70
3.3.91.39 - Serviços de Pessoa Jurídica - Publicações	33.000,00	33.000,00	30.018,30	30.018,30
4.4.90.52 - Investimento - Material Permanente	89.450,52	89.450,52	59.141,00	59.141,00
AÇÃO 2000 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	44.995,56	44.995,56	41.891,56	41.891,56

3.3.90.14 - Diárias	3.820,26	3.820,26	3.820,26	3.820,26
3.3.90.30 - Material de Consumo	30.801,40	30.801,40	30.801,40	30.801,40
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	4.494,00	4.494,00	4.494,00	4.494,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	3.104,00	3.104,00	-	-
4.4.90.52 - Investimento - Material Permanente	2.775,90	2.775,90	2.775,90	2.775,90

Execução Física das Ações Vinculadas aos Programas
Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa 0139

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivo Específico: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Ações Vinculadas ao Programa 0139

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Execução Física e Financeira da Ação 4572

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade Responsável pelas decisões – Sede em Brasília – DF

Unidade Executora – SR-29/MSF

Quadro LXXVI - Execução Física e Financeira da Ação 4572

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de medida (e)	Meta Prevista na PO 2010 (f)	Meta Realizada (g)	Meta a ser Realizada em 2011 (h)	Percentual da Meta realizada (i)
21	128	A	3	Servidor Capacitado	44,0	46,0		104,55%

Fonte – Sistema de Informações Rurais – SIR – Módulo de Monitoramento 2010

Programação na PO 2010 – R\$ (a)	Provisão Recebida – R\$ (b)	Empenho Emitido (c)	% Empenho Emitido (d=c/b)	Empenho Liquidado – R\$ (e)	%Empenho Liquidado (f=e/d)	Empenho Pago – R\$ (g)	% Empenho Pago (h=g/e)
R\$ 41.668,00	R\$ 112.026,20	R\$ 112.026,20	100,0%	R\$ 110.523,95	98,66%	R\$ 110.523,95	100 %

Fonte – SIAFI

Conforme diretrizes da Coordenação de Capacitação Nacional, esta Regional priorizou ações que pudessem alcançar maior quantitativo de servidores, a partir da identificação de questões discutidas no âmbito do Comitê de Decisão Regional. A Administração atuou no processo de sensibilização e motivação dos servidores, com vistas à missão do INCRA na condução do Programa de Reforma Agrária, por se tratar de requisito básico para implementação do processo de modernização organizacional, contemplando, cada Divisão com capacitações identificadas e demandadas pelas mesmas, dando ênfase a ferramentas técnicas que pudessem instrumentalizar os servidores na condução de suas atividades.

Quadro LXXVII - Ação 4572 – Demonstrativo das Despesas por Elemento

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	49.680,22	49.680,22	100,00%	49.680,22	100,00%	49.680,22	100,00%
3.3.90.33	49.408,98	49.408,98	100,00%	47.906,73	96,96%	47.906,73	100,00%
3.3.90.39	12.637,00	12.637,00	100,00%	12.637,00	100,00%	12.637,00	100,00%
3.3.91.39	300,00	300,00	100,00%	300,00	100,00%	300,00	100,00%
Total	112.026,20	112.026,20	100,00%	110.523,95	98,66%	110.523,95	100,00%

Quadro LXXVIII - Dados da Ação 4572 – Capacitação de Servidores na SR-29/MSF

Indicador	Servidores	Horas Aulas
Capacitação de Servidores em 2010	46,0	1.882,00
Total	46,0	1.882,00

Quadro LXXIX- DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 0139

RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMA E AÇÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
PROGRAMA 0139 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	112.026,20	112.026,20	110.523,95	110.523,95
AÇÃO 4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	112.026,20	112.026,20	110.523,95	110.523,95
3.3.90.14 - Diárias	49.680,22	49.680,22	49.680,22	49.680,22
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	49.408,98	49.408,98	47.906,73	47.906,73
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	12.637,00	12.637,00	12.637,00	12.637,00
3.3.91.39 - Serviços de Pessoa Jurídica - Publicações	300,00	300,00	300,00	300,00

PARTE A - Item 02.D – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
Item 02.D.I e II - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Quadro LXXX - Resumo das Provisões Recebidas, Empenhadas, Liquidadas e Pagas em 2010 –
 Por Elemento de Despesa
 UG 373050

Elemento Despesa	Provisão Recebida - R\$	Empenho - R\$	% Empenho	Liquidação - R\$	% Liquidação	Pagamento - R\$	% Pagamento
3.3.90.14	1.581.584,63	1.581.584,63	100,00%	1.581.584,63	100,00%	1.581.584,63	100,00%
3.3.90.30	670.258,84	670.258,84	100,00%	569.751,70	85,00%	569.751,70	100,00%
3.3.90.33	1.302.601,08	1.302.601,08	100,00%	1.228.947,03	94,35%	1.228.947,03	100,00%
3.3.90.36	85.046,80	85.046,80	100,00%	83.018,38	97,61%	83.018,38	100,00%
3.3.90.37	846.252,90	846.252,90	100,00%	769.936,60	90,98%	769.936,60	100,00%
3.3.90.39	555.929,01	555.929,01	100,00%	341.271,91	61,39%	341.271,91	100,00%
3.3.90.47	23.086,15	23.086,15	100,00%	12.803,00	55,46%	12.803,00	100,00%
3.3.90.92	42.011,12	42.011,12	100,00%	39.011,12	92,86%	39.011,12	100,00%
3.3.90.93	38.609,70	38.609,70	100,00%	38.609,70	100,00%	38.609,70	100,00%
3.3.91.39	116.670,05	116.670,05	100,00%	91.148,32	78,12%	91.148,32	100,00%
3.3.91.47	16.620,00	16.620,00	100,00%	9.471,36	56,99%	9.471,36	100,00%
3.3.30.41	601.794,10	601.794,10	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.3.50.39	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00%	1.000.000,00	100,00%	1.000.000,00	100,00%
4.4.50.51	2.216.812,50	2.216.812,50	100,00%	2.216.812,50	100,00%	2.216.812,50	100,00%
4.4.90.52	176.730,52	176.730,52	100,00%	134.721,00	76,23%	134.721,00	100,00%
4.5.90.61	1.992.382,95	1.992.382,95	100,00%	922.449,49	46,30%	643.412,46	69,75%
4.5.90.66	42.850.100,00	42.850.100,00	100,00%	15.530.800,00	36,24%	15.290.800,00	98,45%
Total	54.116.490,35	54.116.490,35	100,00%	24.570.336,74	45,40%	24.051.299,71	97,89%

Item 02.D.I e II – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA
Quadro LXXXI - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA (A.2.7)

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente - Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes – Valores em R\$		
				1 - Pessoal e Encargos	2 - Juros e Encargos	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	373050				
	Recebidos	373050	21122013522720001			35.954,60
		373050	21631013583840001			159.605,94
		373050	21631013583870001			353.496,74
		373050	21631013583740001			140.831,32
		373050	21122013722720001			773.062,39
		373050	2163101372B060001			22.688,82
		373050	21631013743580001			277.530,30
		373050	21631013783980001			492.351,79
		373050	21122013822720001			115.189,78
		373050	21125013821050001			248.187,82
		373050	21127013844260001			469.788,02
		373050	21127013821100001			682.697,36
		373050	21127133616420001			276.978,66
		373050	21631112021090001			133.810,70
		373050	21631143384020001			124.010,60
		373050	21122142722720001			83.518,15
		373050	21606142744700001			1.115.351,00
		373050	21122075020000001			1.263.384,19
		373050	21128013945720001			112.026,20
Movimentação Externa	Concedidos	373050				
	Recebidos	373050				

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente - Recebedora	Classificação da Ação	Despesas de Capital – Valores em R\$		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	373050				
	Recebidos	373050	21631013544600001		1.677.782,57	
		373050	21122013722720001	84.504,10		
		373050	21631013704270001		42.850.100,00	
		373050	21631013783960001	2.216.812,50		
		373050	21631133608590001		314.600,38	
		373050	21122075020000001	92.226,42		
Movimentação Externa	Concedidos	373050				
	Recebidos	373050				

Análise Crítica da Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Como se pode observar do quadro apresentado acima, esta Superintendência Regional SR-29/MSF não figura na LOA - Lei Orçamentária Anual, pois todos os recursos recebidos são de origem interna descentralizados pela Sede em Brasília-DF. Desta análise ressalta-se que os créditos recebidos são oriundos da Programação Operacional definida pela Diretoria Colegiada desta Autarquia e detalhada no âmbito das Superintendências Regionais ao momento em que são definidas prioridades e elaborados quando da discussão e formação do planejamento interno das ações a serem desenvolvidas por cada Divisão desta Superintendência Regional no âmbito de suas competências institucionais no exercício sob análise. No que tange as despesas correntes, os recursos descentralizados foram aplicados de acordo com as ações apresentadas do referido quadro, e, potencializados conforme as condições estruturais e conjunturais desta Autarquia, uma vez que houve ações com resultados integralmente cumpridos, enquanto outras, devido às limitações enfrentadas, tanto de ordem operacional, decorrentes de sérios problemas em seu quadro de pessoal, quanto aos cortes orçamentários originados do contingenciamento dos recursos implantado pelo Governo Federal no exercício em tela. Quanto às despesas de capital, as mesmas foram realizadas obedecendo ao cronograma desenvolvido pela Regional, envolvendo inclusive projetos de melhoramento da estrutura física da Instituição, bem como dos acessos aos assentamentos criados por esta Autarquia, com investimentos em infra-estrutura e aquisições de equipamentos e outros serviços que proporcionaram melhoramentos significativos aos serviços de atendimento aos beneficiários da Reforma Agrária do Médio São Francisco. Neste sentido, extrai-se que a movimentação dos créditos orçamentários descentralizados a esta Superintendência Regional atenderam de forma satisfatórias as projeções estabelecidas pela executora no exercício em análise.

Item 02.D.I e II – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Quadro LXXXII - Saldo de Empenho em 2010 – Por Elemento de Despesa
UG 373050

Elemento Despesa	Total Empenho - R\$	Total de Pagamento - R\$	Saldo Empenho- Restos a Pagar 2010	% Saldo Empenho
3.3.90.14	1.581.584,63	1.581.584,63	0,00	0,00%
3.3.90.30	670.258,84	569.751,70	100.507,14	15,00%
3.3.90.33	1.302.601,08	1.228.947,03	73.654,05	5,65%
3.3.90.36	85.046,80	83.018,38	2.028,42	2,39%
3.3.90.37	846.252,90	769.936,60	76.316,30	9,02%
3.3.90.39	555.929,01	341.271,91	214.657,10	38,61%
3.3.90.47	23.086,15	12.803,00	10.283,15	44,54%
3.3.90.92	42.011,12	39.011,12	3.000,00	7,14%
3.3.90.93	38.609,70	38.609,70	0,00	0,00%
3.3.91.39	116.670,05	91.148,32	25.521,73	21,88%
3.3.91.47	16.620,00	9.471,36	7.148,64	43,01%
3.3.30.41	601.794,10	0,00	601.794,10	100,00%
3.3.50.39	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00%
4.4.50.51	2.216.812,50	2.216.812,50	0,00	0,00%
4.4.90.52	176.730,52	134.721,00	42.009,52	23,77%
4.5.90.61	1.992.382,95	643.412,46	1.348.970,49	67,71%
4.5.90.66	42.850.100,00	15.290.800,00	27.559.300,00	64,32%
Total	54.116.490,35	24.051.299,71	30.065.190,64	

Item 02.D.I e II - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Quadro LXXXIII - Resumo das Provisões Recebidas, Empenhadas, Liquidadas e Pagas em 2010 –
Por Programa, Ação e Elemento de Despesa
UG 373050

RESUMO DAS DESPESAS POR PROGRAMA E AÇÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
GERAL	54.116.490,35	54.116.490,35	24.570.336,74	24.051.299,71
PROGRAMA 0135 - CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	2.367.671,17	2.367.671,17	1.233.938,16	1.233.938,16
AÇÃO 2272 - GAP - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	35.954,60	35.954,60	35.221,68	35.221,68
3.3.90.14 – Diárias	5.364,72	5.364,72	5.364,72	5.364,72
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	28.382,08	28.382,08	27.709,04	27.709,04
3.3.90.36 - Serviço de Pessoa Física	2.207,80	2.207,80	2.147,92	2.147,92
AÇÃO 4460 - OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA A REFORMA AGRÁRIA	1.677.782,57	1.677.782,57	607.849,11	607.849,11
4.5.90.61 - Inversões Financeiras - Aquisição de Imóveis	1.677.782,57	1.677.782,57	607.849,11	607.849,11
AÇÃO 8384 - CADASTRO, SELEÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE FAMÍLIAS	159.605,94	159.605,94	153.908,67	153.908,67
3.3.90.14 – Diárias	92.317,94	92.317,94	92.317,94	92.317,94
3.3.90.30 - Material de Consumo	15.130,00	15.130,00	9.432,73	9.432,73
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	52.158,00	52.158,00	52.158,00	52.158,00
AÇÃO 8387 - VISTORIA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	353.496,74	353.496,74	307.262,47	307.262,47
3.3.90.14 – Diárias	113.413,37	113.413,37	113.413,37	113.413,37
3.3.90.30 - Material de Consumo	113.831,92	113.831,92	92.886,85	92.886,85
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	107.258,20	107.258,20	84.593,00	84.593,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	17.831,30	17.831,30	15.207,30	15.207,30
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.161,95	1.161,95	1.161,95	1.161,95
AÇÃO 8374 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL	140.831,32	140.831,32	129.696,23	129.696,23

3.3.90.14 – Diárias	25.782,42	25.782,42	25.782,42	25.782,42
3.3.90.30 - Material de Consumo	40.298,90	40.298,90	39.446,96	39.446,96
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	8.800,00	8.800,00	8.800,00	8.800,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	44.870,05	44.870,05	44.870,05	44.870,05
3.3.90.47 - Tributos	21.079,95	21.079,95	10.796,80	10.796,80
PROGRAMA 0137 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	46.717.049,90	46.717.049,90	19.309.740,04	19.069.740,04
AÇÃO 2272 - GAP - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	857.566,49	857.566,49	798.706,05	798.706,05
3.3.90.14 – Diárias	355.559,30	355.559,30	355.559,30	355.559,30
3.3.90.30 - Material de Consumo	149.241,35	149.241,35	137.140,91	137.140,91
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	194.300,00	194.300,00	194.300,00	194.300,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	57.608,92	57.608,92	22.548,92	22.548,92
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	16.352,82	16.352,82	16.352,82	16.352,82
4.4.90.52 - Investimento - Material Permanente	84.504,10	84.504,10	72.804,10	72.804,10
AÇÃO 0427 - CRÉDITO INSTALAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	42.850.100,00	42.850.100,00	15.530.800,00	15.290.800,00
4.5.90.66 - Inversões Financeiras - Concessão de Empréstimos	42.850.100,00	42.850.100,00	15.530.800,00	15.290.800,00
AÇÃO 2B06 - MANEJO DE RECURSOS NATURAIS	22.688,82	22.688,82	21.174,41	21.174,41
3.3.90.14 – Diárias	5.707,83	5.707,83	5.707,83	5.707,83
3.3.90.30 - Material de Consumo	10.327,99	10.327,99	8.813,58	8.813,58
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	6.653,00	6.653,00	6.653,00	6.653,00
AÇÃO 4358 - TITULAÇÃO, CONCESSÃO E DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS EM PA	277.530,30	277.530,30	262.830,30	262.830,30
3.3.90.14 – Diárias	164.753,50	164.753,50	164.753,50	164.753,50
3.3.90.30 - Material de Consumo	15.895,84	15.895,84	11.195,84	11.195,84

3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	84.600,00	84.600,00	84.600,00	84.600,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	10.000,00	10.000,00	-	-
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.280,96	2.280,96	2.280,96	2.280,96
AÇÃO 8396 - INFRA ESTRUTURA EM PROJETOS ASSENTAMENTOS	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50
4.4.50.51 - Investimentos - Obras e Instalações - Transferências para Instituições - CDB	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50
AÇÃO 8398 - TOPOGRAFIA	492.351,79	492.351,79	479.416,78	479.416,78
3.3.90.14 – Diárias	275.466,33	275.466,33	275.466,33	275.466,33
3.3.90.30 - Material de Consumo	29.656,72	29.656,72	23.683,31	23.683,31
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	140.319,00	140.319,00	140.319,00	140.319,00
3.3.90.36 - Serviço de Pessoa Física	33.592,00	33.592,00	33.592,00	33.592,00
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.197,74	2.197,74	2.197,74	2.197,74
3.3.91.47 - Tributos	11.120,00	11.120,00	4.158,40	4.158,40
PROGRAMA 0138 - REORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	1.515.862,98	1.515.862,98	739.314,83	739.314,83
AÇÃO 2272 - GAP - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	115.189,78	115.189,78	63.775,88	63.775,88
3.3.90.14 – Diárias	34.257,02	34.257,02	34.257,02	34.257,02
3.3.90.30 - Material de Consumo	11.448,38	11.448,38	4.314,48	4.314,48
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	69.484,38	69.484,38	25.204,38	25.204,38
AÇÃO 2105 - GERENCIAMENTO DO CADASTRO RURAL	248.187,82	248.187,82	242.702,64	242.702,64
3.3.90.14 – Diárias	158.132,41	158.132,41	158.132,41	158.132,41
3.3.90.30 - Material de Consumo	25.055,41	25.055,41	19.570,23	19.570,23
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00

AÇÃO 4426 - GEORREFERENCIAMENTO DA MALHA FUNDIÁRIA	469.788,02	469.788,02	63.581,90	63.581,90
3.3.90.14 – Diárias	8.299,42	8.299,42	8.299,42	8.299,42
3.3.90.30 - Material de Consumo	6.609,00	6.609,00	4.016,09	4.016,09
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	24.706,00	24.706,00	24.706,00	24.706,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	128.060,00	128.060,00	26.560,39	26.560,39
3.3.30.41 - Contribuições - ITERPE - Instituto de Terras de Pernambuco	302.113,60	302.113,60	-	-
AÇÃO 2110 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	682.697,36	682.697,36	369.254,41	369.254,41
3.3.90.14 – Diárias	71.925,95	71.925,95	71.925,95	71.925,95
3.3.90.30 - Material de Consumo	27.115,71	27.115,71	14.794,30	14.794,30
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	283.975,20	283.975,20	282.534,16	282.534,16
3.3.30.41 - Contribuições - ITERPE - Instituto de Terras de Pernambuco	299.680,50	299.680,50	-	-
PROGRAMA 1336 - BRASIL QUILOMBOLA	591.579,04	591.579,04	518.326,97	239.289,94
AÇÃO 1642 - RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO	276.978,66	276.978,66	203.726,59	203.726,59
3.3.90.14 – Diárias	71.240,56	71.240,56	71.240,56	71.240,56
3.3.90.30 - Material de Consumo	94.143,55	94.143,55	79.171,14	79.171,14
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	23.257,04	23.257,04	23.257,04	23.257,04
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	49.837,51	49.837,51	14.097,88	14.097,88
3.3.91.39 - Serviços de Pessoa Jurídica - Publicações	38.500,00	38.500,00	15.959,97	15.959,97
AÇÃO 0859 - INDENIZAÇÕES	314.600,38	314.600,38	314.600,38	35.563,35
4.5.90.61 - Inversões Financeiras - Aquisição de Imóveis	314.600,38	314.600,38	314.600,38	35.563,35
PROGRAMA 1120 - PAZ NO CAMPO	133.810,70	133.810,70	133.787,31	133.787,31

AÇÃO 2109 - ASSISTENCIA A FAMÍLIAS ACAMPADAS	133.810,70	133.810,70	133.787,31	133.787,31
3.3.90.14 – Diárias	43.608,35	43.608,35	43.608,35	43.608,35
3.3.90.30 - Material de Consumo	65.202,67	65.202,67	65.186,08	65.186,08
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	17.000,00	17.000,00	16.993,20	16.993,20
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	7.999,68	7.999,68	7.999,68	7.999,68
PROGRAMA IR84 - IDENTIDADE RURAL – 1433	124.010,60	124.010,60	117.313,75	117.313,75
AÇÃO 8402 - DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL	124.010,60	124.010,60	117.313,75	117.313,75
3.3.90.14 – Diárias	55.060,60	55.060,60	55.060,60	55.060,60
3.3.90.30 - Material de Consumo	12.000,00	12.000,00	7.774,25	7.774,25
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	24.800,00	24.800,00	22.601,14	22.601,14
3.3.90.36 - Serviços de Pessoa Física	26.650,00	26.650,00	26.564,80	26.564,80
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	5.500,00	5.500,00	5.312,96	5.312,96
PROGRAMA 1427 - ATER	1.198.869,15	1.198.869,15	1.195.028,10	1.195.028,10
AÇÃO 2272 - GAP - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	83.518,15	83.518,15	79.677,10	79.677,10
3.3.90.14 – Diárias	47.194,43	47.194,43	47.194,43	47.194,43
3.3.90.30 - Material de Consumo	19.000,00	19.000,00	18.823,55	18.823,55
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	6.659,12	6.659,12	6.659,12	6.659,12
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	664,60	664,60	-	-
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	10.000,00	7.000,00	7.000,00
AÇÃO 4470 - ASSISTENCIAL TECNICA E SOCIAL AS FAMILIAS ASSENTADAS	1.115.351,00	1.115.351,00	1.115.351,00	1.115.351,00
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	15.351,00	15.351,00	15.351,00	15.351,00

3.3.50.39 - Serviços de Pessoa Jurídica - Transferência para ICN - Instituto de Cidadania do Nordeste	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
PROGRAMA 0750 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	1.355.610,61	1.355.610,61	1.212.363,63	1.212.363,63
AÇÃO 2000 - APOIO ADMINISTRATIVO	1.310.615,05	1.310.615,05	1.170.472,07	1.170.472,07
3.3.90.30 - Material de Consumo	4.500,00	4.500,00	2.700,00	2.700,00
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	11.346,08	11.346,08	10.459,22	10.459,22
3.3.90.36 - Serviço de Pessoa Física	22.597,00	22.597,00	20.713,66	20.713,66
3.3.90.37 - Locação de Mão de Obra	846.252,90	846.252,90	769.936,60	769.936,60
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	252.835,00	252.835,00	226.869,74	226.869,74
3.3.90.47 - Tributos	2.006,20	2.006,20	2.006,20	2.006,20
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.017,65	10.017,65	10.017,65	10.017,65
3.3.90.93 - Indenizações e Restituições	38.609,70	38.609,70	38.609,70	38.609,70
3.3.91.39 - Serviços de Pessoa Jurídica - Publicações	33.000,00	33.000,00	30.018,30	30.018,30
4.4.90.52 - Investimento - Material Permanente	89.450,52	89.450,52	59.141,00	59.141,00
AÇÃO 2000 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	44.995,56	44.995,56	41.891,56	41.891,56
3.3.90.14 – Diárias	3.820,26	3.820,26	3.820,26	3.820,26
3.3.90.30 - Material de Consumo	30.801,40	30.801,40	30.801,40	30.801,40
3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	4.494,00	4.494,00	4.494,00	4.494,00
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	3.104,00	3.104,00	-	-
4.4.90.52 - Investimento - Material Permanente	2.775,90	2.775,90	2.775,90	2.775,90
PROGRAMA 0139 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	112.026,20	112.026,20	110.523,95	110.523,95
AÇÃO 4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	112.026,20	112.026,20	110.523,95	110.523,95
3.3.90.14 – Diárias	49.680,22	49.680,22	49.680,22	49.680,22

3.3.90.33 - Passagem e Locomoção de Servidores	49.408,98	49.408,98	47.906,73	47.906,73
3.3.90.39 - Serviço de Pessoa Jurídica	12.637,00	12.637,00	12.637,00	12.637,00
3.3.91.39 - Serviços de Pessoa Jurídica - Publicações	300,00	300,00	300,00	300,00

Observação – No dia 31 de Dezembro todos os créditos disponíveis não utilizados, sem empenho, foram recolhidos pela Sede, justificando o total de empenho igual à provisão recebida.

02.D.I e II – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Quadro LXXXIV - Resumo das Despesas de Capital por Programa, Ação e Elemento de Despesa UG 373050

RESUMO DAS DESPESAS DE CAPITAL POR PROGRAMA E AÇÃO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO
GERAL	47.236.025,97	47.236.025,97	18.804.782,99	18.285.745,96
PROGRAMA 0135 - CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.677.782,57	1.677.782,57	607.849,11	607.849,11
AÇÃO 4460 - OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA A REFORMA AGRÁRIA	1.677.782,57	1.677.782,57	607.849,11	607.849,11
4.5.90.61 - Inversões Financeiras - Aquisição de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	1.677.782,57	1.677.782,57	607.849,11	607.849,11
PROGRAMA 0137 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	45.151.416,60	45.151.416,60	17.820.416,60	17.580.416,60
AÇÃO 2272 - GAP - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	84.504,10	84.504,10	72.804,10	72.804,10
4.4.90.52 - Investimento - Material Permanente	84.504,10	84.504,10	72.804,10	72.804,10
AÇÃO 0427 - CRÉDITO DE INSTALAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	42.850.100,00	42.850.100,00	15.530.800,00	15.290.800,00
4.5.90.66 - Inversões Financeiras - Concessão de Empréstimos a Assentados	42.850.100,00	42.850.100,00	15.530.800,00	15.290.800,00
AÇÃO 8396 – INFRA-ESTRUTURA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50
4.4.50.51 - Investimentos - Obras de Infra-Estruturas em Assentamentos	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50	2.216.812,50
PROGRAMA 1336 - BRASIL QUILOMBOLA	314.600,38	314.600,38	314.600,38	35.563,35
AÇÃO 0859 - INDENIZAÇÕES	314.600,38	314.600,38	314.600,38	35.563,35
4.5.90.61 - Inversões Financeiras - Aquisição de Imóveis - Áreas de Quilombolas	314.600,38	314.600,38	314.600,38	35.563,35
PROGRAMA 0750 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	92.226,42	92.226,42	61.916,90	61.916,90

AÇÃO 2000 - APOIO ADMINISTRATIVO	89.450,52	89.450,52	59.141,00	59.141,00
4.4.90.52 - Investimento - Material Permanente para Escritório	89.450,52	89.450,52	59.141,00	59.141,00
AÇÃO 2000 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.775,90	2.775,90	2.775,90	2.775,90
4.4.90.52 - Investimento - Material Permanente de Informática	2.775,90	2.775,90	2.775,90	2.775,90

02.D.I e II – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Quadro LXXXV - CONTRATOS - ELEMENTO 3.3.90.37 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

EMPRESA	OBJETO	Nº PROCESSO	VALOR ESTIMADO 2010
JALFORT	EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM VIGILÂNCIA ARMADA.	54.141.004712/2009-69	399.944,62
AJ SERVIÇOS	EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE DIGITADORES	54.141.001836/2006-40	472.641,73
A.R.P AMBIENTAL	EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	54.141.004406/2009-22	61.495,20
ADSERVICE	EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE TELEFONISTA	54.141.004713/2009-11	16.621,00

Quadro LXXXVI - CONTRATOS - ELEMENTO 3.3.90.39 – SERVIÇO DE PESSOA JURÍDICA

EMPRESA	OBJETO	Nº PROCESSO	VALOR 2010
EMBRATEL	STFC – FIXO LONGA DISTANCIA	54.141.001969/2006-16	111.070,00
TELEMAR	STFC – FIXO LONGA DISTANCIA	54.141.001663/2006-49	12.000,00
CLARO	TELEFONIA MOVEL	54.141.002723/2008-23	45.679,20
ENGEAR	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO		6.000,00
J. ARAÚJO	SERVIÇO DE REPROGRAFIA EM GERAL	54.141.004267/2009-37	44.290,00
CENTRO AUTOMOTIVO QUATRO RODAS	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS VIATURAS DA SR-29	54.141.004592/2009-08	314.658,26
INFOCENTER	ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EQUIPAMENTOS	54.141.0005962/2007-47	18.000,00
PETROCARD	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS ATRAVÉS DE CARTÃO DE CREDITO	54.141.001822/2010-11	43.000,00

Quadro LXXXVII - CONTRATOS – ELEMENTO 3.3.90.33 – PASSAGEM E LOCOMOÇÃO DE SERVIDORES

EMPRESA	OBJETO	Nº PROCESSO	VALOR 2010
FENÍCIA	FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES	54.141.000953/2007-77	378.882,00
LOCAFACIL	LOCAÇÃO CAMINHONETES 4X4, QUATRO PORTAS, DIESEL.	54.141.000245/2008-17	1.066.914,00

Quadro LXXXVIII - CONTRATOS - ELEMENTO 3.3.90.36 – SERVIÇO DE PESSOA FÍSICA

EMPRESA	OBJETO	Nº PROCESSO	VALOR 2010
CLEUDINETE VIEIRA DA SILVA	ALUGUEL DE PRÉDIO (ANEXO)	54.141.004849/2009-13	8.196,72
FRANCISCA VALQUIRIA	ALUGUEL DE PRÉDIO (DEPOSITO)	54.141.000215/2008-19	14.400,00

Quadro LXXXIX - ELEMENTO 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

EMPRESA	OBJETO	Nº PROCESSO	VALOR 2010
EZAU PEREIRA DE MORAIS E CIA LTDA (BONAGUA)	FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E GÁS (GLP)	54.141.004847/2009-24	7.898,00
POSTO ESTAÇÃO	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL NA CIDADE DE JUAZEIRO BA	54.141.000267/2009-68	145.887,00
LORENA PETRÓLEO	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL NA CIDADE DE PETROLINA PE	54.141.000267/2009-68	145.887,00

Quadro XC - PROCESSOS LICITATORIOS 2010 - MODALIDADE PREGAO

N ° DO PREGAO	OBJETO	Nº PROCESSO	VALOR
01/2010	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA MÃO DE OBRA PARA TELEFONISTA	54.141.004713/2009-11	PREGÃO FRACASSADO
02/2010	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA FROTA DA SR-29	54.141.004592/2009-08	PREGÃO FRACASSADO
03/2010	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA FROTA DA SR-29	54.141.004592/2009-08	271.850,00
04/2010	AQUISIÇÃO DE LONAS PLÁSTICA	54.141.000109/2010-41	46.230,00
05/2010	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA TELEFONISTA	54.141.004713/2009-11	30.969,84
06/2010	AQUISIÇÃO MATERIAL PERMANENTE (AR CONDICIONADOS E MOBILIÁRIO)	54.141.00048/2010-58	60.000,00
07/2010	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS	54.141.000529/2010-28	PREGÃO FRACASSADO
08/2010	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO NO RAMO AGRIMENSURA CARTOGRAFIA	54.141.000590/2010-75	126.060,00
09/2010	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO NO RAMO AGRIMENSURA GEODÉSICA	54.141.000618/2010-74	PREGÃO FRACASSADO
10/2010	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAR SERVIÇOS DE FOTOGRAFIAS 3X4 COLORIDAS	54.141.000886/2010-96	PREGÃO FRACASSADO
11/2010	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAR SERVIÇOS DE FOTOGRAFIAS 3X4 COLORIDAS	54.141.000886/2010-96	PREGÃO FRACASSADO PELA SEGUNDA VEZ
13/2010	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONERS	54.141.000529/2010-28	63.827,60
14/2010	REGISTRO DE PREÇO EM EMPRESA ESPECIALIZADA EM AGRIMENSURA	54.141.000613/2010-74	174.548,93

15/2010	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PARA TRANSPORTE DE CESTA BÁSICA	54.141.000385/2010-18	R\$ 50.000,00
16/2010	CONTRATAÇÃO EM EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ADMINISTRAR, GERENCIAR E CONTROLAR O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL	54.141.00182/2010-11	565.200,00
17/2010	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE TÉCNICO EM SECRETARIADO	54.141001816/2010-55	RESCINDIDO ANTES DO INICIO DA EXECUÇÃO

Só houve Licitação em 2010, na Modalidade Pregão Eletrônico.

Quadro XCI - DISPENSA DE LICITAÇÃO

NÚMERO DA DISPENSA/EMPRESA	OBJETO	Nº PROCESSO	VALOR
01 / EDVANE MOREIRA DE SENA	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CESTA BÁSICA		7.999,68
02 / EZAU PEREIRA DE MORAIS E CIA LTDA	AGUA MINERAL GAS (GLP)		7.898,00
03 / CLEUDINETE VIEIRA DA SILVA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL (ANEXO)		8.196,77
04 / AYDE DIAS DE SOUZA ME	AQUISIÇÃO DE PASTA FICHÁRIO	54.141.000100/2010-31	6.400,00
05 / RIOCENTER INFORMÁTICA LTDA	SERVIÇOS DIVERSOS NA SEDE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	54.141.000458/2010-63	6.807,00
06 / REAL CARAÍBA TRANSPORTE E TURISMO LTDA	ALUGUEL DE ÔNIBUS (TRANSPORTA FAMÍLIAS ASSENTADAS PARA ENCONTRO COM O GOVERNO DO ESTADO)	54.141.000485/2010-36	6.500,00
07/ FERREIRA GOMES COMERCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO	SERVIÇOS DE REDE ELÉTRICA E OUTROS	54.141.000135/2010-70	7.600,00
08 / CÍCERO BAHIA DA SILVA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOGRAFIA 4X4 COLORIDA PARA MUTIRÃO DAS MULHERES	54.141.000569/2010-70	5.950,50
09 / REAL SERVICE LTDA	CONTRATAÇÃO DE VAN (MULTIRÃO DA MULHER)	54.141.000570/2010-02	7.290,00
10 / DP – INVESTIMENTO E SERVIÇOS AS	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA DE JORNAL	54.141.000565/2010-91	624,00
11 / INSTITUTO DE QUALIFICAÇÃO – IQ	CURSO DE DIMENSIONAMENTO E RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO	54.141.000599/2010-86	390,00
12 / INFOCENTER COMERCIO DE MATÉRIAS DE INFORMÁTICA	AQUISIÇÃO DE WEBCAM	54.141.	960,00
13 / ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	VII SEMANA DE ADM FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA	54.141.000513.2010-15	300,00
14 / VALDENI DE SOUZA ME	CONFECÇÃO DE ADESIVOS PARA VIATURAS	54.141.000460/2010-32	4.200,00
15 /	AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE EXTINTORES	54.141.00499/2010-50	2.071,90
16 /	CONTRATAÇÃO EM EMPRESA ESPECIALIZA EM SEGUROS PREDIAL	54.141.000560/2010-69	900,30

17 / FRANCISCA VALQUIRIA NUNES DA SILVA ME	ARMÁRIO EM VIDRO TEMPERADO INCOLOR	54.141.000512/2010-71	4.536,00
18 / HEZOLINEM EQUIPAMENTOS E TOPOGRAFIA	AQUISIÇÃO BATERIAS DE GPS	54.141.001785/2010-32	5.055,00
19 /	AQUISIÇÃO DE PLACAS WIRELESS	54.141.001744/2010-46	2.700,00
20 / FATTO CONSULTORIA E SISTEMA S/S	PARTICIPAÇÃO EM TREINAMENTO DE ANALISE DE PONTO DE FUNÇÃO	54.141.001790/2010-45	1.830,00
21 / GEORGE VIEIRA E CIA LTDA ME	MONTAGEM DE PRATELEIRAS COM DIVISÓRIAS	54.141.001684/2010-61	4.760,00
22 / CÍCERO BAHIA DA SILVA	SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA 3X4 COLORIDA	54.141.00886/2010-96	25.000,00
23 / S N SOARES ME	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	54.141.001583/2010-91	4.655,00
24 / SN SOARES	AQUISIÇÃO DE AÇÚCAR	54.141.001583/2010-91	608,00
25 / CLÁS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	ALUGUEL DE SOM EXTERNO, CRIAÇÃO DE SACOLAS ECOLÓGICAS E DECORAÇÃO DE AMBIENTE DE ATAND DA SR – 29 PARA FEIRA FAMILIAR	54.141.001925/2010-72	8.000,00

Quadro XCII - INEXIGIBILIDADE 2010

	OBJETO	Nº PROCESSO	VALOR
01 / GAZZETA EDIT. E SERVIÇOS LTDA ME	RENOVAÇÃO PERIODICO JORNAL	54.141.000110/2010-76	297,00
02 / DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO –PE	PAGAMENTO DE LICENCIAMENTO E SEGURO DE VIATURAS OFICIAIS 2010	54.141.0003642/2010-94	5.142,19
03 / IMPRENSA NACIONAL	PUBLICAÇÕES	54.141.000118/2010-32	70.000,00
04 / EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES – EBC	PUBLICAÇÕES	54.141.000119/2010-87	100.000,00
05 / CPRH	PAGAMENTO DE TAXAS	54.141.00111/2010-11	390,00
07 / DEPARTAMENTO DE TRANSITO – PE	PAGAMENTO DE SEGURO	54.141.00600/2010-72	132,86

Quadro XCIII – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	297.367,14	0,00	297.367,14	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	2.450.601,50	1.338.556,77	2.450.601,50	678.598,77
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	62.840,00	61.495,20	62.840,00	61.495,20
Contratações Diretas				
Dispensa	226.617,65	90.137,38	226.617,65	90.137,38
Inexigibilidade	267.078,43	175.962,05	267.078,43	175.962,05
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	168.570,86	153.928,46	168.570,86	153.928,46
Pagamento de Pessoal				
Diárias	1.370.595,29	1.581.584,63	1.370.717,71	1.581.584,63

Item 02.D.I e II – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA
Quadro XCIV – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (A.2.12)

Grupos de Despesas - Valores em R\$	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1-Despesas Pessoal								
1º Elemento								
2º Elemento								
3º Elemento								
D. Elementos								
2-Juros e Encargos								
1º Elemento								
2º Elemento								
3º Elemento								
D. Elementos								
3-Outras D. Correntes	7.206.704,33	6.880.464,38	7.206.704,33	5.765.553,75	343.681,95	1.114.910,63	6.441.753,05	5.765.553,75
1º Elemento	1.780.452,64	1.581.584,63	1.780.452,64	1.581.584,63	108.234,05		1.638.698,35	1.581.584,63
2º Elemento	1.370.595,29	1.302.601,08	1.370.595,29	1.228.947,03	86.444,17	73.654,05	1.337.431,74	1.228.947,03
3º Elemento	1.333.927,05	1.000.000,00	1.333.927,05	1.000.000,00	58.713,72	214.657,10	1.225.693,00	1.000.000,00
D. Elementos	2.721.729,35	2.996.278,67	2.721.729,35	1.955.022,09	90.290,01	826.599,48	2.239.929,96	1.955.022,09

Item 02.D.I e II – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA
Quadro XCV– DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO (A.2.13)

Grupos de Despesas - Valores em R\$	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4- Investimento	10.882.855,22	2.393.543,02	10.882.855,22	2.351.533,50		42.009,52	4.785.122,99	2.351.533,50
1º Elemento	10.877.255,22	2.216.812,50	10.877.255,22	2.216.812,50			4.779.522,99	2.216.812,50
2º Elemento	5.600,00	176.730,52	5.600,00	134.721,00		42.009,52	5.600,00	134.721,00
3º Elemento								
D. Elementos								
5-Inv. Financeiras	57.591.455,07	44.842.482,95	57.591.455,07	16.453.249,49		28.908.270,49	40.064.955,07	15.934.212,46
1º Elemento	57.491.752,00	1.992.382,95	57.491.752,00	922.449,49		1.348.970,49	39.965.252,00	643.412,46
2º Elemento	99.703,07	42.850.100,00	99.703,07	15.530.800,00		27.559.300,00	99.703,07	15.290.800,00
3º Elemento								
D. Elementos								
6- Amortização Dívida								
1º Elemento								
2º Elemento								
3º Elemento								
D. Elementos								

Análise Crítica da Execução Orçamentária

Os principais elementos de despesas Correntes utilizados foram:

Diárias – Valores pagos aos Servidores da SR-29/MSF em trabalhos de campo.

Passagem e Locomoção de Servidores – Locação de Veículos para suprir a frota da Regional.

Serviço de Pessoa Jurídica – Termo de Parceria para atendimento de ATER – Assistência Técnica aos Assentados.

No que se refere às despesas de capital, destaca-se as obras e instalações (Investimentos em Infra-Estrutura em Projetos de Assentamentos) e os créditos concedidos (Inversões Financeiras – Empréstimos) aos assentados da reforma agrária, com um volume de recursos mais significativos, como se pode extrair do Quadro acima. Como se vê da comparação com o exercício anterior houve um decréscimo de valores empenhados. Importante observar que o baixo percentual de valores pagos, foi em função da falta de recursos financeiros. (Valores Inscritos em Restos a pagar no exercício de 2010).

Quadro XCVI – Indicadores Institucionais

02.D.III – INDICADORES INSTITUCIONAIS

Indicador	Descrição	Período	Fórmula	Fonte	Dados	Resultado
Estrutura Fundiária						
Índice de Cadastro de Imóveis Rurais	Indica o Percentual de Imóveis Cadastrados no SNCR	Área Cadastrada Acumulada	Superfície Ocupada por Imóveis Cadastrados (há), dividida pela base territorial dos Municípios Jurisdicionados (há)	SNCR e IBGE	(4.101.420 há)/(6.938.170ha) x 100	59,11%
Índice de Análise de Processos de Certificação de Imóveis Rurais	Indica o Percentual de Processos de Certificação finalizados no exercício	2010	Processos com Análise Finalizados, divididos pelo Número de Processos Protocolados	SISPROT, SIR e Comitês de Certificação Regional	(5,0 PA)/(10,0 PP) x 100	50,00%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o Percentual de Imóveis Regularizados no Exercício	2010	Número de Imóveis Regularizados, dividido pelo número de Processos de Regularização iniciados no Exercício	SISPROT, SIR e Setor de Regularização Fundiária	(33,0 IR/470,0 RI) x 100	7,02%
Indicador	Descrição	Período	Fórmula	Fonte	Dados	Resultado
Desenvolvimento de Assentamentos						
Índice de Assistência Técnica - ATER	Indica o Percentual de ATER - Assistência Técnica	2010	Número de Famílias Assistidas, dividido pelo Número total de Famílias Assentadas	SIR - Monitoria e SIPRA	(1.673)/(10.416)x 100	16,06%
Índice de Plano de Desenvolvimento de Assentamentos - PDA	Indica o Percentual de Assentamentos com Plano de Desenvolvimento	2010	Número de Famílias em Assentamentos com PDA, dividido pelo Número total de Famílias Assentadas	SIR - Monitoria e SIPRA	(1482)/(10.416) x 100	14,23%

Informamos que apesar de serem de grande importância, os indicadores calculados nesta SR-29/MSF ainda não foram utilizados para a tomada de decisões gerenciais. Mas, a partir da análise destes indicadores, utilizaremos neste sentido, como por exemplo, para verificar porque alguns Municípios têm um percentual de Cadastro no SNCR abaixo da Média. Como decisão a ser tomada e a partir da identificação do problema, poderemos intensificar o cadastro de Imóveis Rurais nestes Municípios.

Quadro XCVII

ITEM 03

INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Demonstrativo de Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos - Despesas do Exercício de 2009

Beneficiário	Modalidade de Despesa	Valor R\$
Jonh Ericsson Formiga Cartacho	Diárias	677,75
Luiz Ronaldo Nali	Diárias	484,20
Adalcina Fonseca de Amorim	Diárias	591,66
João Batista Rodrigues Lima	Diárias	988,08
Demóstenes Paulo do Nascimento	Diárias	45,00
José César da Silva Bezerra	Diárias	79,20
Antonio Fernando Gomes Moreira	Diárias	161,32
Raimundo Nonato Batista	Diárias	77,94
Aroldo Batista do Nascimento	Diárias	1.043,22
Mauro Lima da Silva	Diárias	577,26
Paulo Roberto Leite Campos	Diárias	416,96
Pedro Apolinário Filho	Diárias	577,26
ADM-Auto Peças	Manutenção de Veículos	26.273,62
Companhia Energética de Pernambuco	Energia	10.017,65

TOTAL	42.011,12
--------------	------------------

Valores Pagos em 2010 no Elemento de Despesa 3.3.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores.

Quadro XCVIII – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos - Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
Linha Detalhe					
UG	Credor	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

Não Houve Movimentação na conta de Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos – Recursos.

Entretanto, ocorreu abertura de processos administrativos para reconhecimento de passivos do exercício de 2009, porém, o pagamento foi efetuado sem registro de valores nas contas de passivo por insuficiência de créditos/recursos (abaixo relacionadas), sendo que no ato do pagamento os valores transitaram nas seguintes contas do passivo: 21211.01.00 - Obrigações a Pagar – Fornecedores do Exercício - e 21219.60.01 - Débitos Diversos a Pagar - Diárias.

21211.11.00 = FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS PATRIMONIAL
 21212.11.00 = PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS PATRIMONIAL
 21213.11.00 = ENCARGOS POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS PATRIMONIAL
 21215.22.00 = OBRIG. TRIBUT. POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS PATRIMONIAL
 21219.22.00 = DEB. DIVERSOS POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS PATRIMONIAL

ITEM 04 - INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR

Quadro XCIX - SITUAÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (A.4.1)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009				
2008				
Restos a Pagar não Processados – Valores em R\$ 1,00				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	17.343.594,58		8.367.129,52	8.976.465,06
2008	13.565.569,63		9.199.746,03	4.365.823,60
Observações:				

Análise crítica da situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Os valores inscritos em Restos a Pagar em 2008 e 2009, corresponderam em sua grande maioria, a Crédito Instalação – Inversões Financeiras – Empréstimos, nas diversas modalidades, que foram empenhados em nome da Comissão ou Associação do Assentamento, mas não foram pagos por falta de Recursos financeiros.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2007 – R\$

EMPENHO	BENEFICIÁRIO	R\$
2007NE000066	PAVISA PAVIMENTAO SANEAMENTO E CONST	15.252,39
2007NE000215	INSTITUTO DE APOIO A FUNDACAO UNIVER	179.919,42
2007NE000328	FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DO S	50.000,00
TOTAL		245.171,81

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2008 – R\$

EMPENHO	BENEFICIÁRIO	R\$
2008NE000075	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES DO PROJ	84.000,00
2008NE000076	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES DO PROJ	18.000,00
2008NE000115	TACARATU PREFEITURA	9.333,98
2008NE000233	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO DA FAZEND	28.800,00
2008NE000234	UBALDO WILSON DA SILVA	175.000,00
2008NE000248	MARIA ZENAIDE FERREIRA DE BRITO	6.000,00
2008NE000264	ADEILDO ALVES DA SILVA	100.800,00
2008NE000266	JOSE FRANCISCO GALDINO	54.000,00
2008NE000276	MARCIA ALVES DE SOUZA	98.400,00
2008NE000278	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO PROJETO DE	60.000,00
2008NE000279	JOSE FRANCISCO GALDINO	86.400,00
2008NE000281	ANA MARIA RODRIGUES GUIMARAES	50.400,00
2008NE000286	CRISTIANA ALVES DOS SANTOS	75.000,00
2008NE000287	CRISTIANA ALVES DOS SANTOS	120.000,00
2008NE000289	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO PROJETO DE	54.000,00
2008NE000290	ADEILDO ALVES DA SILVA	63.000,00
2008NE000291	ANA MARIA RODRIGUES GUIMARAES	31.500,00
2008NE000293	IRACIO JOSE PEREIRA	28.500,00
2008NE000295	ILMO JOSE PEREIRA	43.500,00
2008NE000296	MARCIA ALVES DE SOUZA	61.500,00
2008NE000299	ALCINETE GOMES DE SOUZA	63.000,00
2008NE000301	MARCIA ALVES DE SOUZA	287.000,00
2008NE000303	JOSE FRANCISCO GALDINO	252.000,00
2008NE000308	ADEILZA DE LIMA	43.500,00
2008NE000312	CRISTIANA ALVES DOS SANTOS	110.000,00
2008NE000315	ADEILDO ALVES DA SILVA	294.000,00
2008NE000391	ASSOCIACAO DE TRABALHADORES E PROD.	24.000,00
2008NE000477	ASA BRANCA - ARTICULACAO, SERVICOS	108.234,05
2008NE000480	ASSOCIACAO DE TRABALHADORES E PROD.	38.400,00
2008NE000493	LAGOA GRANDE PREFEITURA	414.197,98
2008NE000494	ASSOCIACAO PLANTAS DO NORDESTE	27.364,00
2008NE000511	LUCINEIDE MARIA DE ARAUJO VIEIRA	9.000,00
2008NE000512	LUCINEIDE MARIA DE ARAUJO VIEIRA	14.400,00
2008NE000513	LUCINEIDE MARIA DE ARAUJO VIEIRA	42.000,00
2008NE000526	ORGANIZACAO TRAJETORIA MUNDIAL	1.000.000,00
2008NE000532	ORGANIZACAO TRAJETORIA MUNDIAL	253.470,00
2008NE000535	ORGANIZACAO TRAJETORIA MUNDIAL	41.860,00
2008NE000536	ORGANIZACAO TRAJETORIA MUNDIAL	4.100,00
2008NE900435	SEMARH - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM	91.163,59
TOTAL		4.365.823,60

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2009 – R\$

EMPENHO	BENEFICIÁRIO	R\$
2009NE000130	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	4.500,00
2009NE000135	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	258.000,00
2009NE000136	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES DO ASSEN	25.600,00
2009NE000141	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO DA FAZEND	9.600,00
2009NE000160	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	6.500,00
2009NE000163	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO GILVAN SA	120.000,00
2009NE000167	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORE	25.000,00
2009NE000173	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES DO ASSEN	4.500,00
2009NE000178	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	4.000,00
2009NE000188	UBALDO WILSON DA SILVA	66.000,00
2009NE000189	ASSOCIACAO DOS ASSENTADOS E ASSENTAD	15.000,00
2009NE000190	LUCINEIDE MARIA DE ARAUJO VIEIRA	4.800,00
2009NE000201	JULIO ANTONIO DE BARROS	25.000,00
2009NE000210	MARCIA ALVES DE SOUZA	123.000,00
2009NE000220	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	20.000,00
2009NE000227	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES RURAIS D	25.000,00
2009NE000237	ADEILDO ALVES DA SILVA	126.000,00
2009NE000252	ILMO JOSE PEREIRA	14.500,00
2009NE000253	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	10.000,00
2009NE000255	MARILENE ATONIA DOS SANTOS	15.000,00
2009NE000256	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	15.000,00
2009NE000262	ASSOCIACAO BANDEIRA I	22.000,00
2009NE000284	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E AGRICU	28.000,00
2009NE000285	ASSOCIACAO DOS ASSENTADOS E ASSENTAD	10.000,00
2009NE000286	ASSOCIACAO DE PRODUTORES DO ASSENTAM	25.500,00
2009NE000287	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO PROJETO DE	18.000,00
2009NE000289	MARIA ZENAIDE FERREIRA DE BRITO	2.000,00
2009NE000290	LUCINEIDE MARIA DE ARAUJO VIEIRA	3.000,00
2009NE000291	EVANEIDE AMANDO DA SILVA	10.000,00
2009NE000293	ANTONIO CLAUDIO PEREIRA DE ARAUJO	17.500,00
2009NE000294	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES R	9.000,00
2009NE000297	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO BELA VIST	9.000,00
2009NE000300	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO GILVAN SA	32.000,00
2009NE000306	EDILSON MADEIRO DA SILVA	15.000,00
2009NE000310	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO NOVA CONQ	12.000,00
2009NE000313	CRISTIANA ALVES DOS SANTOS	25.000,00
2009NE000315	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	22.000,00
2009NE000316	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES DO PROJ	36.000,00
2009NE000320	LUCINEIDE MARIA DE ARAUJO VIEIRA	18.000,00
2009NE000321	ASSOCIACAO RURAL DOS AGRICULTORES DO	8.000,00
2009NE000322	ASSOC DOS AGRICULTORES (AS) DO ASSEN	5.500,00
2009NE000324	ASSOCIACAO RURAL DOS AGRICULTORES DO	12.800,00
2009NE000327	MARCIA ALVES DE SOUZA	32.800,00

2009NE000328	ADEILDO ALVES DA SILVA	33.600,00
2009NE000329	ANA MARIA RODRIGUES GUIMARAES	16.800,00
2009NE000331	JOSE FRANCISCO GALDINO	28.800,00
2009NE000336	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES ASSENTA	20.000,00
2009NE000344	ASSOCIACAO DE TRABALHADORES E PROD.	12.800,00
2009NE000346	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO BELA VIST	14.400,00
2009NE000349	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO PROJETO DE	20.000,00
2009NE000355	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	16.000,00
2009NE000357	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO MAE MARIA	24.000,00
2009NE000360	MARIA DALVANIRA ROLIM DE SOUZA	31.200,00
2009NE000367	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	24.000,00
2009NE000368	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	16.000,00
2009NE000370	JOSE FRANCISCO GALDINO	108.000,00
2009NE000378	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	12.500,00
2009NE000379	CRISTIANA ALVES DOS SANTOS	40.000,00
2009NE000381	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	7.200,00
2009NE000383	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	16.000,00
2009NE000385	CRISTIANA ALVES DOS SANTOS	150.000,00
2009NE000389	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES DO ASSE	8.000,00
2009NE000390	ASSOCIACAO RURAL DOS AGRICULTORES DO	10.000,00
2009NE000394	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES DO ASSEN	9.500,00
2009NE000397	ASSOCIACAO DE TRABALHADORES E PROD.	8.000,00
2009NE000403	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	5.000,00
2009NE000406	ALCINETE GOMES DE SOUZA	21.000,00
2009NE000411	ADEILDO ALVES DA SILVA	21.000,00
2009NE000413	ANA MARIA RODRIGUES GUIMARAES	10.500,00
2009NE000414	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES DO PROJ	6.000,00
2009NE000416	ADEILZA DE LIMA	14.500,00
2009NE000418	IRACIO JOSE PEREIRA	9.500,00
2009NE000420	JOSE FRANCISCO GALDINO	18.000,00
2009NE000425	MARILENE ATONIA DOS SANTOS	24.000,00
2009NE000426	MARCIA ALVES DE SOUZA	20.500,00
2009NE000446	ATAPA - ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES	25.600,00
2009NE000449	IRACIO JOSE PEREIRA	9.000,00
2009NE000458	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	800,00
2009NE000479	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	25.600,00
2009NE000481	ABRAAO FELIX DA SILVA	12.800,00
2009NE000483	UBALDO WILSON DA SILVA	80.000,00
2009NE000490	JOSIVAN DA SILVA SANTOS	20.000,00
2009NE000497	JOAO RIBEIRO DOS SANTOS	19.200,00
2009NE000499	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES DO ASSEN	60.800,00
2009NE000503	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	25.600,00
2009NE000505	EVANEIDE AMANDO DA SILVA	64.000,00
2009NE000506	PATRICIA GONZAGA DA SILVA	38.400,00
2009NE000529	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES DO PROJ	38.400,00
2009NE000610	ASSOCIACAO RURAL DOS AGRICULTORES DO	7.000,00
2009NE000611	ASSOCIAO RURAL DOS MORADORES DO ASSE	12.500,00

2009NE000636	ADEILDO ALVES DA SILVA	210.000,00
2009NE000643	LUCINEIDE MARIA DE ARAUJO VIEIRA	30.000,00
2009NE000646	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES DO PROJ	60.000,00
2009NE000648	ANA MARIA RODRIGUES GUIMARAES	45.000,00
2009NE000685	ASSOCIACAO DE PRODUTORES DO ASSENTAM	15.000,00
2009NE000694	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	250.000,00
2009NE000715	DAIANE JOICE DOS SANTOS FERREIRA	630.400,00
2009NE000716	ADIEL NOVAES TORRES	10.000,00
2009NE000718	DAIANE JOICE DOS SANTOS FERREIRA	394.000,00
2009NE000719	DAIANE JOICE DOS SANTOS FERREIRA	630.400,00
2009NE000721	MARIA LUZIENE PEREIRA	44.800,00
2009NE000723	ADIEL NOVAES TORRES	16.000,00
2009NE000724	MARIA LUZIENE PEREIRA	44.800,00
2009NE000725	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	44.800,00
2009NE000727	GERSON MANOEL DE SOUZA SANTOS	96.000,00
2009NE000728	DAIANE JOICE DOS SANTOS FERREIRA	2.955.000,00
2009NE000729	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIA	25.600,00
2009NE000730	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES DO ASSE	25.600,00
2009NE000736	MARIA LUZIENE PEREIRA	28.000,00
2009NE000740	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIA	200.000,00
2009NE000743	MARIA LUZIENE PEREIRA	210.000,00
2009NE000751	UBALDO WILSON DA SILVA	80.000,00
2009NE000752	ANTONIO CARLOS SOARES DO NASCIMENTO	96.000,00
2009NE000765	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS AGRICULTO	175.000,00
2009NE900050	ALFA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	16.550,50
2009NE900051	RENASCER EMPREENDIMENTOS LTDA	35.075,15
2009NE900052	SEMARH - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM	6.597,03
2009NE900053	ALFA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	585,28
2009NE900054	ALFA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	10.230,69
2009NE900363	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO	1.026,90
2009NE900424	INFOCENTER COM MATERIAIS DE INFORMAT	15.472,80
2009NE900495	TALER SERVICE - RECURSOS HUMANOS E S	5.692,21
2009NE900566	INSTITUTO CIDADANIA DO NORDESTE - IC	27.234,49
2009NE900707	ASA BRANCA - ARTICULACAO, SERVICOS E	0,01
2009NE900749	FENICIA VIAGENS E TURISMO LTDA ME	20.000,00
2009NE900773	AJ SERVICOS LTDA	15.000,00

TOTAL 8.976.465,06

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2010 – R\$

EMPENHO	BENEFICIÁRIO	R\$
2010NE000065	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E	0,80
2010NE000070	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E	320,00
2010NE000075	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E	0,80
2010NE000104	OSMUNDO GOIS DE SANTANA	202.948,45
2010NE000122	ASSOCIACAO DE COOPERACAO AGROP DE AS	80.000,00
2010NE000123	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	35.000,00
2010NE000240	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E	40,00
2010NE000245	AFAMAV - ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES	1.512.000,00
2010NE000262	ASSOC COMUNITARIA DOS PROD RURAIS DE	225.000,00
2010NE000269	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E	320,00

2010NE000271	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	360.000,00
2010NE000272	ASSOC.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO	240.000,00
2010NE000299	DEUSDETH RAMOS COELHO	81.072,28
2010NE000307	ADSERV EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LT	1,00
2010NE000334	ADM-AUTO PECAS E SERVICOS LTDA	3.000,00
2010NE000346	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS	240.000,00
2010NE000350	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO ADAO PRET	120.000,00
2010NE000352	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	64.000,00
2010NE000354	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO ADAO PRET	16.000,00
2010NE000355	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO ADAO PRET	25.600,00
2010NE000356	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO ADAO PRET	25.600,00
2010NE000357	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO ADAO PRET	25.600,00
2010NE000358	MARGARIDA GRANJA	9.600,00
2010NE000359	MARGARIDA GRANJA	6.000,00
2010NE000360	MARGARIDA GRANJA	9.600,00
2010NE000362	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	70.400,00
2010NE000363	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	160.000,00
2010NE000365	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	70.400,00
2010NE000366	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	44.000,00
2010NE000367	ASSOCIACAO DOS PARCELEIROS ASSENTADO	200.000,00
2010NE000369	ASSOCIACAO DOS AGROPECUARISTAS DO AS	48.000,00
2010NE000381	ASSOCIACAO DE PRODUTORES DO ASSENTAM	25.000,00
2010NE000382	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E	6.280,00
2010NE000383	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	900.000,00
2010NE000384	ASSOCIACAO PADRE CICERO	250.000,00
2010NE000385	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGROPECUARIA	504.000,00
2010NE000390	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO DOS PEQUE	16.000,00
2010NE000393	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	80.000,00
2010NE000491	ASSOCIACAO DOS ASSENTADOS DO JOSE IV	246.000,00
2010NE000493	ADRIANA BEZERRA CAVALCANTI	59,88
2010NE000495	ASSOCIACAO RURAIS DOS AGRICULTORES (	40.000,00
2010NE000496	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	40.000,00
2010NE000497	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO PROJETO DE	125.000,00
2010NE000498	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E AGRICU	280.000,00
2010NE000499	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	560.000,00
2010NE000501	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	320.000,00
2010NE000502	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	456.000,00
2010NE000503	ASSOCIACAO DOS PARCELEIROS DO ASSENT	1.328.000,00
2010NE000506	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS	1.008.000,00
2010NE000510	HOLCIM (BRASIL) S.A.	20,60
2010NE000511	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E	187,04
2010NE000522	COOPERATIVA DE PRODUCAO AGROPECUARIA	216.000,00
2010NE000523	ASSOCIACAO ADMINISTRATIVA DOS AGRICU	208.000,00
2010NE000524	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO BELA VIST	32.000,00
2010NE000525	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	496.000,00
2010NE000526	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	64.000,00
2010NE000527	ATRA II - ASSOCIACAO DOS TRABALHADOR	1.200.000,00
2010NE000532	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO BELA VIST	112.000,00
2010NE000533	ASSOCIACAO DOS PARCELEIROS ASSENTADO	133.000,00
2010NE000534	ASSOCIACAO DOS PARCELEIROS ASSENTADO	67.000,00
2010NE000536	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E DAS AG	200.000,00
2010NE000537	ASSOCIACAO DOS COLONOS DO ASSENTAMEN	640.000,00
2010NE000539	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	1.500.000,00
2010NE000540	JOSEFA NUNES INACIO	3.200.000,00
2010NE000541	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORE	367.000,00
2010NE000542	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	1.734.000,00
2010NE000543	ASSOCIACAO DE PRODUTORES DO ASSENTAM	272.000,00

2010NE000544	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	200.000,00
2010NE000545	ASSOCIACAO DE PRODUCAO AGROPECUARIA	168.000,00
2010NE000546	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	144.000,00
2010NE000547	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO GILVAN SA	200.000,00
2010NE000549	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES R	784.000,00
2010NE000550	MARILENE ATONIA DOS SANTOS	240.000,00
2010NE000551	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	160.000,00
2010NE000552	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	248.000,00
2010NE000553	ATAPA - ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES	256.000,00
2010NE000554	ASSOC DOS PROD RURAIS DO ASSENTAMENT	280.000,00
2010NE000555	ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS	496.000,00
2010NE000556	AFAMAV - ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES	15.000,00
2010NE000558	MAURILO OLIVEIRA VALENCA	176.352,93
2010NE000569	JOSE GARCIA BEZERRA	12.000,00
2010NE000570	JOSE GARCIA BEZERRA	19.200,00
2010NE000571	JOSE GARCIA BEZERRA	19.200,00
2010NE000572	JOSE GARCIA BEZERRA	90.000,00
2010NE000573	ASSENTAMENTO POCO VERDE	128.000,00
2010NE000574	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	250.000,00
2010NE000575	ASSOCIACAO DE PRODUTORES DO ASSENTAM	272.000,00
2010NE000576	JOSE FRANCISCO GALDINO	180.000,00
2010NE000577	MARCIA ALVES DE SOUZA	205.000,00
2010NE000578	ASSOCIACAO DE PRODUCAO AGROPECUARIA	12.500,00
2010NE000579	ATRA I - ASSOCIACAO DOS TRABALHADORE	1.224.000,00
2010NE000580	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO	60.000,00
2010NE000581	JOSE GILBERTO MENDONCA	609.539,20
2010NE000584	EDILZA DELMONDES DOS SANTOS	38.400,00
2010NE000585	EDILZA DELMONDES DOS SANTOS	24.000,00
2010NE000586	EDILZA DELMONDES DOS SANTOS	38.200,00
2010NE000587	EDILZA DELMONDES DOS SANTOS	180.000,00
2010NE000590	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIAR	80.000,00
2010NE000591	ALEXANDRA DE CALDAS GOMES	300.000,00
2010NE000592	ALEXANDRA DE CALDAS GOMES	105.000,00
2010NE000593	ADELICE MARTINS DA SILVA	330.000,00
2010NE000594	ALEXANDRA DE CALDAS GOMES	54.000,00
2010NE000595	ANA CLAUDIA FERREIRA SANTOS	285.000,00
2010NE900014	FRANCISCA VALQUIRIA NUNES DA SILVA	10,00
2010NE900035	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQU	87,00
2010NE900053	EZAU PEREIRA DE MORAIS & CIA LTDA	2.793,20
2010NE900054	EZAU PEREIRA DE MORAIS & CIA LTDA	360,00
2010NE900055	CLEUDINETE VIEIRA DA SILVA	6,88
2010NE900056	MIGUEL RAMOS BARRETO	82,74
2010NE900057	JOSE LUIZ DA CONCEICAO ATHAYDE	412,70
2010NE900058	FRANCIANO CAVALCANTI DAMASCENO	230,95
2010NE900065	JOSE ADELMO RAE AMARAL	350,00
2010NE900088	VALDECI BATISTA FERREIRA	54,61
2010NE900117	TEMISTOCLES CAVALCANTI DO MONTE	75,25
2010NE900118	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC.	314,18
2010NE900129	NEWTEC EMPREENDIMENTOS E SERVICOS TE	1.203,22
2010NE900132	EZAU PEREIRA DE MORAIS & CIA LTDA	1.380,00
2010NE900133	EZAU PEREIRA DE MORAIS & CIA LTDA	420,00
2010NE900137	J. ARAUJO GRAFICA ME	840,36
2010NE900155	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO	80,69
2010NE900156	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO	404,80
2010NE900162	EDUVALDO SILVA VANDERLEI DA HORA	142,93
2010NE900175	EDILSON LIRA XAVIER	65,32
2010NE900177	VALDECI BATISTA FERREIRA	671,31

2010NE900179	AGENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	10.283,15
2010NE900180	RENATO JOSE DE SOUZA	61,53
2010NE900181	FERREIRA GOMES COMERCIO E SERVICOS D	60,00
2010NE900184	FRANCIANO CAVALCANTI DAMASCENO	79,38
2010NE900185	WELITON ANTONIO PEDROSO	1.240,00
2010NE900190	J. ARAUJO GRAFICA ME	161,34
2010NE900191	CESAR TEIXEIRA SILVA	340,10
2010NE900193	EDILSON LIRA XAVIER	1.561,60
2010NE900194	ANACLETO CAETANO RODRIGUES	414,35
2010NE900208	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACO	40,51
2010NE900213	LEONARDO CORREA DE ARAUJO PASSOS	910,00
2010NE900215	EVERALDO PEREIRA DE SOUZA	11,06
2010NE900222	REAL SERVICE LTDA	955,68
2010NE900223	JOSE CESAR DA SILVA BEZERRA	919,65
2010NE900224	PAULO ROBERTO LEITE CAMPOS	17,67
2010NE900225	DP-PAR PARTICIPACAO, INVESTIMENTOS E	624,00
2010NE900229	JALFORT - SEGURANCA LTDA	11.051,50
2010NE900232	EDUVALDO SILVA VANDERLEI DA HORA	29,72
2010NE900243	TEMISTOCLES CAVALCANTI DO MONTE	280,00
2010NE900244	RAIMUNDO NONATO BATISTA	269,22
2010NE900249	JOAO BATISTA RODRIGUES LIMA	67,53
2010NE900255	EDUVALDO SILVA VANDERLEI DA HORA	100,31
2010NE900257	AGENOR PIRES BARBOSA	287,87
2010NE900258	JOSE ADELMO RAEI AMARAL	3.000,00
2010NE900266	SEVERINO GONCALO DA SILVA	90,01
2010NE900267	JOSE JAILSON MARTINS	0,91
2010NE900268	JOAO BATISTA RODRIGUES LIMA	40,00
2010NE900269	RENATO JOSE DE SOUZA	162,63
2010NE900271	RENATO FACCIOLY DE AGUIAR	354,73
2010NE900272	EDILSON LIRA XAVIER	185,84
2010NE900282	FRANCISCA VALQUIRIA NUNES DA SILVA	1.189,28
2010NE900283	CLEUDINETE VIEIRA DA SILVA	676,18
2010NE900286	OSVALDO CHIMITE DE SOUSA ME	664,60
2010NE900288	VIVALDO MONTOVANELI FILHO	1.439,00
2010NE900296	A.R.P. AMBIENTAL, LIMPEZA E CONSERVA	6.523,18
2010NE900302	ADSERV EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LT	3.879,36
2010NE900305	PAULO ROBERTO LEITE CAMPOS	914,17
2010NE900308	COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO	4,76
2010NE900309	COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO	130,86
2010NE900311	EDILSON LIRA XAVIER	164,15
2010NE900312	TELEMAR NORTE LESTE S/A	7.977,28
2010NE900313	CLARO S.A.	8.994,06
2010NE900314	FERREIRA GOMES COMERCIO E SERVICOS D	492,83
2010NE900315	INFOCENTER COM MATERIAIS DE INFORMAT	2.312,20
2010NE900316	COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO	20,00
2010NE900317	CONSELHO REGIONAL DE ENG ARQUITETURA	1,50
2010NE900318	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQU	150,00
2010NE900325	EVERALDO PEREIRA DE SOUZA	500,46
2010NE900326	MARCOS COSTA VIANNA	642,44
2010NE900330	FRANCIANO CAVALCANTI DAMASCENO	1.085,35
2010NE900335	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO	3.992,30
2010NE900336	COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO	174,77
2010NE900339	CESAR TEIXEIRA SILVA	16,59
2010NE900342	COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO	100,00
2010NE900350	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC.	1.286,02
2010NE900366	EDUVALDO SILVA VANDERLEI DA HORA	2,94
2010NE900385	COMPETICAO INDUSTRIA E COMERCIO DE M	25.549,52

2010NE900387	STONE DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA L	0,03
2010NE900388	STONE DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA L	0,03
2010NE900390	JOSE ADELMO RAE L AMARAL	398,44
2010NE900394	SEVERINO GONCALO DA SILVA	912,54
2010NE900400	TEC AGRI - SERVICOS DE ENGENHARIA E	100.848,00
2010NE900402	TELEQUIP TELECOMUNICACOES E EQUIPAME	3.104,00
2010NE900404	PAULO ROBERTO LEITE CAMPOS	914,41
2010NE900408	JOSE JAILSON MARTINS	145,08
2010NE900413	JOAO BATISTA RODRIGUES LIMA	97,90
2010NE900420	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	10.000,00
2010NE900421	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	1.381,50
2010NE900422	HEZOLINEM EQUIP TOP E COM DE SERV E	5.055,00
2010NE900431	OSVALDO CHIMITE DE SOUSA ME	851,94
2010NE900433	EDUVALDO SILVA VANDERLEI DA HORA	30,66
2010NE900441	AJ SERVICOS LTDA	27.570,58
2010NE900448	GEORGE VIEIRA E CIA LTDA ME	4.760,00
2010NE900458	FENICIA VIAGENS E TURISMO LTDA ME	209,21
2010NE900459	FENICIA VIAGENS E TURISMO LTDA ME	1.293,04
2010NE900463	EVERALDO PEREIRA DE SOUZA	110,35
2010NE900467	ANACLETO CAETANO RODRIGUES	860,67
2010NE900468	CICERO BAHIA DA SILVA	5,20
2010NE900472	MAURO LIMA SILVA	95,87
2010NE900474	RENATO FACCIOLY DE AGUIAR	40,00
2010NE900476	FRANCIANO CAVALCANTI DAMASCENO	72,27
2010NE900477	MAURICIO MOISES PEREIRA DA SILVA	185,00
2010NE900481	DATA GRAPHICS TECNOLOGIA E INFORMACA	11.700,00
2010NE900484	OSVALDO CHIMITE DE SOUSA ME	5.000,00
2010NE900485	OSVALDO CHIMITE DE SOUSA ME	3.902,12
2010NE900501	AJ SERVICOS LTDA	4.357,97
2010NE900513	TEMISTOCLES CAVALCANTI DO MONTE	835,60
2010NE900514	EDILSON LIRA XAVIER	176,45
2010NE900524	JOSE JAILSON MARTINS	185,52
2010NE900527	MARCOS COSTA VIANNA	1.127,38
2010NE900528	JOSE CESAR DA SILVA BEZERRA	1.000,00
2010NE900542	ADIEL FONSECA CAVALCANTE	419,75
2010NE900545	PETROCARD ADMINISTRADORA DE CREDITO	13.000,00
2010NE900556	FENICIA VIAGENS E TURISMO LTDA ME	1.440,12
2010NE000561	FRANCISCO DE ASSIS P ALENCAR	279.037,03
2010NE900563	REAL SERVICE LTDA	6,80
2010NE900565	OSVALDO CHIMITE DE SOUSA ME	5.000,00
2010NE900566	OSVALDO CHIMITE DE SOUSA ME	9.000,00
2010NE900568	OSVALDO CHIMITE DE SOUSA ME	7.460,92
2010NE900571	OSVALDO CHIMITE DE SOUSA ME	2.000,00
2010NE900572	OSVALDO CHIMITE DE SOUSA ME	651,61
2010NE900573	OSVALDO CHIMITE DE SOUSA ME	5.000,00
2010NE900574	OSVALDO CHIMITE DE SOUSA ME	2.000,00
2010NE900578	CICERO BAHIA DA SILVA	80,00
2010NE900581	PETROCARD ADMINISTRADORA DE CREDITO	10.000,00
2010NE900582	PETROCARD ADMINISTRADORA DE CREDITO	10.000,00
2010NE900584	LORENA PETROLEO LTDA	1,85
2010NE900587	LORENA PETROLEO LTDA	2.592,91
2010NE900590	ESTACAO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E	218,62
2010NE900591	ESTACAO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E	1.295,79
2010NE900592	INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRARI	302.113,60
2010NE900593	INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRARI	299.680,50
2010NE900594	ESTACAO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E	4.190,35
2010NE900595	ESTACAO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E	4.448,38

2010NE900596	ESTACAO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E	2.500,00
2010NE900605	FENICIA VIAGENS E TURISMO LTDA ME	673,04
2010NE900609	REAL SERVICE LTDA	0,92
2010NE900610	CLARO S.A.	8.000,00
2010NE900611	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO	6.000,00
2010NE900613	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC.	12.540,03
2010NE900614	COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO	16.837,51
2010NE900616	FENICIA VIAGENS E TURISMO LTDA ME	1.243,18
2010NE900617	JALFORT - SEGURANCA LTDA	21.156,90
2010NE900618	FRANCISCA VALQUIRIA NUNES DA SILVA	1,00
2010NE900619	FENICIA VIAGENS E TURISMO LTDA ME	44.280,00
2010NE900620	FENICIA VIAGENS E TURISMO LTDA ME	22.665,20
2010NE900623	JALFORT - SEGURANCA LTDA	232,02
2010NE900625	AJ SERVICOS LTDA	340,57
2010NE900630	J. ARAUJO GRAFICA ME	6.000,00
2010NE900631	ESTACAO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E	4.760,71
2010NE900632	ESTACAO - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E	4.482,00
2010NE900633	LORENA PETROLEO LTDA	11.312,50
2010NE900634	LORENA PETROLEO LTDA	2.500,00
2010NE900646	GERALDO ARAUJO OLIVEIRA JUNIO	886,86

Total	30.065.190,64
--------------	----------------------

FONTE - SIAFI

ITEM 05**Informações sobre recursos humanos na Unidade****Quadro C****COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010****SR-29/PETROLINA - UPAG 1057**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	67	1	9
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	65	1	2
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	64	0	2
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores regidos pela CLT	0	1	1	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	2	0	7
1.4.1 Cedidos	0	2	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	0	7
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	0	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	17	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	14	0	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	7	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	5	0	0
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	3	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	3	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	84	1	9

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/10 e extração SIAPE fev/11.

OBS: 1)O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação; 2)O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário; 3)O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94).

Quadro CI

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 SR-29/PETROLINA - UPAG 1057

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					TOTAL
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	2	12	18	23	12	67
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2	12	16	23	12	65
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	2	0	0	2
2. Provimento de cargo em comissão	3	6	5	2	1	17
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	5	5	2	1	14
2.3. Funções gratificadas	2	1	0	0	0	3
TOTAL GERAL	5	18	23	25	13	84

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

Quadro CII

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

SR-29/PETROLINA- UPAG 1057

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	2	9	29	27	0	0	0	67
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	2	9	27	27	0	0	0	65
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	2	15	0	0	0	17
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	13	0	0	0	14
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	2	0	0	0	3
TOTAL	0	0	2	9	31	42	0	0	0	84

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração SIAPE FEV/11. OBS: O nível escolaridade informado correspondente à tabela do SIAPE.

Quadro CIII

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010
SR-29/PETROLINA - UPAG 1057

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	12	1
1.1 Voluntária	9	1
1.2 Compulsório	1	0
1.3 Invalidez Permanente	2	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	2	0
2.1 Voluntária	2	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
TOTAL GERAL	14	1

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

Quadro CIV

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010
SR-29/PETROLINA - UPAG 1057

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	8	0
2. Proporcional	3	0
TOTAL	11	0

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

Quadro CV

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
SR-29/PETROLINA - UPAG 1057

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	3	3	3	3	R\$ 0,00
· Área Fim	2	2	2	2	R\$ 0,00
· Área Meio	1	1	1	1	R\$ 0,00
Nível Médio	4	4	4	4	R\$ 0,00
· Área Fim	3	3	3	3	R\$ 0,00
· Área Meio	1	1	1	1	R\$ 0,00
Total	7	7	7	7	R\$ 30.388,63

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extração SIAPE FEV/11 e Extração DW/2010. OBS: O custo do exercício não está discriminado por nível vez que a rubrica referente a bolsa é a mesma para nível médio e superior.

Quadro CVI

CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS
QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010
SR-29/PETROLINA - UPAG 1057

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇ ÕES	GRATIFICA ÇÕES	ADICIONAI S	INDENIZAÇ ÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEI S	
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO								
2.008	4.293.564,21		361.635,36	115.512,95	605.595,39	257.381,36	0,00	5.633.689,27
2.009	4.217.684,74		383.663,90	123.754,29	1.058.884,39	234.105,98	910,58	6.019.003,88
2.010	4.236.341,46		372.381,32	129.902,93	1.303.601,26	493.314,65	713,45	6.536.255,07
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO (SERVIDORES CELETISTAS)								
2.008								0,00
2.009								0,00
2.010					3.429,08			3.429,08
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA								
2.008								0,00
2.009								0,00
2.010								0,00
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR								
2.008		279.464,81			89.490,65			368.955,46
2.009		307.793,73			108.640,47			416.434,20
2.010		327.019,75			149.749,87			476.769,62
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS								
2.008		11.095,03			8.763,69			19.858,72
2.009		15.240,56			11.433,57			26.674,13
2.010		14.735,35			16.325,38			31.060,73

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

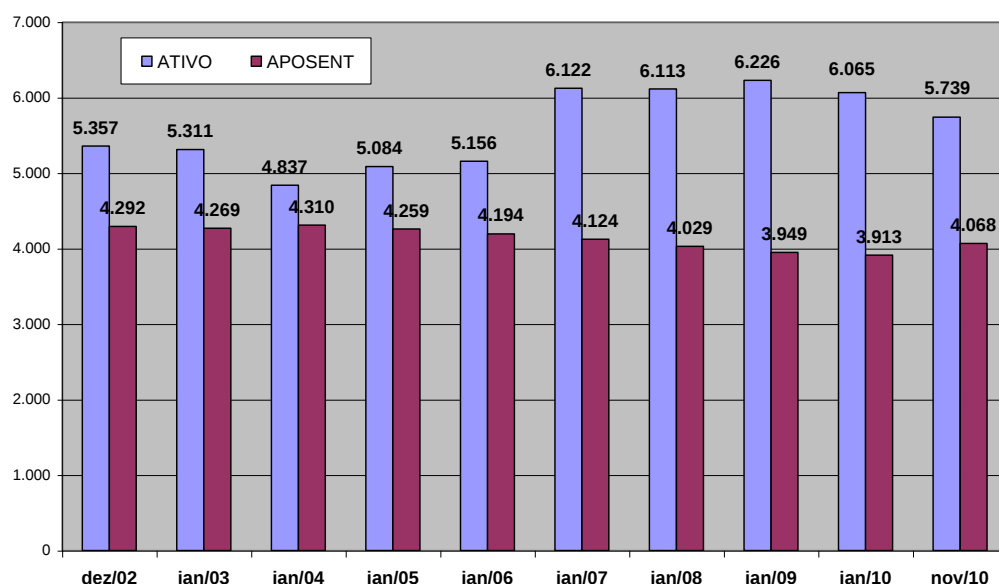
ANO	VALOR
2.008	129.120,90
2.009	52.963,49
2.010	83.273,80

Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

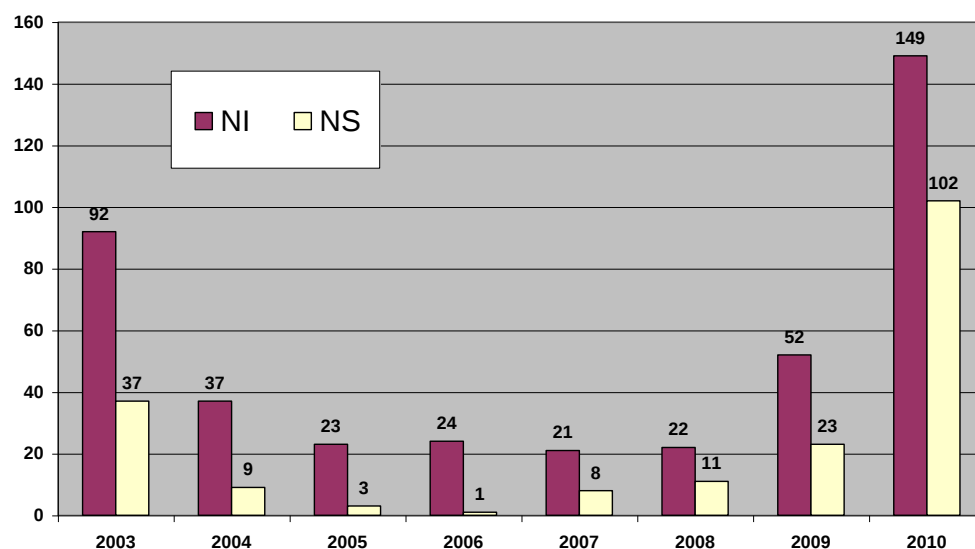
Não são utilizados indicadores gerenciais relativos ao absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas. Com relação à rotatividade é efetuado acompanhamento dos egressos de servidores que ingressaram no INCRA em razão da realização de concursos públicos realizados em 2004 e 2005. Quanto a disciplina é um dos fatores da avaliação relativa ao período de estágio probatório. No tocante ao desempenho funcional os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo que será implantada em 2011 sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de concessão das gratificações de desempenho (GDARA e GDAPA), nos termos do disposto no Decreto nº 7.133/10.

Periodicamente são elaborados relatórios gerenciais para avaliação da força de trabalho que compõe o Quadro de Pessoal do INCRA. Os últimos demonstrativos elaborados abordaram os seguintes temas:

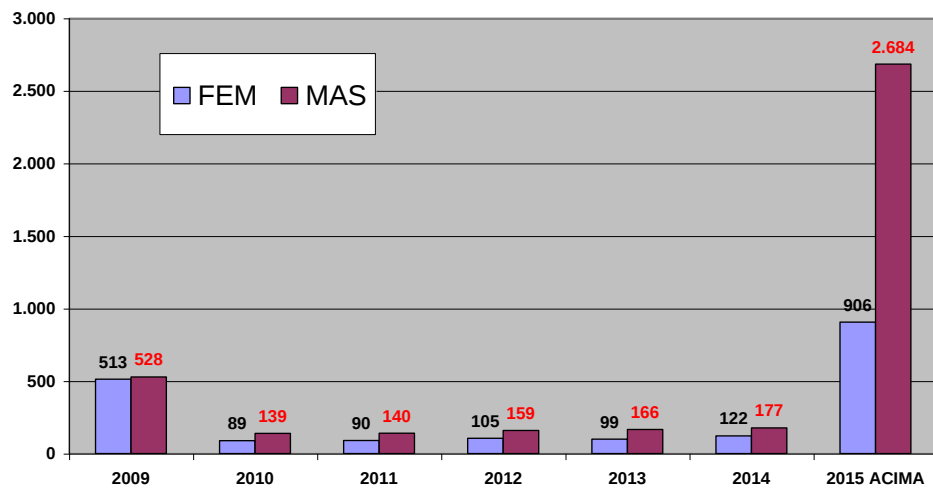
ATIVOS X APOSENTADOS (2003 A 2010).



APOSENTADORIAS (2003 A 2010)



PERSPECTIVAS DE APOSENTADORIA



Quadro CVII

EGRESSO DE NOVOS SERVIDORES:

CARGO	VAGAS	INGRESSOS	EGRESSOS	MANTIDOS	EGRESSOS/ INGRESSOS
ARDA - ENGENHARIA CIVIL	37	33	22	11	66,67%
ANALISTA ADMINISTRATIVO - ANÁLISE DE SISTEMAS	47	37	22	15	59,46%
CONTADOR	66	51	24	27	47,06%
ANALISTA ADMINISTRATIVO	132	123	52	71	42,28%
ENGENHEIRO	28	28	11	17	39,29%
TECNICO ADMINISTRATIVO	125	108	37	71	34,26%
ADMINISTRADOR	45	44	15	29	34,09%
ARDA - ARQUITETURA	8	6	2	4	33,33%
ESTATISTICO	9	6	2	4	33,33%
ARDA - ANTROPOLOGIA	42	38	11	27	28,95%
ANALISTA ADMINISTRATIVO - JORNALISMO	45	42	12	30	28,57%
ECONOMISTA	34	33	9	24	27,27%
FISCAL DE CADASTRO E TRIBUTACAO RURAL	46	46	10	36	21,74%
ARDA - ENGENHARIA FLORESTAL	53	47	10	37	21,28%
TECNICO EM COMUNICACAO SOCIAL	31	29	6	23	20,69%
TECNICO REFORMA DESENVOLVIMENTO AGRARIO	237	182	36	146	19,78%
ARDA - ANALISTA REFORMA DESENVOLVIMENTO AGRARIO	475	469	88	381	18,76%
ORIENTADOR DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	30	29	5	24	17,24%
ASSISTENTE SOCIAL	30	30	4	26	13,33%
ARDA - ENGENHARIA DE AGRIMENSURA	39	23	3	20	13,04%
ENGENHEIRO AGRONOMO	602	597	77	520	12,90%
GEOGRAFO	25	26	3	23	11,54%
TOTAL	2.186	2.029	461	1.568	22,72%

As informações constantes dos demonstrativos apresentados, juntamente com outras informações relativas à estrutura organizacional, assistência à saúde suplementar, avaliação de desempenho, capacitação e carreiras que compõem o quadro de pessoal do INCRA, foram apresentadas no encerramento do exercício de 2010, em Encontro Nacional que contou com a presença da Direção do INCRA e dos Superintendentes Regionais.

É evidente a gravidade da insuficiência de recursos humanos que determina uma priorização para as unidades finalísticas em detrimento da área meio.

Assim, a implementação de novos estudos e indicadores só será possível com o ingresso de novos servidores. O contingente disponível para atividades relativas à gestão de recursos humanos não atende satisfatoriamente a demanda. Em decorrência são priorizadas atividades relativas à implantação em folha de pagamento de vantagens decorrentes de decisões judiciais, prestação de esclarecimentos aos órgãos de controle, instrução de pedidos de aposentadoria, pensão, abono permanência, licenças/afastamentos diversos, participação em eventos de treinamento externos, manutenção do cadastro funcional (SIAPEcad e SIAPE), avaliação de estágio probatório e progressão), coordenação e acompanhamento de eventos de capacitação e implementação de benefícios (auxílio-transporte, alimentação, pré-escolar, assistência à saúde suplementar). Conforme consta das informações relativas

PESSOAS, APRENDIZADO E ACOMPANHAMENTO

Distribuição Funcional

Análise qualitativa da distribuição funcional:

Os demonstrativos apresentados no item relativo aos indicadores de recursos humanos indicam grandes deficiências de quadros funcionais, sendo que diversas Superintendências Regionais do INCRA não dispõe, dentre outros, de nenhum Topógrafo (SR-03/PE, 06/MG, 08/SP, 11/RS, 17/RO, 18/PB, 20/ES, 22/AL, 29/Petrolina e 30/Santarém), Contador (SRFA, SR-14/AC, 15/AM, 16/MS, 17/RO, 20/ES, 21/AP, 25/RR, 27/Marabá, 28/DFE e 30/Santarém), Engenheiro Agrimensor/Cartógrafo (SR-01/PA, 10/SC, 11/RS, 12/MA, 15/AM, 21/AP, 23/SE, 25/RR, 29/Petrolina e 30/Santarém), Engenheiro Civil (SR-05/BA, 14/AC, 29/Petrolina e 30/Santarém).

Verifica-se que as Superintendências Regionais apresentam grandes deficiências de recursos humanos, especialmente aquelas localizadas na Região Norte, sendo que uma parcela considerável de servidores cujo ingresso no INCRA é decorrente da realização de concursos públicos em 2004 e 2005 tem expectativa de remoção para outras Superintendências Regionais, especialmente as localizadas na Região Nordeste.

Ainda sobre a distribuição da força de trabalho, estudo elaborado no exercício de 2010 pela Diretoria de Gestão Estratégica, indica as Superintendências Regionais com maiores deficiências frente às demandas, vide SR-29/MSF.

- Estratégia de reposição dos quadros funcionais e política de remoção de pessoal:

A reposição de quadros funcionais só é possível mediante autorização para a realização de concurso público na forma do que dispõe o Decreto nº 6.944/09. O INCRA pleiteou a realização de concurso público para o provimento de 1.300 vagas (trezentas de nível intermediário e mil de nível superior) nos termos do Ofício INCRA/P/nº 247/07, encaminhado ao Ministério do Planejamento (MP) por intermédio do Aviso MDA/nº 44/07. A solicitação foi reiterada por intermédio do Ofício INCRA/nº 572/08 encaminhado ao MP por intermédio do Aviso MDA/nº 103/08. No exercício de 2009 foram realizadas diversas reuniões com a SEGES/MP referentes ao assunto, sendo que foi autorizado a realização de concurso público para o provimento de 550 (quinhentas e cinquenta) vagas, por intermédio da Portaria MP/nº 508/09. Os resultados do concurso público foram homologados em junho/10, entretanto, não foi possível a nomeação em decorrência de ações judiciais impetradas pelo Ministério Público Federal, vez que ocorrências em Belém, Marabá e Santarém, no Estado do Pará, bem como em Natal/RN, impediram a aplicação normal das provas comprometendo a igualdade de concorrência no certame.

Ambiente de Trabalho

Nos últimos exercícios foi efetuado um grande esforço no sentido de melhorar as instalações físicas das unidades do INCRA, tendo ocorrido a reforma de várias unidades e inclusive a construção de novas sedes (SR-27/Marabá e SR-14/AC) ou mudança para instalações mais adequadas (SR-28/DFE e SR-07/RJ). Foi ainda efetuado um grande investimento em equipamentos de informática e mobiliário. Por outro lado, foi efetuado levantamento junto às Superintendências Regionais no

sentido de detectar o conjunto de servidores que executam tarefas de campo, objetivando subsidiar estudo referente à necessidade de aquisição de equipamentos de proteção individual no presente exercício.

ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO QUADRO DE PESSOAL DA SR-29/MSF

a) Da suficiência quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal do INCRA/SR-29, frente aos objetivos e estratégias da Unidade. Mostra-se oportuno contextualizar que o INCRA desde o ano de 2004 realizou três Concursos Públicos, com vista à dinamização da Estrutura Orgânica com o dimensionamento em quantidade e competências através de Recursos Humanos, a partir dos pré-requisitos pertinentes à competência e finalidade da Autarquia.

Atualmente vige a Instrução Normativa/INCRA/Nº. 35, DE 23/08/2006, que estabelece no Art. 4º, § 1º.: que a distribuição ideal da força de trabalho disponível será fixada em ato do titular do INCRA, mediante proposta a ser apresentada pela Diretoria de Gestão Administrativa, estabelecendo-se os quantitativos ideais, mínimo e máximo, de servidores, por cargo ou conjunto de cargos, por unidade, necessários às demandas de cada unidade, considerando o quantitativo real de servidores, por cargo ou conjunto de cargos, por unidade.

Portanto, depreende-se que a competência é peculiar à Presidência da Autarquia e, até o momento, não houve publicidade que pudesse atestar ato prescrito em conformidade com o instrumento legal evidenciado no parágrafo anterior desta informação.

Ressalta-se que o INCRA atravessa um momento de transição e, conforme já dito pelo Presidente recentemente empossado em Vídeo-Conferência, haverá alteração na Estrutura Orgânica e certamente o Quadro de Pessoal deverá ser repensado, para adequação a essa nova realidade que se apresenta.

b) Do impacto no quantitativo de pessoal decorrente da evolução futura dos desligamentos e aposentadorias no âmbito do INCRA/SR-29

Do Quadro de Pessoal do INCRA/SR-29 que conta com um total de 78 servidores em situação Ativo Permanente:

- Atualmente 13 servidores já recebem Abono de Permanência, e, portanto já possuem os requisitos para solicitar aposentadoria a qualquer tempo;
- Estimava-se que 15 servidores, dentro de pouco tempo, terão condições de solicitar aposentadoria ou permanecer em atividade recebendo Abono de Permanência.
- Em torno de 30 servidores podem requerer sua aposentadoria nos próximos 2 (dois) ou 3 (três) anos, diante da evidência da situação.

É preciso citar as movimentações de remoção e desligamentos voluntários, principalmente de Servidores nomeados em função dos concursos realizados, causando defasagem no Quadro de Pessoal da SR-29 em análise comparativa às metas estabelecidas nas Programações Operacionais.

O impacto já é sentido hoje e ao configurar-se a situação futura se vislumbra um cenário deficitário de evidência objetiva, cujas consequências poderão inviabilizar a efetivação das ações da SR-29. Contudo, é preciso lembrar, ainda, o momento de transição que atravessa o Instituto, considerando o que ora se relata embasa-se nas condicionantes institucionais, estratégicas, táticas e operacionais atualmente em vigência.

Quadro CVIII - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG - 373050 - GESTÃO - 37201													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natu reza	Identifica ção do Contrato	Empresa Contratata (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	06/2010	06.036.457 /0001-32	abr-10	dez-10	13,0	13,0					AP
2010	L	O	07/2010	09.135.406 /0001-56	jul-10	jul-11	5,0	5,0					A

LEGENDA - Área: (L) - Limpeza; (V) - Vigilância; Natureza: (O) - Ordinária; (E) - Emergencial;
Nível de Escolaridade: (F) - Ensino Fundamental (M) - Ensino Médio; (S) Ensino Superior;
Situação do Contrato: (A) - Ativo Normal; (AP) - Ativo Prorrogado; Quantidade de
Trabalhadores: (P) - Prevista no Contrato; (C) - Efetivamente Contratada

Quadro CX – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante			
INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA			
UG - 373050 - GESTÃO - 37201			
Informações sobre os Contratos			
Identificação do Contrato	Área	Quantidade	Unidade Administrativa
07/2006	1	7,0	Divisão de Administração
07/2006	1	3,0	Divisão Fundiária - Apoio Administrativo
07/2006	1	2,0	Divisão de Desenvolvimento - Apoio Administrativo
07/2006	1	2,0	Divisão de Obtenção - Apoio Administrativo
07/2006	1	2,0	Gabinete do Superintendente
07/2006	1	2,0	Procuradoria Federal
07/2006	1	1,0	Sala da Cidadania
08/2010	1	2,0	Divisão de Administração
LEGENDA - ÁREA: 1 - Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3 - Serviço de Copa e Cozinha; 4 - Manutenção e Conservação de Bens Móveis; 5 - Serviço de Brigada de Incêndio; 6 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizes; 7 - Outras			

ITEM 06 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Informações sobre as Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, ajustes ou Instrumentos Congêneres, vigentes no Exercício de referência.

**QUADRO CXI – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS
VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do Médio São Francisco – INCRA SR/29									
CNPJ: 00.375.972/0033-48						UG/GESTÃO: 373050/37201			
Informações sobre as transferências – R\$									
Mod alid ade	Nº do instrument o	Benefici ário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No exercício	Acumula do até exercício	Início	Fim	
1	CRT/MSF/01000/2008	11040888000102	1.098.074,91	54.903,75	0,00	1.043.171,16	4/07/08	23/06/10	4
1	CRT/MSF/02000/2008	10113728000183	1.391.232,28	69.561,63	0,00	210.000,00	04/07/08	20/04/10	6
1	CRT/MSF/04000/2008	00151461000165	107.650,00	25.560,00	0,00	54.726,00	04/02/09	29/08/11	1
3	37305059200902000	08626395000144	4.083.823,14	42.768,82	392.716,65	4.041.054,32	05/06/09	05/06/10	1
3	37305059200903000	06003967000103	3.439.810,00	34.129,49	1.300.000,00	3.405.680,51	09/07/10	31/12/10	1
1	720615/2009	06160922000142	116.034,05	7.800,00	108.234,05	108.234,05	31/12/09	31/12/10	1
3	724139/2009	08626395000144	6.784.659,09	67.846,59	6.716.812,50	6.716.812,50	24/12/09	29/06/11	1
1	751754/2010	11564821000177	3.092.320,00	551.923,40	0,00	0,00	13/12/10	30/06/12	1
1	CRT/MSF/03000/2008	01613731000175	1.669.478,69	50.084,36	604.394,33	1.619.394,33	04/07/08	23/06/10	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SIAFI E SICONV

QUADRO CXII – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Regional do Médio São Francisco – INCRA SR/29						
CNPJ: 00.375.972/0033-48				UG/GESTÃO: 373050/37201		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	3	2	1	625.924,14	1.696.973,02	712.628,38
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria	1	2	1		6.054.018,18	8.109.529,15
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: SIAFI e SICONV

QUADRO CXIII – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Médio São Francisco – INCRA SR/29					
CNPJ: 00.375.972/0033-48			UG/GESTÃO: 373050/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumento s com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratado s	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	2	2.622.486,60	54.726,00	2.567.760,60	2,08%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria	1	6.716.812,50	6.716.812,50	0,00	100%
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte: SIAFI e SICONV

QUADRO CXIV – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional do Médio São Francisco – INCRA SR/29					
CNPJ: 00.375.972/0033-48				UG/GESTÃO: 373050/37201	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	5	
			Montante Repassado (R\$)	3.950.952,69	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2009	Contas prestadas	Quantidade	4		
		Montante Repassado (R\$)	3.398.614,52		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2008	Contas prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado (R\$)	946.721,90		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			

Fonte: SIAFI e PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

QUADRO CXV - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Médio São Francisco – INCRA SR/29					
CNPJ: 00.375.972/0033-48				UG/GESTÃO: 373050/37201	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			5	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)		3.950.952,69	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	3	
			Quantidade Reprovada	1	
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	
			Montante repassado (R\$)	3.950.952,69	
2009	Quantidade de contas prestadas			4	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		3	
		Quantidade Reprovada		1	
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)		3.398.614,52	
2008	Quantidade de contas prestadas			2	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado		946.721,90	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte:

Análise Crítica da Situação das Transferências Voluntárias

Para sanear as transferências na situação de inadimplente essa unidade efetivou Instauração de Tomada de Contas Especial, bem como outros procedimentos administrativos e diligências às entidades convenientes, buscando o ressarcimento de valores, cumprimento de formalidades pendentes do objeto ou da prestação de contas.

Esta unidade cumpriu com o determinado na no art. 35 do decreto 93872/86 e art 12, parágrafo primeiro do decreto 6.752/2010, no tocante as transferências do exercício de 2010, incorrendo falta em alguns casos, devido a problemas de ordem técnica.

Ao longo dos três últimos exercícios foram celebrados 10 instrumentos de transferências, sendo 04 em 2008, 04 em 2009 e 02 em 2010, num montante de recursos repassados em cada exercício de R\$ 625.924,14 em 2008, R\$ 7.750.991,20 em 2009 e R\$ 8.822.157,93 em 2010, para o exercício de 2011, a gestão das transferências será executada através de tabelas de acompanhamento da execução física e financeira e capacitação de servidores para uma efetiva fiscalização e vistoria dos instrumentos celebrados. A maioria das entidades convenientes efetuou uma tempestiva prestação de contas dos termos, sendo em alguns casos necessário adotar medidas administrativas para sanar algumas faltas ou pendências nas prestação de contas, tais como oficializar ou efetivar visitas in loco para adequar as prestações de contas, entretanto a falta de recursos humanos e materiais por vezes inviabilizou os procedimentos no exercício de 2010.

ITEM 07
DECLARAÇÃO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Maria Brígida Ferreira, gestora financeiro do INCRA SR-29-MSF, declaro, conforme estabelecido no art. 19 da Lei nº. 12.309 de 09 de agosto de 2010 (LDO-2011) estão disponibilizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, as informações referentes aos contratos e aos convênios ou instrumentos congêneres firmados, com a identificação das respectivas categorias de programação e fontes de recursos de convênios ou instrumentos congêneres, e demais dados, observadas as normas estabelecidas pelo Poder Executivo, assim como o que está estabelecido no Inciso II do Art. 16 da Lei Complementar nº101 de 04 de maio de 2000, que a(s) despesa(s) referente(s) ao(s) processo da Superintendência Regional do Médio São Francisco - SR/29, estão prevista(s) na Lei nº. 12.318, de 09 de fevereiro de 2011 (LOA-2011) e compatível com o Plano Plurianual 2008-2011 alicerçada na Lei nº11.653, de 07 de abril de 2008.

Petrolina/PE, 25 de Março de 2011.

.....

Gestor Financeiro - SR-29/MSF

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730 de 10/11/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Os controles que garantem que as autoridades e servidores públicos alcançados pela Lei nº 8.730 de 10/11/1993 ocorrem mediante arquivamento dos documentos em pasta individuais dos servidores, conforme descrição a seguir: exige-se a apresentação da declaração de bens na ocasião em que o agente é nomeado em provimento de cargo em comissão.

A declaração de bens e rendas não está sendo apresentada ao final de cada exercício financeiro ou no ato da exoneração, no entanto, solicitou-se que o agente autorizasse o acesso a Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física, atendendo orientações do Ministério do Planejamento expedida pela Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6/9/2007, constante no anexo V, o que vem sendo feito regularmente.

Entende-se que com a referida autorização afasta a exigência de atualização anual constante na Lei nº 8.730 de 10/11/1993 e Lei nº 8.429 de 2/6/1992, objetivando assim a desburocratização do processo de apresentação da declaração de bens e valores que compõe o patrimônio privado do agente público, tornando o controle mais eficiente, econômico e racional, conforme noticiou o último considerando contextualizado na Portaria. A seguir transcrição da referida Portaria Interministerial:

Art. 1º. Todo agente público, no âmbito do Poder Executivo Federal, como forma de atender aos requisitos constantes no art. 13 da lei nº 8.429, 2 de junho de 1992, e no art. 1º da lei nº 8.730, 10 de novembro de 1993, deverá:

I - autorizar o acesso, por meio eletrônico, as cópias das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas a Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda; ou, [...]

*Por fim, o § 3º do art. 1º da Portaria Interministerial esta a **dispensar a renovação anual da autorização, quando o agente autorizar o acesso a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física**, na forma do inciso I do referido artigo.*

(Grifo nosso)

Considerando as informações prestadas, bem como, a partir da Portaria Interministerial todos os que foram nomeados para funções de confiança firmaram as autorizações preenchendo e assinando o Formulário de Autorização de acesso a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, constante do Anexo I da referida Portaria, entendendo assim, que todos cumpriram as exigências legais previstas no art. 1º da Lei nº 8.730 de 10/11/1993.

Quadro CXVI

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

ITEM 09

ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação do Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
O resultado foi extraído a partir de respostas obtidas dos Gestores dos Programas e Ações da SR-29/MSF					
O Setor de Planejamento e Controle da SR-29/MSF, desempenha algumas funções de Controle, conforme atribuições do Regimento Interno, principalmente, no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das ações da Regional, bem como nas orientações aos gestores quanto a elaboração e detalhamento da Programação Operacional; e					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Informações Quanto á Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a IN 1/2010 e a Portaria 2/1010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento orçamento e gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade como Decreto 5.940/2006.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas? Resposta - A UJ ainda não realizou licitações que levem em consideração os processos acima enumerados. Para melhor adequação a este item a SR-29/MSF matriculou Servidora Pregoeira em curso de Capacitação de Contratações Sustentáveis a ser realizado pelo EAD – Contratações Públicas Sustentáveis, que terá a duração de 30 dias. - Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Resposta - Não. Conforme resposta do Item 1.			X		
3.A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). Resposta - Conforme a resposta do item 01, a UJ ainda não realizou licitações que levem em consideração critérios de sustentabilidade ambiental.			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Resposta - Conforme a resposta do item 1, a UJ ainda não realizou licitações que levem em consideração critérios de sustentabilidade ambiental. - Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas				X	

econômicas). • Resposta - Sim. A UJ adquiriu aparelhos de Ar Condicionado Modelo SPLIT que consomem menos energia, conforme características técnicas do produto. A aquisição dos bens atendeu ao item em questão. • Em anexo, Cópia do Termo de Referência do Edital do Pregão 06/2010 • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? • Resposta - Por um problema na rede elétrica da UJ os aparelhos ainda não estão funcionando, ou seja, não deu para sentir o impacto.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Resposta - Não. A UJ não adquiriu papel reciclado. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Resposta – A SR-29/MSF não adquiriu veículos automotores. Apenas, recebeu dois veículos Marca MITSUBISHI, Modelo L-200, Combustível a Diesel, que foram adquiridos pelo INCRA SEDE. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Resposta – Não. • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. • Resposta – Em 2010 todas as licitações foram realizadas na modalidade Pregão Eletrônico, ou seja, utilizando-se apenas como Tipo de Licitação o Preço. Assim, não foi possível a análise dos aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. • Resposta – Em 2010 não foram elaborados projetos básicos ou executivos visando a contratação de obras e serviços de engenharia.			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. Resposta – Sim. A separação é efetuada em utensílios apropriados.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Resposta – Sim. Por meio de recomendação por escrito da sede da Autarquia. Não houve muito avanço quanto à efetivação dos aspectos ambientais no âmbito desta Autarquia, em face dos entraves encontrados, tanto nos procedimentos de aquisições, como nas destinações dos descartes dos materiais e resíduos, haja vista a grande carência em nossa Região no que tange as Associações de catadores, já que as poucas que existem, não dispõem de estruturas físicas e econômicas para desempenhar suas atividades nos moldes desejáveis. Falta apoio dos Órgãos governamentais para solução dos problemas relacionados ao meio ambiente, pois envolve a sustentabilidade de todo o planeta. - Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? Resposta – Através de Comunicação oficial				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Resposta – Sim. Por meio de recomendação por escrito da Sede do INCRA. - Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? Resposta – Através de Comunicação oficial.				X	
Considerações Gerais: A partir do Treinamento da Servidora (Pregoeira) no Curso de Capacitação de Contratações Sustentáveis, iremos dar maior ênfase à questão ambiental nas aquisições de bens/produtos e na contratação de serviços pela SR-29/MSF. LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ITEM 11 – Informação sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ, classificando como bens de uso Especial, de propriedade da União ou Locado de Terceiros.

QUADRO CXVIII – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PERNAMBUCO		
	Petrolina	02	02
	Subtotal Brasil	02	02
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	Subtotal Exterior		
Total (Brasil + Exterior)		02	02

FONTE – SPIUnet

QUADRO CXIX – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PERNAMBUCO		
	Petrolina	02	02
	Subtotal Brasil	02	02
EXTERIO R	PAÍS 1		
	cidade 1		
	Subtotal Exterior		
Total (Brasil + Exterior)		02	02

FONTE - SPIUnet

QUADRO CXX – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel – R\$			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373050	25.00057.500-9	21 – Uso em Serviço Público	Bom		10/07/2007	177.384,08		
373050	2413.00025.500-7	4 – Cessão – Outros	Bom		01/01/2000	338.257,50		
Total: 515.641,58								

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

RIP 25.00057.500-9 – SEDE da SR-29/MSF a Avenida da Integração, 412, Bairro Jardim Colonial, CEP: 56.302-150, Petrolina - PE

FONTE - SPIUnet

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Duas pessoas, sendo um servidor e um estagiário.				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	20 % (Vinte Por Cento).				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
O planejamento institucional é de governança do INCRA/SEDE em Brasília englobando todas as Regionais e					

Sede.

O desenvolvimento de sistemas está centralizado no INCRA/SEDE por meio de contratação de fábrica de software e obedece à metodologia de desenvolvimento de sistemas da Instituição.

Está sendo providenciada a contratação de serviços de suporte ao usuário nos moldes da IN nº04 de 2010.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Item 13 – Utilização de cartões de pagamento do governo federal

Durante o exercício de 2010 foram concedidos suprimentos de fundos através do cartão de pagamento do governo federal para 42 servidores, a maioria para abastecimento de viaturas e outra pequena parte para execução de serviços de pessoa física(saque), o que gerou um total de despesas no valor de R\$ 153.928,46. Esta SR-29 utilizou a sistemática de empenhos individuais por suprido. Segue abaixo relação do valor total gasto por suprido nesta SR-29/MSF no exercício de 2010.

Quadro CXXII - Despesa com cartão corporativo por UG e por portador

Código da UG: 373050		Valor		
CPF	Portador	Saque	Fatura	Total
128.675.864-53	ADIEL FONSECA CAVALCANTE	0,00	394,02	394,02
661.160.072-87	AGENOR PIRES BARBOSA	0,00	2.695,13	2.695,13
338.418.296-00	ANACLETO CAETANO RODRIGUES	0,00	3.466,26	3.466,26
927.868.395-72	CESAR TEIXEIRA SILVA	0,00	5.585,91	5.585,91
008.472.765-97	CLESIO PIONORIO P VILARONGA	0,00	1.696,83	1.696,83
361.509.244-91	DEMOSTENES PAULO DO NASCIMENTO	0,00	856,01	856,01
043.120.074-20	EDILSON LIRA XAVIER	0,00	3.791,39	3.791,39
225.075.154-49	EDUVALDO SILVA VANDERLEI DA HORA	0,00	15.187,27	15.187,27
548.612.333-72	EMERSON L LIMA DE ALENCAR	0,00	2.119,11	2.119,11
370.606.274-72	EMILIA MARIA SOARES	0,00	2.552,60	2.552,60
105.387.204-68	EVERALDO PEREIRA DE SOUZA	3.600,00	9.374,35	12.974,35
007.458.534-71	FABIO GONCALVES FERREIRA DA SILVA	0,00	419,86	419,86
028.914.034-01	FRANCIANO CAVALCANTI DAMASCENO	0,00	3.257,57	3.257,57
386.271.404-72	GALDINO OLIVEIRA FILHO	0,00	2.299,16	2.299,16
145.003.881-68	IVAN PIRES DE SOUZA	12.796,00	0,00	12.796,00
052.593.394-87	PEDRO APOLINARIO FILHO	8.000,00	0,00	8.000,00
187.964.274-34	RAIMUNDO NONATO BATISTA	0,00	2.237,44	2.237,44
624.542.349-04	RENATO FACCIOLY DE AGUIAR	0,00	1.542,46	1.542,46
209.634.913-34	RENATO JOSE DE SOUZA	0,00	5.170,87	5.170,87
508.085.914-87	SEVERINO GONCALO DA SILVA	0,00	3.098,42	3.098,42
510.336.404-25	SIMAO PEDRO ROCHA	0,00	68,00	68,00
117.806.145-00	TEMISTOCLES CAVALCANTI DO MONTE	0,00	4.588,43	4.588,43
279.848.181-34	VALDECI BATISTA FERREIRA	0,00	7.301,13	7.301,13
211.263.484-49	VANELSON NUNES DE ARAUJO	0,00	903,08	903,08
018.693.292-87	VITOR HUGO DA PAIXAO MELO	0,00	188,87	188,87
428.953.087-72	VIVALDO MONTOVANELI FILHO	8.800,00	6.205,00	15.005,00
259.347.671-00	WELITON ANTONIO PEDROSO	0,00	3.045,00	3.045,00
023.998.434-01	JARBAS OLIVEIRA DE SOUZA	0,00	851,02	851,02
122.034.165-72	JOAO BATISTA RODRIGUES LIMA	200,00	2.672,17	2.872,17
238.540.224-68	JOSE ADELMO RUEL AMARAL	0,00	6.955,19	6.955,19
475.967.835-20	JOSE ANTONIO MOURA E SILVA	0,00	553,89	553,89
578.294.384-04	JOSE CESAR DA SILVA BEZERRA	0,00	80,35	80,35
048.997.925-49	JOSE JAILSON MARTINS	0,00	3.790,69	3.790,69

100.716.364-04	JOSE LUIZ DA CONCEICAO ATHAYDE	0,00	5.300,00	5.300,00
793.531.424-15	LEONARDO C DE ARAUJO PASSOS	0,00	190,01	190,01
031.771.857-60	LUCIANO RIBEIRO BRAGA	0,00	404,42	404,42
875.272.945-15	MARCOS COSTA VIANNA	0,00	1.901,21	1.901,21
723.642.543-53	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	0,00	1.685,00	1.685,00
871.890.545-53	MAURICIO MOISES PEREIRA DA SILVA	0,00	15,00	15,00
139.776.015-04	MAURO LIMA SILVA	0,00	1.586,37	1.586,37
224.234.354-87	MIGUEL RAMOS BARRETO	0,00	3.701,39	3.701,39
168.741.025-91	PAULO ROBERTO LEITE CAMPOS	0,00	2.801,98	2.801,98
Total Utilizado pela UG				153.928,46

Quadro CXXIII

ITEM 14 – Informações Sobre Renúncia Tributária sob Gestão da UJ

TRIBUTOS	LEGISLAÇÃO	NATUREZA DA RENUNCIA	OBJETIVOS SOCIO ECONOMICOS	CONTRA PARTIDA EXIGIDA	PRAZO DE VIGENCIA	MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

O único Tributo arrecadado pelo INCRA SR-29/MSF é a Taxa cobrada pela Emissão do CCIR – Certificado de Cadastro do Imóvel Rural, na qual é paga nas Agências da Caixa Econômica Federal e não houve em 2010, renúncia desta Receita.

ITEM 15 – Informações sobre as providências adotadas para tender às deliberações exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

QUADRO CXXIV - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Médio São Francisco – SR-29/MSF					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	027.797/2008-1	3000/2010 Plenário			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
<i>Não houve nenhuma deliberação para o INCRA SR-29/MSF.</i>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

QUADRO CXXV - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Médio São Francisco – SR-29/MSF					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	027.797/2008-1	3568/2010 1ª Câmara	1.6.9	DE	MEMO da Auditoria Interna do INCRA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Médio São Francisco – SR-29/MSF					
Descrição da Deliberação:					
Instaure e encaminhe ao Tribunal, caso ainda se encontrem inadimplentes, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da ciência, as tomadas de contas especiais dos Convênios 448226.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração / Comissão de Tomada de Contas Especial					
Síntese da providência adotada:					
Os processos foram encaminhados para comissão de Tomada de Contas Especial para instaurar e realizar os demais atos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Foi aberto processo de Tomada de Contas Especial e 54141.000980/2006-69, sendo que o mesmo foi concluído e dado baixa na conta de inadimplência efetiva.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os fatores negativos que prejudicaram a adoção dessas providências foram à falta de pessoa para que os mesmos pudessem ter dedicação exclusiva nesse trabalho, devido a grande quantidade de processos de TCE's que foram abertas.					
Os fatores positivos é que a nossa Superintendência esta elaborando um planejamento para que esses trabalhos e outros que vierem a nos ser demandados, possam ser realizado em tempo hábil e os procedimentos dos processos sejam mais céleres.					

QUADRO CXXVI - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Médio São Francisco – SR-29/MSF					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	027.797/2008-1	3568/2010 1ª Câmara	1.6.9	DE	MEMO da Auditoria Interna do INCRA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Médio São Francisco – SR-29/MSF					
Descrição da Deliberação:					
Instaure e encaminhe ao Tribunal, caso ainda se encontrem inadimplentes, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da ciência, as tomadas de contas especiais dos Convênios 424665.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração / Comissão de Tomada de Contas Especial					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Carência de pessoal para que os mesmos pudessem ter dedicação exclusiva nesse trabalho, devido a grande quantidade de processos de TCE's que foram abertas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE

Relatório de Auditoria n.º: n.º 246649

CONSTATAÇÃO: (065)

Celebração do Termo de Parceria nº SICONV 724139 sem o saneamento integral de impropriedades da Proposta de Trabalho Inicial (apontadas pelo setor técnico como falhas graves) e sem avaliação técnica da Proposta de Trabalho Corrigida, inclusive no que se refere à compatibilidade de preços com os praticados no mercado.

RECOMENDAÇÃO: 001

Abster-se de celebrar convênios, contratos de repasse e termos de parceria sem o aval de parecer técnico acerca da Proposta e do Plano de Trabalho apresentados pelo Proponente.

Manifestação da SR-29

Para maior eficiência e eficácia na celebração de convênios, contratos de repasses e termos de parceria esta Superintendência Regional está realizando imediatamente a celebração de contratos/convênios com a seguinte tramitação:

- Projeto específico;
- Prazo definido;
- Justificativa da contratação;
- Custo operacional quando ocorre devidamente analisado pela Superintendência;
- Minuta do Contrato/Convênio;
- Verificação do cumprimento da legislação específica;
- Designação de coordenador e responsável pela fiscalização;
- Apreciação pela Procuradoria Jurídica;
- Análise e aprovação pelo Chefe da Divisão;
- Assinatura do contrato ou convênio pelo Superintendente.

RECOMENDAÇÃO: 002

Apurar responsabilidade pela aprovação no SICONV do Plano de Trabalho e pela celebração do Termo de Parceria nº SICONV 724139 sem avaliação técnica definitiva por parte da Superintendência, inclusive no que se refere à correção das impropriedades apontadas na Análise Técnica nº 001/2009 e com vícios na Proposta de Trabalho Corrigida.

Manifestação da SR-29

Será instaurado Processo de Sindicância para apuração dos fatos acima recomendados, sendo que a instauração encontra-se dependendo de disponibilidade de pessoal para realização do processo.

RECOMENDAÇÃO: 003

Quando da celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, avaliar a compatibilidade dos recursos pleiteados pelo Proponente em relação aos preços de mercado e aos de outros ajustes com objetos similares, realizados no mesmo período e na mesma região, conforme reiterada jurisprudência do TCU.

Manifestação da SR-29

Criação de Núcleo de Controle da análise de prestação de contas de convênios através de Ordem de Serviço n.º

RECOMENDAÇÃO: 004

Efetuar imediata análise técnica das inconsistências entre as Propostas de Trabalho Inicial e Corrigida apresentadas pelo Proponente, sobretudo no que se refere à adequação dos custos propostos. Adotar as providências cabíveis para o saneamento dos problemas identificados.

Manifestação da SR-29

Criação de Núcleo de Controle de Convênios e da análise de prestação de contas de convênios através de Ordem de Serviço.

RECOMENDAÇÃO: 005

Adotar providências para que não se aprovem projetos sem que estejam devidamente acompanhados da memória de cálculo para os elementos de projeto, de forma a garantir os aspectos de segurança e economicidade da obra.

Manifestação da SR-29

Formalização de rotinas de instrução dos processos. Destacando que em todos os processos de contratação de serviços de engenharia devem constar planilhas de quantitativos e preços que permitam aferir se os preços encontram-se dentro dos praticados no mercado. Em todos os processos de contratação de serviços/obras consta dos autos a indicação do fiscal dos serviços.

RECOMENDAÇÃO: 006

Exigir da **Associação Crédito do Brasil** a apresentação de memória de cálculo/cálculos explicativos para os itens apontados neste Relatório de Auditoria, no montante de R\$ 3.607.870,26

Manifestação da SR-29

O gestor enviou Ofício para expressar exigência recomendada.

CONSTATAÇÃO: (075)

Fragilidades estruturais para fiscalização de transferências voluntárias cujo objeto seja a execução de obras.

RECOMENDAÇÃO: 001

Gestionar os seus órgãos superiores acerca da necessidade de aperfeiçoamento da infra-estrutura do INCRA/SR-29 para fiscalizar avenças cujos objetos tratem de obras e serviços de engenharia.

Manifestação da SR-29

Enviamos demanda a SEDE, que realizou Concurso Público em 2010 para contratação de engenheiros civis e agrônomos para esta Regional.

RECOMENDAÇÃO: 002

Abster-se de celebrar avenças cujos objetos tratem de obras e serviços de engenharia enquanto não dispuser de infra-estrutura e/ou parceiro qualificado para efetuar efetiva fiscalização dos objetos.

Manifestação da SR-29

A celebração de convênios, contratos de repasses e termos de parceria que envolve necessidade de fiscalização de obras e serviços de engenharia estão sendo realizadas com parcimônia.

CONSTATAÇÃO: (059)

Celebração do Termo de Parceria nº SIAFI 652368 sem a comprovação da qualificação técnica e da regularidade fiscal do Proponente e com impropriedades no teor do instrumento.

RECOMENDAÇÃO: 001

Quando da celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria com entidades privadas sem fins lucrativos, avaliar a sua qualificação técnica e capacidade operacional para gestão do instrumento, de acordo com critérios previamente estabelecidos pela Superintendência, bem como com as exigências do art. 18 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008.

RECOMENDAÇÃO: 002

Quando da celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, cumprir as condições definidas no art. 24 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008, inclusive no que se refere à regularidade fiscal do Proponente.

RECOMENDAÇÃO: 003

Quando da celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, fazer constar nos instrumentos de formalização as cláusulas necessárias estabelecidas no art. 30 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008.

Manifestação da SR-29

Para maior eficiência e eficácia na celebração de convênios, contratos de repasses e termos de parceria esta Superintendência Regional está realizando imediatamente a celebração de contratos/convênios com a seguinte tramitação:

- Projeto específico;
- Prazo definido;
- Justificativa da contratação;
- Custo operacional quando ocorre devidamente analisado pela Superintendência;
- Minuta do Contrato/Convênio;
- Verificação do cumprimento da legislação específica, em especial Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008;
- Designação de coordenador e responsável pela fiscalização;
- Apreciação pela Procuradoria Jurídica;
- Análise e aprovação pelo Chefe da Divisão;
- Assinatura do contrato ou convênio pelo Superintendente

CONSTATAÇÃO: (061)

Aprovação de Projeto Básico sem análise conclusiva de setor técnico. Projeto Básico sem ART, planilha de encargos sociais e planilha de BDI.

RECOMENDAÇÃO: 001

Abster-se de aprovar projetos básicos e executivos, sem respaldo em parecer técnico favorável.

RECOMENDAÇÃO: 002

Apurar responsabilidade pela aprovação do Projeto Básico sem o respaldo de análise conclusiva de setor técnico.

RECOMENDAÇÃO: 003

Adotar providências para que não se formalize convênio, contrato de repasse ou termo de parceria sem a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART para o projeto básico e para o projeto executivo.

RECOMENDAÇÃO: 004

Adotar providências para que não se aprovem projetos nos quais a planilha orçamentária base não esteja acompanhada da planilha de encargos sociais, detalhando a participação desses custos na formação do valor orçado.

RECOMENDAÇÃO: 005

Adotar providências para que não se aprovem projetos nos quais a planilha orçamentária base não esteja acompanhada da planilha de Benefícios de Despesas Indiretas - BDI, detalhando a participação desses custos na formação do valor orçado.

RECOMENDAÇÃO: 006

Para o caso do Termo de Parceria nº SIAFI 652368, exigir da Associação Crédito do Brasil a apresentação de: (a) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART para o projeto básico e para o projeto executivo; (b) planilha de encargos sociais, detalhando a participação desses custos na formação do valor orçado e (c) planilha de Benefícios de Despesas Indiretas - BDI, detalhando a participação desses custos na formação do valor orçado.

Manifestação da SR-29

Conforme recomendações acima listadas e em cumprimento a Lei 8.666/93, em seu Art. 7º, Inciso I, as licitações para a execução de obras e prestação de serviços devem dispor de Projeto Básico, o qual é definido no Inciso IX do Art. 6º da mesma Lei, como sendo: "conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (...)". Esta Superintendência implementou rotinas para elaboração de projetos básicos, com parecer de aprovação técnico e jurídico, exigência no Edital de apresentação de Anotação de responsabilidade técnica, planilha de composição de orçamento, planilha de composição de custos com BDI e outros procedimentos legais para aprovação do Projeto Básico. E ainda, a exigência no processo de relatório de vistoria prévia à realização de cada obra ou serviço. Para o caso do Termo de Parceria n.º SIAFI 652368, O gestor enviou Ofício para expressar exigência recomendada.

CONSTATAÇÃO: (063)

Celebração do Termo de Parceria nº SICONV 724139 sem a comprovação da qualificação técnica/capacidade operacional e da regularidade fiscal do Proponente e com impropriedades no teor do instrumento.

RECOMENDAÇÃO: 001

Quando da celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria com entidades privadas sem fins lucrativos, avaliar a sua qualificação técnica e capacidade operacional para gestão do instrumento, de acordo com critérios previamente estabelecidos pela Superintendência, bem como com as exigências do art. 18 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008.

RECOMENDAÇÃO: 002

Quando da celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, cumprir as condições definidas no art. 24 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008, inclusive no que se refere à regularidade fiscal do Proponente.

RECOMENDAÇÃO: 003

Quando da celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, fazer constar nos instrumentos de formalização as cláusulas necessárias estabelecidas no art. 30 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008.

Manifestação da SR-29

Para maior eficiência e eficácia na celebração de convênios, contratos de repasses e termos de parceria esta Superintendência Regional está realizando imediatamente a celebração de contratos/convênios com a seguinte tramitação:

- Projeto específico;
- Prazo definido;
- Justificativa da contratação;
- Custo operacional quando ocorre devidamente analisado pela Superintendência;
- Minuta do Contrato/Convênio;
- Verificação da regularidade fiscal do proponente;
- Verificação do cumprimento da legislação específica, em especial Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008;
- Designação de coordenador e responsável pela fiscalização;
- Apreciação pela Procuradoria Jurídica;
- Análise e aprovação pelo Chefe da Divisão;
- Assinatura do contrato ou convênio pelo Superintendente

CONSTATAÇÃO: (069)

Ausência de definição e de publicação da relação de objetos de convênios passíveis de padronização.

RECOMENDAÇÃO: 001

Constituir comissão especial com o fito de elaborar relatório conclusivo sobre a padronização dos objetos mais freqüentes em convênios e de submetê-lo à aprovação da autoridade competente.

RECOMENDAÇÃO: 002

Registrar no SICONV a relação dos objetos padronizáveis até 31 de outubro de cada ano e o detalhamento das características dos objetos padronizados até 15 de dezembro de cada ano.

Manifestação da SR-29

Criação de Núcleo de Controle de Convênios e da análise de prestação de contas de convênios através de Ordem de Serviço n.º. Na oportunidade informamos que todos os Convênios da Regional estão devidamente registrados no SICONV.

CONSTATAÇÃO: (070)

Ausência de normativo próprio visando estabelecer a obrigatoriedade de instituir processo de chamamento e seleção públicos previamente à celebração de convênios com entidades sem fins lucrativos.

RECOMENDAÇÃO: 001

Editar normativo próprio visando estabelecer a obrigatoriedade de instituir processo de chamamento e seleção públicos previamente à celebração de convênios com entidades sem fins lucrativos, em todas as situações em que se apresentar viável e adequado à natureza dos programas a serem descentralizados.

Manifestação da SR-29

Para maior eficiência e eficácia na celebração de convênios, contratos de repasses e termos de parceria esta Superintendência está em processo de criação de Núcleo de Controle de Convênios e da análise de prestação de contas de convênios.

ITEM 16 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno, caso Exista na estrutura do Órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

QUADRO CXXVII- RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA REG. DO MEDIO SÃO FRANCISCO SR-29/MSF			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

QUADRO CXXVIII - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REG. DO MEDIO SÃO FRANCISCO SR-29/MSF			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Apesar de existir um Órgão de Controle Interno na Estrutura do INCRA SEDE, Denominado de AUDITORIA INTERNA, não foi feita Auditoria nesta UJ no ano de 2010, não existindo recomendações a serem cumpridas. No entanto, está programada a realização de uma Auditoria para o Ano de 2011.

Item 17 - Outras Informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Esta Superintendência Regional do INCRA SR-29/MSF entende que no decorrer do presente relatório e anexos, estão apresentados todos os elementos considerados como relevantes para a avaliação da conformidade e o desempenho da gestão.

PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

ITEM 01 – Declaração do Contador Responsável pela UJ

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Superintendência Regional que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Petrolina-PE, 25 de março de 2010.

Jarbas Oliveira de Souza
Analista em Ref. e Desenv. Agrário
Contador: CRC/PE 019547/P-3

ITEM 23.I - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

23.I – Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,000 há (Portaria/INCRA/nº12/2006) dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

A Superintendência Regional do Médio São Francisco possui atualmente 07 imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, com área superior a 10.000 ha, conforme relação de imóveis rurais com área acima de 15 módulos fiscais, encaminhada pela Coordenação Geral de Cadastro Rural em outubro de 2008. Desta data, até os dias atuais não cadastramos nenhuma área igual ou superior a 10.000 ha. Abaixo estão relacionadas as áreas cadastradas:

1 – Projeto Rodelas, em Rodelas – BA, de propriedade da CHESF, com área de **14.074,0 ha**, registrada no Cartório de Paulo Afonso-BA sob o R-1- 7926, Livro 2-AN e cadastrado no SNCR sob o código 000.019.896.128-0;

2 – Projeto Pedra Branca, em Curaçá – BA, de propriedade da CHESF, com área de **13.807,3 ha**, composta por 2 matrículas: registro R-1 da matrícula 156, Livro 2-F com área de 8.688,0 há no Cartório de Curaçá-BA e registro R-1 da matrícula 165, Livro 2-A , com 5.497,3 há, no cartório de Abaré-BA. Código do Imóvel Rural no SNCR 000.019.888.524-0;

3 – Projeto Pontal Sul, em Petrolina-PE, de propriedade da CODEVASF, com área de **15.909,2 ha**, cadastrada com situação jurídica Justo Título, Código do Imóvel no SNCR 223.085.025.674-0;

4 – Projeto Senador Nilo Coelho, em Petrolina-PE, de propriedade da CODEVASF, com área de **15.959,0 ha**, matrícula nº 19.110, R-1 no Livro 2 do Cartório de 1º Ofício de Petrolina, Código do Imóvel no SNCR 229.059.069.787-2;

5 – PA Abreu e Lima, em Tacaratu/Inajá-PE, com área de **18.950,8955 ha**, criado através do Processo nº 54141.001119/2007/-07, Código do Imóvel no SNCR 225.045.007.684-1;

6 – PA Riacho do Navio II, em Betânia-PE, com área de **12.235,0327 ha**, criado pelo Processo nº 54141.000371/2005-29, Código do Imóvel no SNCR 950.025.546.798-6;

7 – Fazenda Taratá em Abaré-BA, com área de **14.640,00 ha**, cadastrada no SNCR a Justo Título sob o código 310.018.255.858-9, em nome de Ivan Romanguera. Relativo a esse imóvel existem dois processos abertos:

- a) Processo nº 54141.00770/2001-66, de oferta do imóvel, paralisado por não ter sido possível localizá-lo em campo;
- b) Processo nº 54141.000145/2004-67, de fiscalização cadastral, aberto pela Divisão de Obtenção (à época, Divisão Técnica), também paralisado após nomeação da Comissão de Fiscalização.

Esclarecemos que dos 07 (sete) imóveis rurais cadastrados no sistema com área acima de 10.000ha, apenas 02(dois) tiveram seus códigos CANCELADOS, a **Fazenda Belo Dia**, desapropriada por não

cumprimento da função social, hoje **PA Abreu e Lima, em Tacaratu/Inajá-PE e Fazenda Taratá em Abaré-BA**, por força da **PORTARIA 558/1999**, revogada pela **PORTARIA 12/2006**, abaixo mencionadas:

PORTARIA/INCRA/P/Nº 558 DE 15/12/1999.

Trata do cancelamento no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) dos imóveis rurais com áreas iguais ou acima de 10.000 ha, submetidos a processo de fiscalização. **Revogada pela Portaria INCRA/P nº 12, DE 24 DE JANEIRO DE 2006.**

PORTARIA/INCRA/P/Nº 12 DE 24/02/2006 (ARTIGO 1º).

Art. 1º Determinar que as Superintendências Regionais adotem as medidas administrativas necessárias à convocação, por meio de intimação, do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor a qualquer título de imóveis rurais que ainda não tenham atendido às exigências contidas nas Portarias números **558, de 1999**, 596, de 2001 e 835, de 2004, para que apresentem no prazo de 90 dias os seguintes documentos: ...

I. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/73, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;

Conforme informação atual, descrita acima, dos dois imóveis com área acima de 10.000,00 ha, que foram CANCELADOS no sistema por força da Portaria 558/1999, Revogada pela Portaria INCRA/P nº 12/2006, não possuímos a relação solicitada, visto que um foi desapropriado por não cumprimento da função social e o outro permanece CANCELADO no sistema por NÃO COMPROVAÇÃO DE POSSE/DOMÍNIO (de acordo com o Art. 2º, parágrafo 2º, da NE 88/2009).

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;

A resposta do item anterior justifica a falta das informações solicitadas neste.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;

Nos dois casos citados, no imóvel rural que foi desapropriado não consta no processo informações sobre qualquer irregularidade no domínio e o outro foi solicitado o tramite para esta divisão para procedermos conforme Portaria 12/2006 e NE 88/2009.

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;

Dos imóveis cancelados no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, por força da Portaria/NCRA/P/Nº558/1999(revogada pela Portaria/INCRA/nº12/2006), apenas o Fazenda Taratá em Abaré-BA, com área de 14.640,00 há, cadastrada a Justo Título, em nome de Ivan Romanguera, Código do Imóvel no SNCR 310.018.255.858-9, permanece como CANCELADO no sistema pelo motivo **NÃO COMPROVAÇÃO DE POSSE/DOMÍNIO**.

Não possuímos relação de imóveis rurais a serem CANCELADOS no SNCR, por não consta-REM mais áreas cadastradas no sistema com 10.000ha ou mais.

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

Esta Superintendência Regional, no exercício em questão, não encaminhou nenhum processo irregular de imóveis rurais com área acima de 10.000,00 ha, para a Procuradoria-Geral do Estado, visto que, dos 02 (dois) processos abertos para os imóveis CANCELADOS no sistema por força da Portaria 558/1999, um foi desapropriado por não cumprimento da função social e o outro permanece CANCELADO no sistema por **NÃO COMPROVAÇÃO DE POSSE/DOMÍNIO**.

23.II –Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Antecedendo a apresentação das principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício, é necessária análise de quais os objetivos a serem alcançados, assim, vislumbrando que a extensão escolhida pelo governo da Presidenta Dilma foi a pobreza, para a qual não é possível aceitar outra meta que não a sua erradicação, haja vista seu lema “Brasil - País Rico é País sem Pobreza”.

Convém ressaltar que o presente texto visa dar consequência à missão e aos resultados esperados pela sociedade, mas somente os que estão, de fato, legal e politicamente autorizados. Não tendo a pretensão de responder a reivindicações vazias, ou meramente ideológicas, para as quais não existam instrumentos legais disponíveis e, tão pouco, não seja o objetivo declarado e autorizado para Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Das políticas agrárias de combate à pobreza e à pobreza extrema no meio rural brasileiro

Inicia-se, com o novo governo, a composição de um grande projeto estratégico de desenvolvimento social e econômico para o país em bases democráticas, distributivas e sustentáveis.

Sem dúvida, a expectativa dos trabalhadores é muito maior do que as possibilidades do governo em dar respostas, sobretudo em razão de empecilhos legais e a reduzida capacidade operacional do instituto responsável por gerir as questões agrárias.

Das ações de mitigação

Propor ações possíveis de políticas agrárias de combate à pobreza e à pobreza extrema rurais considerando: concentração; público potencial; local de maior resiliência da pobreza extrema; condição de inclusão injusta na agricultura familiar dos agricultores e agricultoras familiares pobres e

extremamente pobres, que não conseguem transpor as barreiras de acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural disponíveis, tão pouco às políticas sociais de direitos universais, donde são invisíveis, obedecendo a subdivisão conforme a presença do principal fator de produção: a terra.

Para Agricultores e Agricultoras com Terra Suficiente

Ampliação qualificada das atuais políticas públicas de desenvolvimento social e econômico, ressaltando-se a importância da adaptação das ações para a realidade do meio rural e para as características intrínsecas das famílias de agricultores e agricultoras pobres e extremamente pobres, especialmente no que diga respeito às barreiras de acesso.

No tocante ao subconjunto das famílias já assentadas na Reforma Agrária, postula-se identificar aquelas que ainda se encontram em vulnerabilidade e dotá-las de prioridade nacional, com a finalidade de acelerar os processos de implantação e desenvolvimento de seus projetos de assentamento.

Aprimorar os processos de cadastramento e identificação de candidatos, diferenciando favoravelmente mulheres, inclusive as jovens e solteiras, foque nas famílias mais pobres e assuma uma postura ativa, capaz de alcançar o conjunto dos demandantes. Especialmente aqueles que não estão integrados aos movimentos sociais e mobilizados nos acampamentos.

Captar políticas sociais para o período de espera das famílias cadastradas até o acesso à terra, buscando assegurar as condições mínimas de moradia, saneamento e serviços de proteção social.

Para Agricultores e Agricultoras com Terra Insuficiente

Público estimado em 1 milhão de indivíduos sobrevivendo em extrema pobreza em minifúndios de até 2 hectares, configurando o maior desafio do combate à pobreza e à pobreza extrema no meio rural, pois são invisíveis para a maioria das políticas de desenvolvimento sócio-econômico.

Para Agricultores e Agricultoras Sem-Terra

Estes indivíduos estão incluídos injustamente na agricultura familiar e, por isso, não conseguem superar as barreiras de acesso às políticas de crédito (inclusive fundiário) e assistência técnica e sua pulverização localizada nas áreas mais remotas contribui para restringir a presença da rede de proteção social, donde a dificuldade de lhes transferir renda e assegurar educação e saúde. Por outro lado, como são possuidores de terra, mesmo que insuficiente, não são facilmente captados pela política de reforma agrária.

Para este público propõe-se um amplo Reordenamento Agrário nas seguintes bases: Estudos preliminares, para encontrar os territórios rurais mais deprimidos e dar-lhes prioridade para o investimento público.

Cadastramento massivo das famílias minifundiárias para iniciar a regularização fundiária dos posseiros e canalizar as ações da rede de proteção social.

Elaborar Planos Locais de Desenvolvimento Agrário para as comunidades identificadas, onde os níveis de pobreza recomendem ações emergenciais. Os Planos Locais de Desenvolvimento Agrário devem visar à captação dos recursos necessários para que cada comunidade alcance a segurança alimentar e um patamar mínimo de qualidade de vida.

Concomitante à elaboração e implantação dos Planos Locais de Desenvolvimento Agrário, promover a massiva titulação das propriedades familiares, para viabilizar o início do processo de inclusão produtiva. Operar o reordenamento agrário nestas comunidades com base na legislação da colonização, complementando as ações de regularização fundiária obtendo pela compra (ou retomada) grandes propriedades rurais, próximas às comunidades, para implantar Projetos Coletivos de Economia Solidária, voltados para a produção de alimentos e agregação de valor que destravem a baixa produtividade do trabalho e elevem a renda das famílias pobres e extremamente pobres através do trabalho agrícola assalariado.

Desenvolver os Projetos Coletivos de Economia Solidária a partir de uma escala razoável, com financiamentos assegurados e adotar neles tecnologias apropriadas, intensivas em capital e trabalho para contratar neles a mão de obra das próprias famílias, por meio de cooperativas de produção e trabalho solidárias e, incrementar a renda do trabalho agrícola delas, inserindo-as diretamente no processo produtivo, sob um regime de capacitação em trabalho capaz de impactar positivamente a produção familiar.

Elas partem do pressuposto que no meio rural o maior determinante da pobreza de agricultores e agricultoras familiares é a insuficiência (ou ausência) do principal fator produtivo, a terra.

Para desarmar esta armadilha que prende as famílias na miséria é necessário partir da realidade na qual elas estão inseridas, compreendendo-a para agir de forma eficaz sobre as forças presentes, especialmente aquelas que impedem as pessoas de viver como valorizam e de se organizarem para prosperar.

Lembrando ainda que a reforma agrária é estratégica para o desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista econômico, social, político e ambiental. Por outro lado, sua efetiva aplicação trata-se de decisão política.

Necessário esclarecer que a erradicação da pobreza só ocorrerá com a realização da justiça social no campo. Para a produção de qualidade a agricultura familiar é fundamental, e somente a reforma agrária de verdade garantirá a democratização da terra e distribuição de renda levará qualidade de vida ao meio rural.

Estas propostas articulam indissociavelmente terra, trabalho e capital e devem ser tomadas apenas no conjunto, é por isso que são definidas como agrárias.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Por consequência as principais ações mitigadoras são: reestruturação da capacidade operacional do instituto criado para gerir as questões agrárias; capacitação e qualificação dos servidores; e dissolução de quaisquer sobreposições de competências entre ministérios e autarquia.